Instituto PCI
Produzir
Conservar
Incluir



DIAGNÓSTICO DOS PACTOS PCI:

Relatório de avaliação dos Pactos PCI Regionais: Vale do Juruena, Oeste, Araguaia e Alto Teles Pires

Julho, 2026

DIAGNÓSTICO DOS PACTOS PCI:

Relatório de avaliação dos Pactos PCI Regionais: Vale do Juruena, Oeste, Araguaia e Alto Teles Pires

Julho, 2026



Equipe

RICHARD EILERS SMITH
Diretor Executivo

RICARDO WOLDMAR
Gerente de Projetos

BETHÂNIA VALENTINO DOS SANTOS
Analista Sênior de Projetos

RENATA LIMA
Gerente de Pactos PCI

VÍTOR CAMPOS
Secretário Executivo do Pacto PCI do Oeste
(Alto Paraguai, Diamantino e Tangará da Serra)

MATEUS SOUZA
Secretário Executivo do Pacto PCI do Oeste
(Campo Novo do Parecis, Sapezal e Campos de Júlio)

ELISANGELA SODRE
Secretária Executivo do Pacto PCI do Vale do Juruena
(Juína, Juruena e Cotriguaçu)

JÉSSICA GIMENES TÂMBALO
Secretária Executiva do Pacto PCI de Alto Teles Pires (Sorriso e Nova Mutum)

NILO SANDER
Secretário Executivo do Pacto PCI Araguaia (Barra do Garças)

ANGÉLICA LEAL
Secretária Executiva do Pacto PCI Araguaia (Querência e Nova Xavantina)



Parceiros

Earth Innovation Institute

Sumário

1. Contexto e objetivos 13
Sobre a Estratégia PCI, o Instituto PCI e os Pactos PCI 13
Sobre o Earth Innovation Institute 15
Objetivos deste estudo 15
2. Apresentação 16
3. Diagnósticos dos Pactos Regionais PCI 19
3.1 Pacto PCI Barra do Garças 19
Contexto socioeconômico e ambiental 19
Histórico da criação do Pacto PCI 21
Governança e Instituições relevantes da paisagem 23
Instituições participantes do Pacto PCI BG 24
Monitoramento das metas 27
Projetos e Investimentos 29
Acesso a mercados 32
Avanços, desafios e oportunidades 33
3.2 Pacto PCI Sorriso 34
Contexto socioeconômico e ambiental 34
Histórico da criação do Pacto PCI Sorriso 36
Governança e Instituições relevantes da paisagem 39
Instituições participantes do Pacto PCI Sorriso: 40
Monitoramento das metas 42
Projetos e Investimentos 46
Acesso a mercados 49
Avanços, desafios e oportunidades 50
3.3 Pacto PCI Vale do Juruena 52
Contexto socioeconômico e ambiental 52
Histórico da criação do Pacto PCI 54
Governança e Instituições relevantes da paisagem 56
Instituições participantes do Pacto PCI Vale do juruena 59
Monitoramento das metas 62
Projetos e Investimentos 64
Acesso a mercados 67
Avanços, desafios e oportunidades 68
3.4 Pacto PCI Oeste 70
Contexto socioeconômico e ambiental 70
Perfil Produtivo Regional 71
Uso e ocupação do solo e ativos ambientais 73

Histórico da criação do Pacto PCI Oeste 74
Governança e Instituições relevantes da paisagem 77
Instituições Participantes 82
Monitoramento das metas 87
Projetos e Investimentos 94
Acesso a mercados 97
Avanços, desafios e oportunidades 100
3.5 Pacto PCI Querência 103
Contexto socioeconômico e ambiental 103
Histórico da criação do Pacto PCI 105
Governança 107
Instituições participantes do Pacto PCI Querência 109
Monitoramento das metas 111
Projetos e Investimentos 113
Acesso a mercados 115
Avanços, desafios e oportunidades 116
4. Pactos PCI em criação 118
4.1 Pacto PCI Municipal de Nova Mutum 118
4.2 Pacto PCI Municipal Nova Xavantina 120
4. Quadro síntese dos Pactos PCI 123
5. Analise SWOT/FOFA dos Pactos Regionais PCI 127
6. Conclusão e recomendações 131

Figuras

Nome Figura	Página
Figura 1- Distribuição territorial dos Pactos PCI no Estado de Mato Grosso, evidenciando os municípios com Pactos formalizados, regiões de atuação e áreas prioritárias para expansão da Estratégia PCI.	16
Figura 2. Histórico desde a criação do Pacto PCI BG	23
Figura 3. Comitê Gestor do Pacto PCI BG	24
Figura 4. Monitoramento das metas do Pacto PCI BG	29
Figura 5. Histórico desde a criação do Pacto PCI Sorriso	30
Figura 6. Comitê Gestor do Pacto PCI Sorriso	41
Figura 7. Balanço de metas do Pacto PCI Sorriso 2018 a 2024	45
Figura 8. Desafios de monitoramento do Pacto PCI Sorriso	47
Figura 9. Histórico desde a criação do Pacto PCI Vale do Juruena	58
Figura 10. Comitê Gestor do Pacto PCI Juína	59
Figura 11. Comitê Gestor do Pacto PCI Juruena	60
Figura 12. Comitê Gestor do Pacto PCI Cotriguaçu	60
Figura 13. Monitoramento das metas do Pacto PCI Vale do Juruena	65
Figura 14. Desafios de monitoramento do Pacto PCI Vale do Juruena	66
Figura 15. Histórico desde a criação do Pacto PCI Oeste	78
Figura 16. Comitê Gestor do Pacto PCI de Tangará da Serra	81
Figura 17. Comitê Gestor do Pacto PCI de Diamantino	82
Figura 18. Comitê Gestor dos Pacto PCI de Alto Paraguai	82
Figura 19. Comitê Gestor dos Pacto PCI de Campo Novo do Parecis	83
Figura 20. Comitê Gestor dos Pacto PCI de Sapezal	83
Figura 21. Comitê Gestor dos Pacto PCI de Campos de Júlio	84
Figura 22. Histórico desde a criação Pacto PCI Querência	111
Figura 23. Comitê Gestor Pacto PCI Querência	112

Figura 24. Reunião de apresentação do Instituto PCI e alinhamento com a prefeitura de Nova Mutum	123
Figura 25. Assinatura do Memorando de Entendimento com o Prefeito Municipal	125
Figura 26: Evento de formalização do Pacto PCI Nova Xavantina (15/07/2026)	126

Tabelas

Nome Tabela	Página
Tabela 1. Instituições participantes do Pacto PCI BG	26
Tabela 2. Investimentos e iniciativas realizadas no Pacto PCI BG	31
Tabela 3. Instituições participantes do Pacto PCI Sorriso	41
Tabela 4. Investimentos e iniciativas realizadas no Pacto PCI Sorriso	48
Tabela 5. Instituições participantes do Pacto PCI Vale do Juruena	61
Tabela 6. Investimentos e iniciativas realizadas no Pacto PCI Vale do Juruena	67
Tabela 7. Indicadores Socioeconômicos para os municípios do Pacto PCI Oeste	73
Tabela 8. Produção Agrícola em toneladas por município	73
Tabela 9. Produção Agrícola – Área plantada em hectares por município em 2023	74
Tabela 10. Indicadores de uso e ocupação do solo - áreas de vegetação nativa e agropecuária	75
Tabela 11. Indicadores de uso e ocupação do solo - TIs, UCs e Assentamentos	75
Tabela 12. Conversão e degradação em km² para os municípios do Pacto Oeste	76
Tabela 13. Instituições participantes do Pacto PCI Oeste	86
Tabela 14. Monitoramento das metas do Pacto PCI Oeste	93
Tabela 15. Investimentos e iniciativas realizadas no Pacto PCI Oeste	100
Tabela 16. Instituições participantes do Pacto PCI Querência	114
Tabela 17. Investimentos e iniciativas realizadas no Pacto PCI Querência	118

Siglas

ABIOVE	Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais
ACCPAJ	Associação de Coletores(as) de Castanha do Brasil do PA Juruena
ACEQ	Associação Comercial e Empresarial de Querência
ACRIMAT	Associação dos Criadores de Mato Grosso
ADERJUR	Associação de Desenvolvimento Rural de Juruena
ADM	Archer Daniels Midland
AMA	Associação dos Municípios do Araguaia
APA	Área de Proteção Ambiental
APAQ	Associação dos Produtores do Assentamento Querência
APIQUER	Associação dos Apicultores de Querência
APP	Área de Preservação Permanente
APROCEL	Associação de Pequenos Produtores Rurais de Cotriguaçu
APROSOJA	Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
BB	Banco do Brasil
CAP	Centro de Atendimento ao Produtor
CAR	Cadastro Ambiental Rural
CAT	Clube Amigos da Terra
CBH	Comitê de Bacia Hidrográfica
CDL	Câmara de Dirigentes Lojistas
CEF	Caixa Econômica Federal
CIDESPA	Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental

CMDRS	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável
COFCO	COFCO Trading
CONDEMA	Conselho Municipal do Meio Ambiente
COOPERQUER	Cooperativa Agropecuária de Querência
COP	Conferência das Partes
EII	Earth Innovation Institute
EMPAER	Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural
FEFAC	European Feed Manufacturers' Federation
FOFA	Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças
FUNAI	Fundação Nacional dos Povos Indígenas
GEE	Gases de Efeito Estufa
GIZ	Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit
IABS	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICV	Instituto Centro de Vida
IDH	Sustainable Trade Initiative
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IFMT	Instituto Federal de Mato Grosso
iLPF	Integração Lavoura-Pecuária-Floresta
IMEA	Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INDEA	Instituto de Defesa Agropecuária do Estado de Mato Grosso
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IOV	Instituto Ouro Verde
IPAC	Instituto Pantanal Amazônia de Conservação
IPAM	Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia

iPCI	Instituto Produzir, Conservar e Incluir
LIF	Land Innovation Fund
MoU	Memorando de Entendimento
MRV	Monitoramento, Reporte e Verificação
NDC	Contribuição Nacionalmente Determinada
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONF	Office National des Forêts
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PCI	Produzir, Conservar e Incluir
PIB	Produto Interno Bruto
PMAFI	Plano Municipal de Agricultura Familiar e Indígena
PMIF	Plano de Manejo Integrado do Fogo
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRODES	Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSA	Pagamento por Serviços Ambientais
REDD+	Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal
REM	REDD Early Movers
REPOAMA	Rede de Produção Orgânica da Amazônia Mato-grossense
RL	Reserva Legal
RTRS	Round Table on Responsible Soy
SCF	Soft Commodities Forum
SEAF	Secretaria de Estado de Agricultura Familiar
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECITEC	Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
SECTUR	Secretaria Municipal de Turismo

SEMA	Secretaria de Estado de Meio Ambiente
SEMASA	Secretaria Municipal de Agricultura Familiar e Segurança Alimentar
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SICREDI	Sistema de Crédito Cooperativo
SMART	Specific, Measurable, Achievable, Relevant and Time-bound
SPG	Sistema Participativo de Garantia
SWOT	Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats
TI	Terra Indígena
TNC	The Nature Conservancy
UC	Unidade de Conservação
UFMT	Universidade Federal de Mato Grosso
UNEMAT	Universidade do Estado de Mato Grosso
VBP	Valor Bruto da Produção

1. Contexto e objetivos

Sobre a Estratégia PCI, o Instituto PCI e os Pactos PCI

A Estratégia PCI é uma abordagem jurisdicional para o desenvolvimento rural sustentável de Mato Grosso, que reúne atores públicos, privados e do terceiro setor em torno de metas de longo prazo estruturadas em três eixos integrados: Produzir, Conservar e Incluir.

Foi criada a partir da mobilização da sociedade mato-grossense e apresentada durante a COP21, realizada em Paris, em dezembro de 2015. Sendo posteriormente regulamentada pelo Decreto nº 468 de 2016. Possui metas de aumentar a produção agropecuária através da melhoria de produtividade da pecuária e a expansão de área de grãos sobre áreas já abertas. Eliminar a conversão de vegetação nativa, implementar o Código Florestal, criar mecanismos de compensação financeira para o desmatamento autorizado, apoiar a agricultura familiar e populações tradicionais e indígenas no acesso a crédito, assistência técnica, regularização fundiária e ambiental.

O Instituto Produzir, Conservar e Incluir (Instituto PCI – IPCI) é uma organização privada sem fins lucrativos, formalmente reconhecida pelo Decreto Estadual nº 46, de 27 de fevereiro de 2019. Criado para viabilizar a implementação da Estratégia PCI no Estado de Mato Grosso, o Instituto atua como instância de captação de recursos junto a doadores e investidores nacionais e estrangeiros, articulação e governança, promovendo a cooperação entre poder público, setor privado e sociedade civil.

Desde sua constituição como associação privada, em 13 de junho de 2023, o Instituto PCI vem fortalecendo sua atuação na captação e gestão de recursos, bem como na execução de programas e projetos, com destaque para os municípios que possuem Pactos PCI formalizados. Nesse contexto, os Pactos PCI constituem o principal instrumento de territorialização da Estratégia PCI em municípios estratégicos e prioritários. São arranjos de governança local que promovem a cooperação entre poder público, setor privado, setor produtivo e sociedade civil, estruturando um espaço permanente de articulação, planejamento e implementação de projetos e ações voltados ao desenvolvimento rural sustentável. Sua função é traduzir as diretrizes estaduais para o nível municipal, considerando as especificidades, oportunidades e prioridades definidas pelos atores do território.

Conforme estabelecido nas Diretrizes para Criação e Gestão dos Pactos PCI[1], sua formalização e operacionalização dos Pactos PCI tem ocorrido por meio de instrumentos institucionais que garantem legitimidade, organização e segurança jurídica:

- Memorando de Entendimento (MoU): instrumento de formalização do pacto entre o Instituto PCI e a Prefeitura Municipal, estabelecendo compromissos institucionais para atuação conjunta;

[1] Diretrizes para criação e gestão dos Pactos no âmbito da Estratégia PCI. Comitê De Regionalização do Instituto Produzir Conservar Incluir. Constante no link.

- Comitê Gestor do Pacto PCI: instância deliberativa multissetorial, responsável pela definição de metas, articulação de parcerias, acompanhamento das ações e monitoramento dos resultados;

- Metas PCI Municipais: de caráter voluntário, definem objetivos e indicadores locais alinhados à Estratégia PCI, orientando o planejamento, a priorização de ações e o monitoramento de resultados no território;

- Lei Municipal: instrumento legal que institucionaliza o Pacto PCI no município, conferindo maior segurança jurídica e continuidade às ações;

- Regimento Interno: define papéis, responsabilidades, regras de funcionamento e processos decisórios do Comitê Gestor do Pacto PCI.

Atualmente, Mato Grosso conta com 14 Pactos PCI municipais distribuídos em cinco regiões do estado (Figura 1). Destes, dois foram formalizados mais recentemente — Nova Mutum e Nova Xavantina —, com Memorandos de Entendimento assinados em junho e julho de 2026, respectivamente. Por se encontrarem em fase inicial de estruturação, com instrumentos institucionais ainda em elaboração (governança, metas e regimento interno), esses municípios não integram o escopo do presente diagnóstico. A Estratégia PCI prevê, ainda, a expansão e a criação de novos Pactos no curto e médio prazo, conforme indicado na Figura 1.

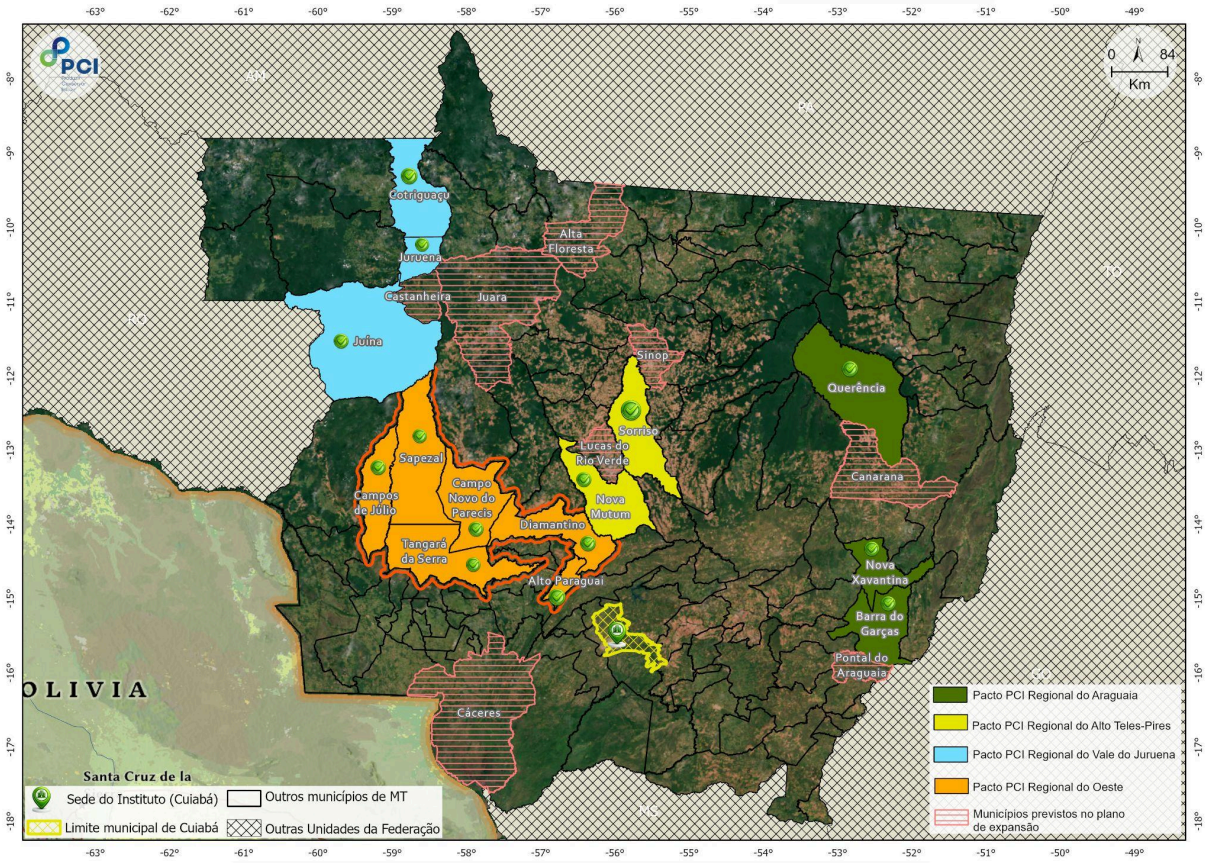


Figura 1- Distribuição territorial dos Pactos PCI no Estado de Mato Grosso, evidenciando os municípios com Pactos formalizados, regiões de atuação e áreas prioritárias para expansão da Estratégia PCI.

Sobre o Earth Innovation Institute

O *Earth Innovation Institute* (EII) é uma organização internacional dedicada à promoção da conservação ambiental e do desenvolvimento sustentável, com atuação voltada especialmente à Amazônia e outras florestas tropicais. A instituição busca transformar a relação entre conservação florestal e desenvolvimento econômico por meio de soluções inovadoras que incentivem práticas sustentáveis de uso da terra, incluindo sistemas agroflorestais e agricultura de baixo carbono. O EII atua em colaboração com governos, comunidades locais, empresas e organizações internacionais para apoiar políticas e iniciativas que integrem conservação da biodiversidade, redução de emissões de carbono e desenvolvimento socioeconômico. Com uma abordagem baseada em evidências, a organização busca fortalecer modelos de gestão de recursos naturais capazes de gerar benefícios ambientais, sociais e econômicos para regiões dependentes de florestas tropicais.

Objetivos deste estudo

O Instituto PCI está trabalhando em parceria com o *Earth Innovation Institute* para apoiar o Estado de Mato Grosso na implementação de um programa estadual de incentivo ao carbono florestal voltado a propriedades produtoras de soja e pecuária. Para alcançar esse objetivo, o IPCI e o EII estão apoiando o Governo do estado na estruturação de seu programa jurisdicional de REDD+.

Considerando que os esforços de redução da conversão e degradação ocorrem principalmente no nível municipal, e que o Instituto PCI atua em diferentes regiões do estado por meio dos Pactos PCI, esta parceria tem como objetivo fortalecer a efetividade dos Pactos existentes, bem como apoiar a criação de um novo Pacto Regional.

Nesse contexto, o presente diagnóstico foi elaborado para atender ao item 1 do contrato firmado entre o IPCI e o EII: “Preparar um relatório de avaliação dos quatro Pactos PCI Regionais atuais e de um possível novo Pacto PCI Regional”.

Além de responder às demandas contratuais, espera-se que os resultados, análises e aprendizados sistematizados neste estudo subsidiem o item 2 da parceria: “Preparação e início da implementação de um plano para aumentar a eficácia dos Pactos PCI existentes e para criar um novo Pacto PCI Regional”.

2. Apresentação

Este estudo apresenta o diagnóstico dos cinco Pactos PCI Regionais — Vale do Juruena, Oeste, Araguaia e Alto Teles Pires — em operação no estado de Mato Grosso, que abrange 14 municípios distribuídos em regiões de elevada relevância produtiva e ambiental, na transição entre os biomas Amazônia, Cerrado e Pantanal. O diagnóstico analisa as trajetórias institucionais de cada arranjo, os modelos de governança, os atores envolvidos, o monitoramento das metas municipais, os investimentos e iniciativas mobilizados, as principais cadeias produtivas e as lições aprendidas em cada território. Os resultados oferecem subsídios para o fortalecimento dos Pactos existentes e para a expansão da Estratégia PCI a novos municípios e regiões do estado.

Como parte da metodologia, foi realizada uma análise SWOT/FOFA dos Pactos PCI, identificando fatores internos e externos que influenciam a implementação da Estratégia PCI nos territórios avaliados.

Entre os principais pontos fortes, destaca-se a existência de um modelo de governança territorial testado e validado em diferentes realidades municipais e regionais, sustentado pela padronização progressiva dos instrumentos de gestão, pelo fortalecimento dos Comitês Gestores e pela presença de equipes técnicas permanentes nos territórios. A capacidade técnica do Instituto PCI e das Secretarias Executivas dos Pactos para apoiar o planejamento territorial, a elaboração de projetos e a implementação de políticas públicas municipais reforça a confiança dos municípios e amplia sua adesão às agendas da Estratégia PCI. Somam-se a isso a elevada credibilidade institucional junto aos setores público, privado e à sociedade civil, a experiência acumulada na implementação de iniciativas jurisdicionais e de paisagem — que posiciona Mato Grosso como referência nacional e internacional em governança territorial —, a ampliação da rede de governança multissetorial, o crescimento contínuo da captação de recursos nacionais e internacionais e a disponibilidade de uma base de dados estadual ampla e atualizada sobre o progresso das metas da Estratégia PCI.

O diagnóstico evidenciou, por outro lado, fragilidades relevantes associadas à maturidade institucional e à autonomia territorial dos Pactos. Parte dos Comitês Gestores apresenta compreensão limitada dos papéis e responsabilidades de seus membros, e são poucos os municípios que dispõem de lideranças ou instituições locais com capacidade técnica, financeira e operacional para conduzir as agendas de forma contínua. Soma-se a isso o número reduzido de projetos estruturantes diretamente vinculados aos Pactos em alguns territórios, limitações operacionais decorrentes da elevada abrangência territorial, participação ainda desigual entre os eixos Produzir, Conservar e Incluir em determinados municípios, a limitação de recursos financeiros de uso flexível, dificuldades na qualificação das metas municipais segundo critérios SMART e a insuficiência de incentivos de longo prazo para a adesão e o engajamento contínuo de atores do poder público e do setor privado.

No campo das oportunidades, destaca-se a perspectiva de expansão da Estratégia PCI para novos municípios e regiões do estado, com possibilidade de construção de um modelo de governança escalável e modular — organizado em Pactos Estruturantes, Pactos Regionais e Municípios Associados — capaz de replicar arranjos e instrumentos conforme a maturidade e as prioridades de cada território. O cenário externo é igualmente favorável: o avanço da

regulamentação do Programa Jurisdicional de REDD+ em Mato Grosso, a crescente demanda e regulamentação dos mercados de carbono, o fortalecimento de políticas e regulações internacionais como o *EU Deforestation Regulation* e o reconhecimento das abordagens de paisagem como modelo eficaz de governança territorial ampliam de forma significativa o potencial de captação de recursos e de consolidação dos Pactos PCI.

Entre as principais ameaças, foram identificadas mudanças político-institucionais nos municípios e no estado que podem comprometer a continuidade das agendas e dos compromissos assumidos, a disseminação de desinformação sobre organizações da sociedade civil, a resistência de determinados segmentos do setor produtivo à atuação dessas organizações, a persistência de desigualdades de gênero que restringem a participação efetiva das mulheres nos espaços de governança, o risco de redução ou descontinuidade de financiamentos, a ocorrência de eventos climáticos extremos e os conflitos de interesse entre setores econômicos e agendas de conservação ambiental. Esses fatores reforçam a necessidade de fortalecer a institucionalização dos Pactos, ampliar a comunicação estratégica e consolidar mecanismos que assegurem sua sustentabilidade de longo prazo.

A partir das análises realizadas, o estudo apresenta as seguintes recomendações estratégicas:

- Consolidar e expandir o modelo de governança dos Pactos PCI, por meio da padronização dos instrumentos de gestão, da institucionalização por legislação municipal e da adoção de um modelo escalável e modular para a expansão da Estratégia PCI ao conjunto dos 142 municípios do estado.

- Fortalecer as capacidades técnicas e o protagonismo das instituições locais, investindo em programas continuados de formação e desenvolvimento de lideranças, consolidando a presença territorial por meio de equipes técnicas permanentes e Secretarias Executivas regionais e promovendo gradativamente maior autonomia na condução das agendas territoriais.

- Aprimorar o planejamento, o monitoramento e a gestão baseada em evidências, por meio da construção de teorias da mudança nos territórios, da adoção de metas com critérios SMART, da institucionalização de balanços periódicos pelos Comitês Gestores e do fortalecimento dos sistemas de monitoramento e da confiabilidade das informações territoriais.

- Ampliar a carteira de projetos estruturantes e diversificar os mecanismos de financiamento, alinhando a elaboração de projetos às prioridades dos Pactos e às oportunidades de financiamento nacionais e internacionais, com foco nas agendas de restauração, bioeconomia, mercado de carbono e cadeias produtivas livres de conversão e degradação.

- Fortalecer a comunicação estratégica, a articulação com o setor produtivo e a incidência institucional, ampliando a divulgação de resultados, enfrentando a desinformação, construindo agendas convergentes com lideranças empresariais e contribuindo para o aperfeiçoamento de políticas públicas e instrumentos legais que assegurem continuidade e segurança jurídica aos Pactos.

- Promover maior diversidade e inclusão na governança territorial, assegurando a participação efetiva de mulheres, jovens, povos indígenas, agricultura familiar e demais grupos estratégicos nos processos de planejamento e tomada de decisão.

- Implementar uma estratégia de gestão do conhecimento, sistematizando metodologias, instrumentos, boas práticas e resultados para facilitar a replicação dos arranjos e sustentar tecnicamente a expansão da Estratégia PCI a novos territórios.

A consolidação desse conjunto de medidas poderá posicionar Mato Grosso como referência global em produção de commodities de baixo risco socioambiental, conciliando competitividade econômica, conservação ambiental e inclusão social — e convertendo os Pactos PCI em uma arquitetura estadual de governança territorial capaz de operar em escala.

3. Diagnósticos dos Pactos Regionais PCI

3.1 Pacto PCI Barra do Garças

Nome do Pacto Regional:	Pacto PCI-BG	Município(s):	Barra do Garças
Data de criação:	Julho, 2019	Legislação específica:	Lei municipal 4.156, Decreto 4.381 de 2018
Grupo de Governança:	Sim	Metas PCI locais:	Sim
MoU com Prefeitura:	Sim	Monitoramento:	2019 a 2021
Assinatura novo MoU com Prefeitura:	Sim (2026)	Monitoramento:	2025 a 2030
Secretário Executivo PCI: Jessika Hirata (2021 a 2023, 2024 a 2026), Nilo Sander (2025 – vigente)			

Contexto socioeconômico e ambiental

Barra do Garças está localizado na região Nordeste do estado de Mato Grosso, na microrregião do Médio Araguaia, na divisa com o estado de Goiás O município se encontra no bioma Cerrado. Possui uma área de 8.362,91 km², sendo o quarto maior dentre os municípios com Pactos PCI Regionais. Em 2025, sua população estimada era de 73.878 habitantes, com densidade demográfica de 8,83 habitantes por km². Na comparação com outros municípios do estado, ficou na posição 20 entre os 141 municípios de Mato Grosso.

Conhecido como a "Capital do Araguaia" o município possuía, em 2023, a 14ª economia do estado de Mato Grosso, com Produto Interno Bruto totalizando R$3,5 bilhões[2]. Em 2023, o PIB per capita de Barra do Garças foi de R$ 51.115,38 o que o colocou na 83ª posição entre os 141 municípios do estado. A população ocupada em 2022 foi de 31% (ou 21,479 pessoas) com renda média mensal de 2,2 salários mínimos. O índice de Desenvolvimento Humano do município (IDH) foi medido pela última vez em 2010 com pontuação de 0,748, e portanto, considerado alto[3]. Apesar dos indicadores econômicos positivos, levantamento realizado pelo SEBRAE em 2022 junto a 460 moradores apontou que saúde e desemprego permanecem entre os principais desafios percebidos pela população local. Dos 836.291 hectares do município, 45,21% são ocupados por vegetação predominantemente savânica, 2,89% por vegetação arbustiva e herbácea e 40,24% por áreas agropecuárias, enquanto o restante corresponde a corpos hídricos e áreas urbanizadas.

[2] IBGE, 2021. Cidades. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/barra-do-garcas/panorama
[3] IBGE, 2021. Produto Interno Bruto dos Municípios

Entre as áreas destinadas à agropecuária (336.363 hectares), predominam as pastagens, que representam 69,5% do total, sendo aproximadamente 25% classificadas com baixo vigor vegetativo. As lavouras de grãos — principalmente soja, milho e algodão — ocupam 17,4% da área agropecuária, enquanto mosaicos de outros usos representam 11,9% e a silvicultura 1,1% Nos últimos dez anos a área de pastagens foi praticamente inalterada, com uma redução de 4,1% da área, enquanto que a área de grãos dobrou de 45.862 para 58.657 hectares[4]. A expansão da área de grãos está associada ao fortalecimento do agronegócio regional, à incorporação de tecnologias produtivas e ao aumento da demanda nacional e internacional por commodities agrícolas, especialmente soja, devido a expansão das indústrias de processamento, produtoras de óleo e farelo, itens essenciais na alimentação animal e na indústria de biocombustíveis.

Os remanescentes de vegetação nativa representam um importante ativo ambiental do município, que possui excedente estimado de 28.647 hectares de vegetação natural[4]. Em 2019, a *The Nature Conservancy* (TNC), um dos parceiros do Pacto Regional da PCI no município, encomendou um estudo sobre o diagnóstico socioambiental de Barra do Garças. O estudo utilizou base de imagem RapidEye com escala de 1:10.000 e concluiu que 22,5% do município é ocupado por Terras Indígenas cuja área de vegetação natural remanescente é de 97,9%; 1,1% pelo Parque Estadual Serra Azul com 97,7% de vegetação natural remanescente e 0,8% por áreas de proteção ambiental (APA) com 57,7% de vegetação remanescente. Especificamente as áreas de propriedade privada foi identificado uma área total de 683.097 hectares, sendo 76% ocupada por grandes propriedades com 35% de área de vegetação natural remanescente; 19% ocupada por médias propriedades com 37% de vegetação remanescente; 5% ocupada por pequenas propriedades com 27% de vegetação remanescente e 1% por microfundidos com 40% de vegetação remanescente.

Barra do Garças é uma região rica em recursos hídricos. Existem 5.167 nascentes e os rios com largura igual ou inferior a 10 metros totalizam uma extensão de 8.156,85 km, equivalente ao somatório das duas distâncias dos pontos mais extremos do Brasil – Norte/Sul e Leste/Oeste. Os rios com largura superior a 10 metros somam 3.617,58 hectares. Além disso, existem 343 barramentos de rios e reservatórios de diversos tamanhos totalizando mais 964 hectares. O estudo também apontou que as Áreas de Preservação Permanente do município de Barra do Garças somam um total de 55.018 hectares, sendo 13,77% com passivos perante o Código Florestal e necessitando recomposição. No entanto, é importante destacar que foram considerados apenas as hidrográficas e reservatórios, não considerando as APPs geradas por veredas, nem as áreas de topo de morro ou bordas de chapada, pela falta de regulamentação técnica pelo órgão estadual e falta de padronização nos dados a serem utilizados para este cálculo na época de realização do estudo (2019)[5].

O nível de conversão e degradação no município de Barra do Garças apresentou declínio nos últimos 10 anos. De acordo com o PRODES Cerrado, no decorrer de 10 anos (2014 a 2023) foram desmatados 254 ha[6]. Tendo em vista as grandes áreas de ativo florestal no município bem como a expansão agrícola da região nos últimos anos, é importante destacar a quantificação da área apta para a cultura da soja dentro de formação florestal e não florestal. No total existem 3.770 hectares de alta aptidão para conversão de soja em propriedades privadas, sendo 27% em

[4] Mapbiomas, V9.0.

[5] TNC, 2019. Plano de desenvolvimento PCI para o município de Barra do Garças (não publicado)

[6] PRODES, 2024. Barra do Garças. Disponível em: https://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/legal_amazon/increments

áreas de formação florestal e 73% em áreas de formação não florestal. Especificamente as áreas com pastagens, existem 15,596 hectares de áreas com alta aptidão para conversão para pecuária[7]. Os dados indicam que o município apresenta risco potencial de conversão adicional de vegetação nativa para expansão agropecuária, especialmente em áreas com alta aptidão agrícola. Nesse contexto, torna-se relevante a adoção de estratégias de ordenamento territorial, intensificação sustentável da produção e mecanismos de mitigação de risco voltados à conservação dos ativos ambientais existentes.

Histórico da criação do Pacto PCI

O Pacto Regional da Estratégia Produzir, Conservar e Incluir (PCI) de Barra do Garças, em Mato Grosso (denominado Pacto PCI BG), teve início em um processo de articulação entre o Instituto PCI, TNC, IDH, Prefeitura Municipal e demais atores locais, com o objetivo de alinhar as metas da Estratégia PCI estadual às prioridades territoriais e construir uma visão de futuro conjunta para o desenvolvimento sustentável de Barra do Garças, até 2030. Mais de 40 (quarenta) instituições dos setores público, privado e terceiro setor participaram ativamente deste processo e, tornando-se posteriormente membros signatários da Carta de Intenções e, em seguida, do Memorando de Entendimento para a implementação do Pacto.

O Pacto PCI BG foi formalizado em junho de 2019, por meio da assinatura de um Memorando de Entendimento entre a Prefeitura de Barra do Garças, o Instituto PCI, a IDH, a JBS e representantes do setor privado, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico sustentável na região[8].

Como parte do processo de institucionalização da Estratégia PCI no município, foi sancionada, em dezembro de 2019, a Lei nº 4.156 que instituiu o Pacto PCI como Programa Municipal. Posteriormente,em julho de 2020, o decreto nº 4.381 instituiu o do Comitê Gestor do Pacto PCI de Barra do Garças[9]. Em 2026, a prefeitura municipal assinou um novo Memorando de Entendimento, reafirmando o compromisso institucional com continuidade das ações e metas pactuadas até 2030. Desde a concepção do Pacto PCI BG no início de 2019, as ações de mobilização territorial, estudos técnicos, estruturação da governança e articulação institucional foram viabilizadas pela Prefeitura municipal com protagonismo da *The Nature Conservancy* (TNC) e demais parceiros.

Na primeira etapa (engajamento) o processo concentrou-se em atividades de mobilização de atores locais, regionais e estaduais, incluindo reuniões técnicas e estudos voltados à construção participativa da estratégia territorial. Nesse contexto, foram elaborados documentos técnicos relevantes, como o Diagnóstico Socioeconômico e o Relatório de Análise da Paisagem do município. Na segunda fase (metas), foi realizada uma oficina de trabalho com os signatários da Carta de Intenções para discussão e validação das metas da PCI-BG, alinhadas aos eixos Produzir, Conservar e Incluir. Na terceira fase (formalização) foi realizada a assinatura de um Memorando

[7] TNC, 2019. Plano de desenvolvimento PCI para o município de Barra do Garças (não publicado)

[8] Instituto PCI. Disponível em: https://pcimt.org/regionalizacao/pactos-regional-de-barra-do-garcas/#:~:text=Em%202019%2C%20por%20meio%20da,previsto%20para%20durar%20at%C3%A9%202024.

[9] IDH Brasil. Disponível em: https://idhbrasil.com/atuacao/barra-do-garcas/

de Entendimento, com o objetivo de “pactuar uma iniciativa interinstitucional com vistas a estabelecer cooperação e envidar os esforços necessários que promovam ações que contribuam para o desenvolvimento econômico sustentável, por meio do Plano Produzir, Conservar, Incluir/Outros do Município de Barra do Garça – MT”.

Na quarta fase (governança), entre julho e setembro de 2019 a coordenação provisória do PCI Barra do Garças elaborou a “Proposta de Governança para implementação do Plano de Desenvolvimento Municipal”. O que culminou na regulamentação do Pacto PCI de Barra do Garças com a aprovação de legislação específica de criação do Programa Municipal da PCI bem como da Lei que instituiu o Comitê Gestor do Pacto PCI BG. Posteriormente, na Fase 5 (Operacionalização), foram desenvolvidos instrumentos estratégicos voltados à implementação e consolidação do Pacto PCI BG, contemplando ações relacionadas à transparência, estruturação da base financeira e operacional, bem como mecanismos para viabilizar o alcance das metas estabelecidas. Entre os principais instrumentos elaborados destacam-se os Planos de Comunicação, Governança, Investimentos e Monitoramento. No período de 2022 a 2023, foi construído o Plano de Monitoramento das Metas e Atividades do Pacto, estabelecendo indicadores, métodos de acompanhamento e diretrizes para o período até 2030. Posteriormente, em 2025, foi realizado um processo de revisão e atualização das metas, incluindo a redefinição de indicadores, fontes de informação, estratégias de coleta de dados e mecanismos de monitoramento, com o objetivo de aprimorar a mensuração dos resultados e fortalecer a tomada de decisão para o avanço da agenda PCI no município.

Entre 2019 e 2022, a coordenação executiva do Pacto PCI BG foi conduzida por uma Secretaria Executiva vinculada à Prefeitura Municipal. A partir de 2023, essa função passou a ser desempenhada por profissional contratado pelo Instituto PCI, contribuindo para o fortalecimento da capacidade operacional, da articulação territorial e da continuidade institucional do Pacto.

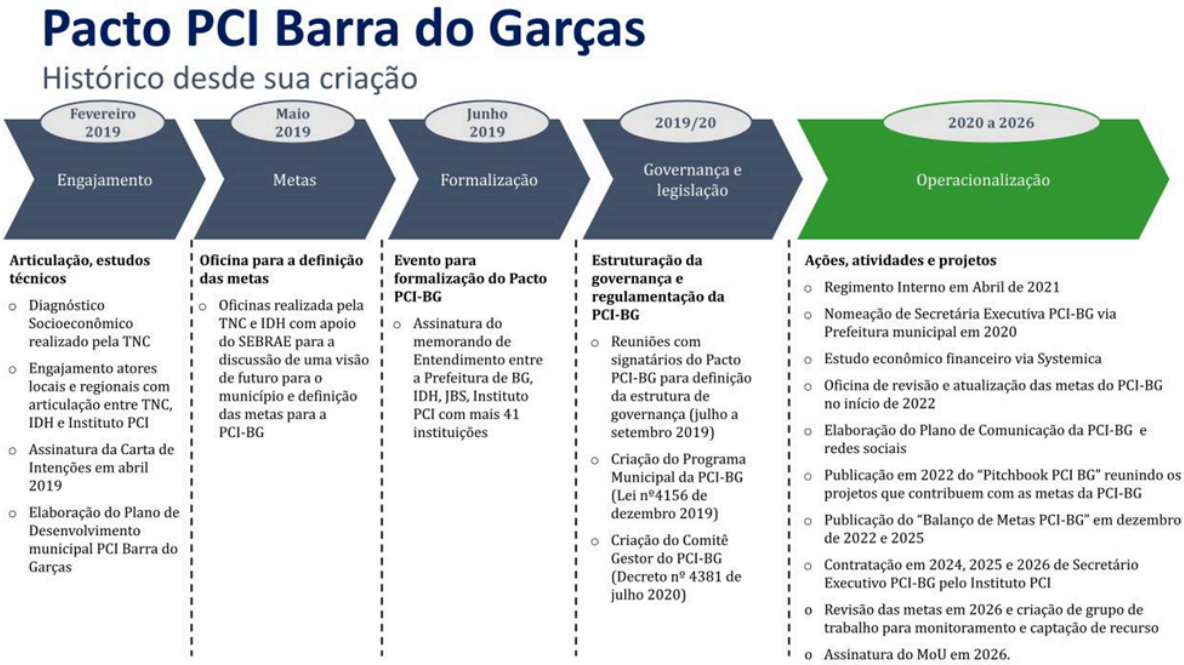


Figura 2. Histórico desde a criação do Pacto PCI-BG

Governança e Instituições relevantes da paisagem

A estrutura de governança do Pacto PCI BG começou a ser consolidada a partir da assinatura do Memorando de Entendimento (MoU), em junho de 2019, sendo posteriormente institucionalizada com a lei nº4.381 de julho de 2020 que cria seu Comitê Gestor. Em abril de 2021, foi elaborado o Regimento Interno do Comitê Gestor, documento que estabeleceu procedimentos de funcionamento e administração do Conselho Gestor PCI BG, os fluxos de tomada de decisão, as competências institucionais e as regras de participação dos membros. Em 2026, foi firmado um novo Memorando de Entendimento entre o Instituto PCI e a Prefeitura Municipal de Barra do Garças, reafirmando o compromisso institucional com a continuidade das ações e metas do Pacto PCI BG .

O Comitê Gestor do Pacto PCI BG constitui a principal instância colegiada de governança da iniciativa, com funções deliberativas, consultivas e de assessoramento à implementação da Estratégia PCI no município. Entre suas atribuições estão a definição de prioridades e estratégias territoriais, o acompanhamento da implementação das ações e metas pactuadas, o apoio à Secretaria Executiva, reporte aos conselhos locais, e articulação institucional entre os diferentes setores envolvidos, e a avaliação da adesão de novos membros.

Na primeira fase de implementação do Pacto, a estrutura do Comitê Gestor era composta por diferentes instâncias incluindo o Plenário, Presidente e Vice-Presidente, Secretaria Executiva, Coordenadores Técnicos, Câmaras Técnicas, Comissões e/ou Grupos de Estudos. Em assembleia realizada em 2026 decidiu-se que os grupos de estudos seriam formados, segundo necessidade, e não como instâncias fixas no organograma institucional. Desde então, o Comitê Gestor do Pacto PCI BG passou a adotar a estrutura apresentada a seguir.

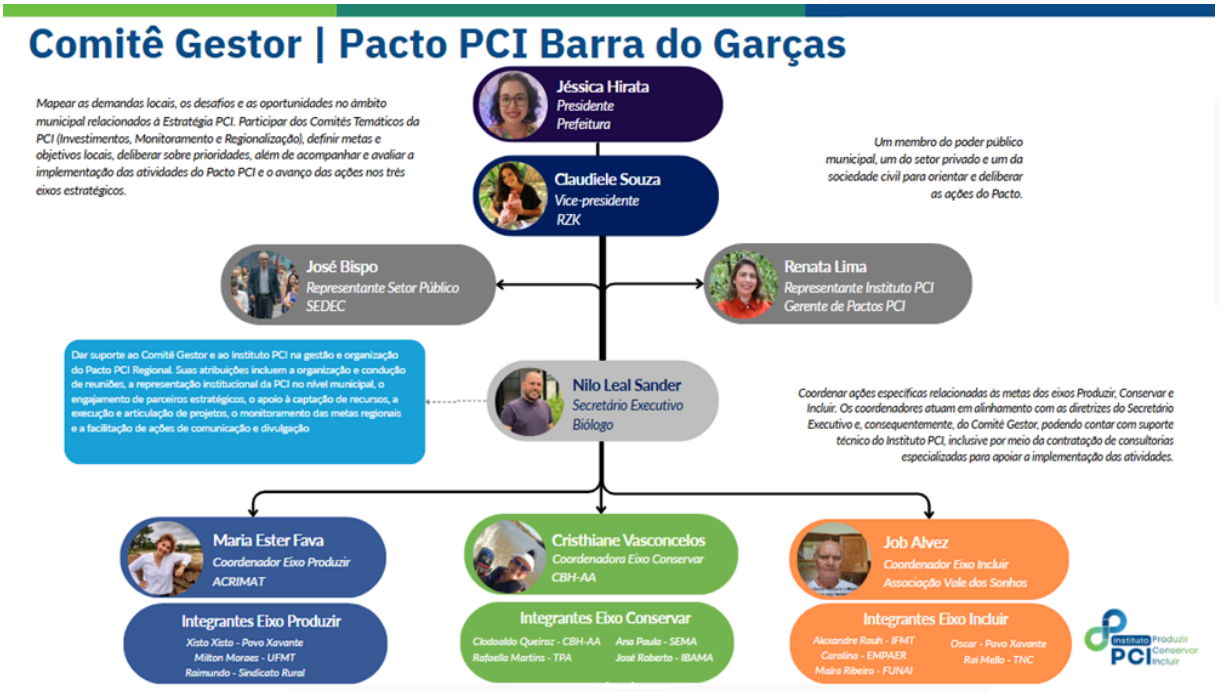


Figura 3. Comitê Gestor do Pacto PCI-BG

As decisões do Comitê são tomadas com a maioria dos votos dos membros presentes na primeira convocação, e qualquer número de presentes em segunda convocação. Os membros do Comitê são escolhidos em reuniões ordinárias ou extraordinárias, com votação aberta e indicação formal das instituições ou entidades de origem. Eles têm um mandato de dois anos, com possibilidade de recondução, e devem ser formalmente indicados após as eleições.

A consolidação dessa estrutura de governança representa um avanço importante para a institucionalização do Pacto PCI BG, fortalecendo a coordenação multissetorial, a capacidade de planejamento territorial e o acompanhamento das ações implementadas. Além disso, o funcionamento do Comitê Gestor contribui para ampliar a legitimidade das decisões, a integração entre parceiros e a continuidade das ações relacionadas aos eixos Produzir, Conservar e Incluir no município

Instituições participantes do Pacto PCI BG

Para fins deste relatório, a composição institucional do Pacto PCI BG foi analisada em dois momentos distintos: (i) o conjunto de organizações signatárias do Memorando de Entendimento (MoU) firmado em 2019; e (ii) as instituições que permaneciam participando do Pacto durante o período de elaboração deste diagnóstico em 2026.

O Memorando de Entendimento firmado em junho de 2019 entre a Prefeitura de BG, IDH, JBS, Instituto PCI e outras 41 instituições parceiras. O perfil das organizações signatárias caracterizou-se pela diversidade institucional, com predomínio de atores públicos, mas incluindo também contou empresas privadas, produtores rurais, instituições financeiras, organizações mistas do sistema “S” ONGs, associações locais, organizações indígenas, instâncias regionais de governança, como consórcios e comitês de bacia, e universidades.

A formalização do Pacto PCI BG representou o reconhecimento, por parte das instituições signatárias, de que a Estratégia PCI poderia funcionar como instrumento para “fomentar e encorajar ações que contribuam para o desenvolvimento econômico sustentável em linhas com a estratégia produzir, Conservar e Incluir de Mato Grosso” e que isso seria realizado “através de parcerias com instituições nacionais e internacionais”. O acordo também reforçou o entendimento de que:

- "As metas estaduais da PCI vão contribuir com a promoção, fomento e implementação de um modelo sub-regional da estratégia PCI no município”
- “A PCI pode contribuir com a NDC brasileira do acordo de Paris”
- “A Estratégia PCI possui uma relação direta com o Plano Agricultura de Baixo Carbono e a implementação do Código Florestal, sendo estes os pilares de desenvolvimento rural sustentável e regularização ambiental no Brasil”
- “O setor privado pode trazer resultados positivos para o Barra do Garças através de ações alinhadas com as metas do Pacto PCI BG no município”
- “As partes concordam em executar instrumentos legais necessários, além deste MoU para possibilitar a implementação da estratégia PCI no município”

- “As partes entendem que o Pacto PCI BG é um plano de desenvolvimento para o município estabelecido por meio de metas voluntárias e formado por uma governança a ser criada dentro de um período de 120 dias da assinatura para que os objetivos do MoU sejam alcançados”

Ao longo dos cinco anos subsequentes à formalização do Pacto PCI BG, aproximadamente 79% das instituições mantiveram participação ativa na iniciativa, indicando relativa continuidade do engajamento institucional ao longo do período analisado. Observou-se, entretanto, a saída de dez instituições — majoritariamente vinculadas ao poder público municipal — e a adesão de sete novas organizações, em sua maioria representantes do setor privado. Esse movimento evidencia tanto a dinâmica de renovação institucional do Pacto quanto mudanças no perfil dos atores envolvidos na governança territorial.

Tabela 1. Instituições participantes do Pacto PCI BG

Setor	Nome da Instituição	Adesão 2019	Membro 2025
Empresa privada	Frigorífico FRIBOI (Escritório Verde)	Sim	Sim
	Agrovale Jr.	Sim	Sim
	CARPA Agropecuária Rio Pardo S/A	Sim	
	Hortiagro	Sim	
	Agro Amazônia Produtos Agropecuários	Sim	
	Organização Brasileira de Sustentabilidade		Sim
	Primavera Máquinas		Sim
	Studio Roncador		Sim
	Todos pelo Araguaia		Sim
Ensino	Centro Universitário Cathedral	Sim	Sim
	IFMT – Instituto Federal do Mato Grosso	Sim	Sim
	UFMT - Universidade Federal do Mato Grosso	Sim	Sim
	UNIVAR - Centro Universitário Vale do Araguaia	Sim	
Governo	Prefeitura de Barra do Garças	Sim	Sim
	Sec. Municipal de Ind. e Com., Desen. Rural, Pesca e Aquicultura de BG	Sim	Sim
	SECTUR – Secretaria Municipal de Turismo	Sim	Sim
	EMPAER – Empresa de Pesquisa e Assistência e Extensão Rural	Sim	Sim
	INDEA – Instituto de Defesa Agropecuária do – Regional BgG	Sim	Sim
	Parque Estadual Serra Azul e APA Pé da Serra Azul	Sim	Sim

	Secretaria do Estado de Meio Ambiente (regional de Barra do Garças)	Sim	Sim
	Secretaria do Estado de Meio Ambiente (Cuiabá)	Sim	
	REM- REDD Early Movers Program	Sim	
	SECITEC - Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação	Sim	Sim
	INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	Sim	
	Câmara Municipal de Barra do Garças	Sim	Sim
	FUNAI – Fundação Nacional do Índio	Sim	Sim
	PMS - Programa Municipal de Municípios Sustentáveis	Sim	
ONG	TNC – Instituto de Conservação Ambiental do BR	Sim	Sim
	Instituto PCI	Sim	Sim
	IDH – Sustainable Trade Initiative	Sim	Sim
	Flor de Ibez		Sim
Outros	CDL – Câmara de Diretores Lojistas		Sim
	CIDESAPA – Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental	Sim	Sim
	Associação Recreativa e Assistência Tabazul	Sim	
	CBH - Comitê de bacias do Alto Araguaia	Sim	Sim
	Associação dos moradores produtores rurais do distrito de voadeira	Sim	Sim
	Caiaques e Trilhas Antônio		Sim
Produtores	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barra do Garças		Sim
	Colônia de Pescadores Z-9	Sim	Sim
	Fazenda Paraná	Sim	
	Fazenda Carpa Serrana		
	Assentamento Serra Verde	Sim	
	Assentamento Santa Emília	Sim	Sim
	Associação dos produtores rurais do distrito vale dos sonhos	Sim	Sim
	ACRIMAT - Associação dos Criadores de Mato Grosso	Sim	Sim
Setor Financeiro	BB – Banco do Brasil		Sim
	Sicredi - Sistema de Crédito Cooperativo	Sim	Sim
	CEF – Caixa Econômica Federal	Sim	Sim

Sistema S	SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas	Sim	Sim
	SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural do Mato Grosso	Sim	Sim
	SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial de BG	Sim	Sim

Monitoramento das metas

Assim como ocorreu no âmbito da Estratégia PCI estadual, as metas do Pacto PCI BG foram definidas anteriormente à formalização oficial do Pacto Regional. Em maio de 2019 foi realizado um workshop participativo envolvendo governo, setor privado e sociedade civil. Neste evento, foi discutida uma visão de futuro para os próximos quatro anos tendo as metas da Estratégia PCI como ponto de partida, mas levando-se em consideração as características, oportunidades e interesses do município. Dois meses depois, em junho de 2019 as metas foram formalizadas com a assinatura do MoU. Em 2025, as metas foram atualizadas pelo comitê gestor e validadas em assembleia.

Em alinhamento com a Estratégia PCI estadual, o Pacto PCI BG estabeleceu metas de intensificação da produção de pecuária e agricultura (eixo P); combate ao desmatamento sem autorização e avanço no cadastro ambiental rural (eixo C); bem como de expansão dos serviços de assistência técnica e extensão rural e regularização fundiária (eixo I).

Além das metas alinhadas ao nível estadual, o Pacto PCI BG também assumiu metas específicas para o município No eixo P foram criadas metas para a integração de pequenos produtores na economia agropecuária do município; fomento a sistemas iLPF; energia renovável e transformação do município em uma referência na produção de novilhos.

No eixo C foram criadas metas relativas ao fomento de técnicas de conservação de água; programas de Pagamentos por Serviços Ecossistêmicos e serviços de saúde no meio rural.

No eixo I foram definidas metas específicas para cadeias produtivas da agricultura familiar, incluindo aquicultura, pesca, apicultura, olericultura, fruticultura, suinocultura, avicultura, caprinocultura e produção leiteira.

O Pacto também incorporou um eixo complementar denominado “outros”, com metas específicas para o desenvolvimento do turismo local, bem como a instalação da primeira unidade de processamento de produtos da agricultura familiar do município[10].

Em 2022, foi conduzido um processo de revisão e atualização das metas do Pacto PCI-BG, em alinhamento ao esforço coordenado pelo Instituto PCI no âmbito estadual. O objetivo foi adequar o nível de ambição das metas à realidade territorial, considerando tanto avanços já alcançados quanto limitações operacionais, disponibilidade de dados e viabilidade de implementação dentro do horizonte temporal da estratégia

[10] Memorando de Entendimento PCI-BG (disponível aqui)

Ao final de 2022, o Comitê de Monitoramento do Instituto PCI publicou o Balanço de metas do Pacto PCI de Barra do Garças, consolidando informações referentes aos anos de 2019, 2020 e 2021. O processo de coleta e sistematização dos dados foi coordenado pela The Nature Conservancy, com apoio da Prefeitura Municipal, da IDH e do Comitê de Monitoramento da PCI."



Figura 4. Monitoramento das metas do Pacto PCI-BG

Apesar dos esforços de revisão metodológica realizados em 2022, aproximadamente 33% das metas do Pacto PCI-BG (7 de 26 metas) continuaram apresentando limitações relevantes de monitoramento ao longo dos três primeiros anos avaliados. As principais dificuldades estiveram relacionadas à indisponibilidade de dados, ausência de metodologias consolidadas de acompanhamento e à própria natureza de determinadas metas, cuja mensuração depende de informações técnicas de difícil obtenção

Entre os exemplos mais desafiadores destacam-se as metas relacionadas ao aumento do abate de novilhos precoces e à expansão de sistemas de Integração Lavoura-Pecuária em áreas de pastagens degradadas, ambas com significativa dificuldade de obtenção de dados e acompanhamento sistemático. Como consequência, parte relevante das metas ainda apresenta limitações para avaliação consistente de progresso e efetividade

Dentre as metas com dados disponíveis e que tiveram maior progresso está a meta de recuperação de pastagens; cadastro dos imóveis rurais no CAR e fomento de atividades de turismo. Dentre as metas com maior dificuldade de progresso estão as metas de redução do desmatamento sem autorização, validação do CAR, recuperação de APPs e a maioria das metas de produção da agricultura familiar.

Em 2025, as metas do Pacto PCI-BG passaram por novo processo de atualização, considerando principalmente os desafios relacionados à disponibilidade de dados para monitoramento, bem como as aptidões territoriais e prioridades das políticas públicas municipais. Como resultado, o eixo Produzir passou a concentrar-se prioritariamente em metas

relacionadas à recuperação de pastagens e aumento da produtividade pecuária. No eixo C foram atualizadas metas de restauração de nascentes e APPD´s. No eixo I foram criadas metas específicas para diagnósticos da produção da sociobiodiversidade, e revisadas metas previamente existentes.

O processo de revisão das metas evidencia um amadurecimento institucional do Pacto PCI-BG, demonstrando maior preocupação com viabilidade operacional, monitoramento baseado em evidências e alinhamento entre metas territoriais, capacidade institucional e dos parceiros e a disponibilidade de dados.

Projetos e Investimentos

Em 2021, a Systemica, com apoio da TNC e IDH, contratou um estudo econômico-financeiro para mensurar a necessidade de investimentos para cumprimento das metas do Pacto PCI-BG durante o período de execução da Estratégia PCI na região. O estudo apontou que existe uma demanda anual de investimentos de aproximadamente R$ 250 milhões até 2030, sendo 85% para o eixo produzir; 11% para o eixo conservar e 4% para os eixos incluir e "outros"[11]. A análise indicou que, embora a maior parte da demanda financeira esteja concentrada no eixo Produzir, parcela significativa desses investimentos tende a ser realizada diretamente pelos próprios produtores rurais, especialmente em ações relacionadas à recuperação de pastagens. Nesse contexto, o estudo apontou a necessidade de priorização de recursos voltados aos eixos Conservar e Incluir, considerando as limitações orçamentárias do poder público e das instituições locais para implementação das metas nesses componentes da estratégia.

Como desdobramento desse processo, foram mapeados 12 projetos que estão contribuindo com as metas da Estratégia PCI e em execução na região. O mapeamento foi realizado em diferentes momentos: Primeiramente em 2021 com apoio da TNC (foi elaborado o Pitchbook BG") posteriormente pelo Instituto PCI foi elaborado o"Pitchbook PCI" nos anos de 2022 e 2023[12].

[11] The Nature Conservancy, 2021. Pitchbook PCI-BG

[12] Instituto PCI, 2023. Disponível em: https://pcimt.org/wp-content/uploads/2024/06/PRODUTO1PITCHBOOK2023PCIw5106381alt2.pdf

Nota: Os projetos identificados como provenientes do Pitchbook PCI têm como fonte o Pitchbook da Estratégia PCI, instrumento desenvolvido pelo Instituto PCI com o objetivo de dar visibilidade a projetos e iniciativas em execução no estado de Mato Grosso que contribuem para o alcance das metas da Estratégia PCI. Ressalta-se que tais projetos não são necessariamente captados, financiados, executados ou coordenados diretamente pelo Instituto PCI ou pelos parceiros implementadores dos Pactos PCI nos municípios. As informações apresentadas no Pitchbook foram reportadas voluntariamente pelas instituições coordenadoras e/ou executoras das iniciativas, com o propósito de ampliar a transparência e disponibilizar informações à sociedade sobre ações relacionadas à Estratégia PCI no estado. Não foi realizada verificação independente por terceira parte sobre as informações reportadas e, portanto, o Instituto PCI não garante a integral veracidade, atualização ou completude dos dados apresentados.

Embora nem todas as iniciativas tenham disponibilizado informações detalhadas sobre o volume de recursos mobilizados, o conjunto de projetos identificados evidencia a relevante atuação de instituições privadas, governamentais, da sociedade civil organizada e de produtores em ações concretas para o alcance das metas da Estratégia PCI na região. Como exemplo temos a submissão e aprovação de propostas de financiamentos de signatários do Pacto de Barra do Garças para desenvolvimento de ações ligadas às metas propostas, como por exemplo da CBHAA em conjunto com UFMT e TNC para restauração da bacia do Córrego Fundo, a TNC em conjunto com SEBRAE para desenvolvimento da pecuária sustentável, e mais recentemente o Instituto C3 para projetos de transição agroecológicas.

O conjunto de iniciativas identificadas demonstra avanços importantes na mobilização territorial em torno da Estratégia PCI, embora ainda existam desafios relacionados à coordenação entre projetos, monitoramento integrado de resultados e ampliação da escala de investimentos voltados aos eixos Conservar e Incluir. A tabela a seguir apresenta um resumo dos principais projetos e investimentos identificados na região.

Tabela 2. Investimentos e iniciativas realizadas no Pacto PCI-BG

Nome da iniciativa	Instituição Proponente	Objetivo	Fonte
SAF'S apícolas um modelo de iLPF para pequenas propriedades	Empresa Agronômica do Vale do Araguaia Júnior	Ampliar as práticas agroflorestais e incentivar a criação de abelhas melíferas em pequenas propriedades rurais em projetos de assentamentos.	Pitchbook BG, 2021
Marã robdzuri – plantar na floresta	Flor de Ibez – Instituto de Vida Integra	Promover a conscientização ambiental em âmbito escolar, visando mitigar o descarte incorreto de óleo de cozinha e diminuir a poluição de solo e córregos no município de Barra do Garças - MT	Pitchbook BG, 2021

Programa paraíso das águas	Secretaria Municipal de Turismo	Criar e fortalecer novos produtos e serviços turísticos da iniciativa privada, incluindo recuperação de nascentes, Pagamentos por Serviços Ambientais e fossas sépticas para estimular o saneamento ambiental rural.	Pitchbook BG, 2021
Programa de revitalização da bacia do alto Araguaia	Centro de Pesquisa PANTANAL	Implantar projeto-piloto para recuperação do passivo ambiental junto às APPs em pelo menos vinte propriedades rurais com registro de CAR na Bacia do Córrego Fundo, para estimular outras bacias da região a replicarem as ações.	Pitchbook PCI, 2023
Programa de expansão da cadeia produtiva do pescado	Associação dos Produtores Rurais Vale dos Sonhos - APPRVS	Ampliar o número de produtores parceiros, visando una produção anual de 120 toneladas de pescado.	Pitchbook PCI, 2023
Agroindústria projeto assentamento serra verde	Secretaria Municipal de Ind. e Comércio, Des. Rural e Pesca e Aquicultura - SEDER	Possibilitar aos agricultores familiares à agregação de valor a produção primária, melhorando a renda e as condições gerais de vida de suas famílias, bem como, contribuir para o desencadeamento de um processo de desenvolvimento socioeconômico em nível municipal, regional e estadual	Pitchbook BG, 2021
Rural sustentável (PRS-cerrado)	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade (IABS)	Mitigar as emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) e aumentar a renda de pequenos e médios agricultores no bioma Cerrado, promovendo a adoção de tecnologias de baixa emissão de carbono	Pitchbook PCI, 2023
Projeto U'pá - povo xavante	Fundação Nacional do Índio – FUNAI	O objetivo é aumentar a capacidade de produção agrícola, de modo a atender a real demanda das comunidades, visando a segurança alimentar e geração de renda.	Pitchbook PCI, 2023
Promovendpaisagens produtivas sustentáveis	Amaggi	Identificar e mapear áreas já abertas e com aptidão para produção agrícola da soja, visando torná-las alternativas para expansão sustentável, reduzindo ainda a pressão sobre o desmatamento.	Pitchbook PCI, 2023

Escritórios verdes	JBS	Programa que contribui para a inclusão de produtores e regularização ambiental de propriedades, desenvolvendo uma pecuária sustentável.	Pitchbook PCI, 2023
Todos pelo Araguaia	Secretaria de Meio Ambiente de Mato Grosso	Preservação dos recursos hídricos, a restauração de áreas degradadas, a conscientização ambiental e o desenvolvimento sustentável das comunidades	SEMA, 2024

Acesso a mercados

O município de Barra do Garças possui uma economia agropecuária diversificada, baseada tanto na produção de commodities agrícolas quanto em atividades vinculadas à agricultura familiar e ao turismo . Destacam-se as cadeias da bovinocultura de corte e leiteira, a produção de soja, milho e algodão, além de atividades da agricultura familiar, como mandioca, hortaliças, mel, piscicultura, ovinos, caprinos e avicultura. O município também apresenta atividades relacionadas ao etnoturismo em territórios indígenas Xavante na TI São Marcos e ao turismo regional associado às paisagens naturais do Araguaia, caracterizadas por rios, serras e chapadas.

Nesse contexto, o acesso aos mercados locais, nacionais e internacionais varia significativamente conforme o perfil produtivo e o grau de inserção econômica das diferentes cadeias produtivas presentes no território.

A produção de carne e soja (ou “commodities”) é predominantemente destinada à exportação para outros estados e para o mercado internacional. Em contraste, grande parte da produção oriunda da agricultura familiar destina-se ao abastecimento do mercado local e ao consumo interno do próprio município. Essa diferenciação reflete as assimetrias existentes entre os sistemas produtivos do território. Enquanto as cadeias de commodities operam com elevada escala produtiva, infraestrutura consolidada e maior integração logística e comercial, os produtores da agricultura familiar ainda enfrentam desafios relacionados ao acesso a infraestrutura, assistência técnica, tecnologia, crédito, logística e qualificação da mão de obra.

Considerando a relevância das cadeias de carne bovina e soja para a economia regional e sua inserção em mercados internacionais, este diagnóstico aprofundou a análise dessas commodities utilizando dados da plataforma de inteligência para comércio sustentável Trase.

Carne: Barra do Garças é um importante produtor de carne de Mato Grosso. A produção de carne do município totalizou 12.359,43 toneladas em 2023, representando 3% da produção estadual. A JBS é líder absoluto na região com 10.914,68 toneladas exportadas em 2023, 88,31% do total exportado pelo município. A Minerva fica em segunda posição com 936,48 toneladas (7,57%), seguido pela Marfrig com 147,06 toneladas (1,18%). Os demais frigoríficos juntos representam 361,21 toneladas (2,5%). O mercado internacional exerce forte relevância para a cadeia da carne bovina local.

A China consolida-se como o principal destino das exportações, respondendo por quase metade do mercado (onde a China Continental representa 43,8% e Hong Kong 4,7% do total). O ranking dos principais países importadores da produção local segue com os Estados Unidos (4,5%), Emirados Árabes Unidos (3,9%), Filipinas (3,13%) e Itália (2,28%)[13].

Soja: A produção de soja no município de Barra do Garças é pequena se comparada com os grandes centros produtores de Mato Grosso. Em 2020 foram comercializadas 116.264 toneladas (ou 0,4% do volume comercializado pelo Mato Grosso). Desse total, 63% foi destinado ao mercado doméstico brasileiro e 23,3% exportado diretamente para outros países. Do volume exportado, 14,4% foi pela COFCO Trading; 4,6% pela Gavillon e 1,6% pela Novaagri. Um volume expressivo da produção de soja do município não é renovável totalizando 13,7% do volume comercializado em 2020. Do volume total exportado pelo município, 18.182 toneladas foram para a China, seguido pela Turquia (9.895 toneladas) e Itália (5.058 toneladas)[14].

De forma geral, o cenário de acesso a mercados em Barra do Garças evidencia uma dualidade entre cadeias altamente integradas aos mercados globais de commodities e sistemas produtivos da agricultura familiar ainda fortemente dependentes de mercados locais e regionais. Esse contexto reforça a importância de estratégias voltadas à agregação de valor, ampliação do acesso a mercados diferenciados, fortalecimento da rastreabilidade e apoio à inclusão produtiva de pequenos produtores no âmbito do Pacto PCI-BG.

Avanços, desafios e oportunidades

Entre os Pactos PCI analisados neste estudo, o Pacto PCI-BG destaca-se pelo maior grau de institucionalização e segurança jurídica, contando com legislação específica tanto para o Programa PCI municipal quanto para o funcionamento do Comitê Gestor. O Pacto também possui um Comitê Gestor robusto contendo estrutura hierárquica detalhada incluindo presidência, vice-presidência, secretário executivo e 2º secretário e indicações específicas de responsáveis para cada um dos eixos temáticos “Produzir”, “Conservar” e “Incluir”. Adicionalmente o Pacto PCI-BG possui uma ampla lista de membros signatários com boa representação de atores do governo, setor privado, sociedade civil organizada e academia. Desde a criação do Pacto em 2019, e graças ao apoio de diferentes instituições, diversas ações foram realizadas para operacionalizar o Pacto PCI-BG na região. Muitas delas como um reflexo das próprias ações da Estratégia PCI no estado por meio do Instituto PCI. Desde sua criação, em 2019, diferentes parceiros têm apoiado a implementação de ações voltadas à operacionalização do Pacto no território, muitas delas como consequência das articulações promovidas pelo Instituto PCI no âmbito estadual.

Entre os principais desafios identificados está a necessidade de fortalecer a percepção e o reconhecimento do Pacto PCI-BG como instância articuladora das iniciativas alinhadas à Estratégia PCI no território. Embora exista um número significativo de projetos e ações alinhados à Estratégia PCI em Barra do Garças, parte dos atores locais ainda apresenta dificuldades em associar essas iniciativas diretamente ao Pacto PCI-BG. Em alguns casos, observou-se a percepção de que os projetos são conduzidos individualmente pelas instituições parceiras, e não

[13] Trase, 2020.Brazil Soy – Supply Chain
[14] Trase, 2020. Brazil Soy – Supply Chain

necessariamente como parte de uma estratégia territorial integrada coordenada pelo Pacto. Esse cenário esteve parcialmente relacionado ao fato de que, durante os primeiros anos de implementação,a Estratégia PCI não possuía estrutura jurídica e operacional própria para gestão direta de recursos financeiros. Como consequência, a execução dos projetos ocorreu majoritariamente por meio das instituições parceiras, reforçando a percepção de fragmentação das iniciativas. Apesar desses desafios, observa-se avanço gradual no fortalecimento da coordenação territorial do Pacto, especialmente a partir da mobilização de novos projetos e do apoio a políticas públicas municipais. Entre os exemplos recentes destacam-se iniciativas voltadas à assistência técnica, melhoria da produtividade, inclusão de povos e comunidades tradicionais, elaboração do Plano Municipal da Agricultura Familiar e Indígena de Barra do Garças e apoio técnico à estruturação de projetos submetidos pela própria Prefeitura Municipal.

3.2 Pacto PCI Sorriso

Nome do Pacto Regional:	Pacto PCI-Sorriso	Município(s):	Sorriso
Data de criação:	Abril, 2019	Legislação específica:	Não
Grupo de Governança:	Sim	Metas PCI locais:	Sim
MoU com Prefeitura:	Sim	Monitoramento:	2019 a 2030
Secretário Executivo PCI: Emanuel Olsen (2022 a 2024), Jéssica Gimenes Tâmbalo (2025 a atual)			

Contexto socioeconômico e ambiental

Sorriso é um município localizado na Região central do Mato Grosso, na microrregião do Alto Teles Pires e na mesorregião do Norte Mato-grossense, divisa com os municípios de Sinop, Lucas do Rio Verde, Vera, Nova Ubiratã e Boa Esperança do Norte. Possui uma área de 9.293,62 km², sendo o terceiro maior dentre os municípios com Pactos regionais da PCI. Em 2025, a população estimada foi de 124.665 pessoas habitantes e a densidade demográfica de 11,90 habitantes por quilômetro quadrado. O município é conhecido como Capital Nacional do Agronegócio com a segunda maior produção agrícola do Brasil totalizando um VBP de R$ 11,47 bilhões em 2022 atrás apenas de Sapezal[15]. O município também é o maior produtor individual de soja do mundo totalizando 2,08 milhões de toneladas em 2024[16].

Sorriso possui a quarta maior economia do estado de Mato Grosso totalizando R$ 13,75 bilhões em 2023, apenas atrás de Cuiabá, Rondonópolis e Várzea Grande[17], respectivamente. Em

[15] MAPA, 2023. Produção Agrícola Municipal
[16] IBGE, Sidra. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1612
[17] Observatório de Dados de Mato Grosso. Produto Interno Bruto dos Municípios

2023, o PIB per capita de Sorriso, foi de R$ 124.271,31, o que o colocou na 22ª posição entre os 142 municípios do estado[18]. A população ocupada em 2022 foi de 48% (ou 53.785 pessoas) com renda média mensal de 2,2 salários mínimos. O índice de Desenvolvimento Humano do município (IDH) foi medido pela última vez em 2010 com pontuação de 0,744, e portanto, considerado alto[19]. Apesar de possuir boa infraestrutura, saúde e educação, em 2024 o município se tornou o 4º maior violento do Brasil em termos de homicídios per capita[20].

Sorriso está no chamado portal da Amazônia. Nesta área de transição entre cerrado (78%) e bioma amazônico (22%). Grande parte do município é ocupado pela agropecuária. Dos 929.362 hectares do município, 69,7% é ocupado pela agropecuária e 28,4% por vegetação nativa e o restante por corpos de água e meio urbano. Dentre as áreas ocupadas por agropecuária (589.351 hectares), quase a totalidade (96,2%) é de agricultura. O restante são pastagens e silvicultura, correspondendo a 11.164 hectares e 3.005 hectares, respectivamente. A maior parte da área em produção do município já está consolidada uma vez que o "boom" da agricultura no município se deu entre os anos de 1985 (97.209 ha) e 2004 (547.251 ha)[21].

A forte expansão da agricultura em Sorriso iniciou com a extração de borracha na região, pela Empresa Rio Novo, e posteriormente, com a abertura da rodovia federal, BR 163. Mais adiante na década de 1970 com incentivos fiscais e apoio financeiro pelo Governo Federal houve a chegada de famílias assentadas do Rio Grande do Sul pelo INCRA e iniciando-se assim a extração de madeira que por sua vez deu início a conversão e degradação e consolidação da agricultura na região. Consequentemente, a região passou a atrair não apenas os colonos, mas também grandes firmas nacionais e internacionais ligadas ao agronegócio. Estas empresas exportadoras passaram a compor a paisagem local, dominada por grandes extensões de plantações de soja e por enormes armazéns graneleiros[22].

Mais recentemente, a modernização da infraestrutura logística consolidou ainda mais a competitividade da região. Destaca-se a concessão e os avanços na duplicação da BR-163 no estado de Mato Grosso, especialmente no trecho sob gestão da concessionária Nova Rota do Oeste. Nos últimos anos, foram aceleradas obras de duplicação em segmentos estratégicos, incluindo trechos que conectam municípios-chave como Sorriso, Sinop, Lucas do Rio Verde e Nova Mutum.

A duplicação da BR-163 representa um marco logístico para o estado, reduzindo custos de transporte, aumentando a segurança viária e melhorando a eficiência no escoamento da produção agrícola em direção aos portos do Arco Norte, especialmente Mirituba (PA). Esse avanço fortalece a inserção de Sorriso nas cadeias globais de suprimento, ampliando sua competitividade internacional e consolidando o município como um dos principais hubs logísticos e produtivos do agronegócio brasileiro.

Considerando que o município de Sorriso está inserido na Amazônia Legal — região definida pelo governo brasileiro que abrange nove estados e tem como objetivo o planejamento

[18] SEPLAG, 2021. Produto Interno Bruto dos Municípios de Mato Grosso

[19] AtlasBR. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/perfil/municipio/510180

[20] Fórum Brasileiro de Segurança Pública. *18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública*, 2024. Disponível em: https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/253

[21] Mapbiomas v9.0.

[22] Delmon., J. et al, 2013. Expansão da agricultura em Sorriso/MT de 1988 a 2009

e desenvolvimento socioeconômico integrado da Amazônia — é necessário observar os diferentes requisitos legais de conservação ambiental aplicáveis aos seus biomas. Sorriso localiza-se em uma zona de transição entre os biomas Cerrado e Amazônia. De acordo com o Código Florestal, nas áreas de Cerrado inseridas na Amazônia Legal, as Reservas Legais (RL) devem corresponder a, no mínimo, 35% da propriedade rural, enquanto nas áreas de bioma Amazônia esse percentual é de 80%.

Neste contexto, a partir de estudos realizados pela UNIC-Sorriso em 2019, existe um passivo de 4,3% das áreas de Cerrado e de 55,3% nas áreas de Amazônia. Além destes percentuais, também existem possíveis áreas com passivo ambiental nas Áreas de Preservação Permanente (APP) como margens de cursos d'água e outros que não foram quantificadas neste estudo[23].

Em 2023 existem 6.470 hectares no município cobertos por água, valor este que tem crescido gradualmente desde o início das medições pelo Mapbiomas em 1985 quando foram mapeados 4.921 hectares de água. Deste total, 73% são corpos hídricos naturais; 18% são reservatórios e 8% são hidrelétricas e PCHs. A atividade de Aquicultura (tanques para produção de peixes) representa 0,7% da superfície de água, sendo esta uma atividade econômica potencial no município[24].

O nível de conversão e degradação no município de Sorriso apresentou estabilidade nos últimos 10 anos. De acordo com o PRODES, no decorrer de 2014 a 2023 foram desmatados 498 hectares, de 2016 para 2019 houve uma redução de 87 para 15 hectares, seguido de um aumento nos anos subsequentes chegando a 91 hectares em 2023 (exceto o ano de 2022 quando não houve conversão de vegetação nativa). Em 2023, a grande maioria das queimadas (92%) aconteceram nas regiões ocupadas pela agropecuária e 8% em regiões cobertas por vegetação natural[25].

Histórico da criação do Pacto PCI Sorriso

O Pacto Regional da Estratégia Produzir, Conservar e Incluir (PCI) de Sorriso (denominado "Pacto PCI-Sorriso") teve origem em uma iniciativa da IDH, articulada junto a atores locais, majoritariamente vinculados ao setor privado. Em abril de 2019, treze instituições formalizaram sua adesão à iniciativa por meio da assinatura de um Memorando de Entendimento (MoU) com o IDH. O acordo estabeleceu as bases para uma cooperação interinstitucional voltada à articulação de esforços e à implementação de ações relacionadas ao desenvolvimento econômico sustentável da região de Sorriso, alinhadas aos princípios da Estratégia PCI. O Memorando de Entendimento foi firmado com vigência inicial de cinco anos, compreendendo o período entre 2019 e 2024[26].

[23] Giaretta., J. et al, 2019. Avanço da atividade agropecuária sobre as áreas de vegetação natural na capital nacional do agronegócio. Disponível em: https://www.scielo.br/j/asoc/a/dfNLZzcP7BDsrHbjKsttQHP/?lang=pt#

[24] Mapbiomas. V9. Agua

[25] Mapbiomas. V9. Queimadas

[26] IDH, 2019. Memorando de Entendimento Sorriso. Disponível em: https://pcimt.org/wp-content/uploads/2024/06/MOUPCIProgramaSorrisoPortugues.pdf

Em março de 2020, o Clube Amigos da Terra iniciou a implementação do Programa Cultivando Vida Sustentável, com apoio financeiro da Fundação Carrefour, da IDH e do Carrefour. Posteriormente, em 2021, foi criado o "Programa de Microcrédito Rural Familiar", estruturado como um fundo de aval destinado a ampliar o acesso de agricultores familiares ao crédito rural. A iniciativa contou com aproximadamente R$ 1 milhão em recursos, com potencial para beneficiar até 300 agricultores familiares por meio da oferta de garantias para operações de microcrédito junto a bancos comerciais e cooperativas de crédito[27].

A partir de 2021, com o apoio financeiro do Instituto PCI, o Pacto PCI Sorriso passou a contar com uma Secretaria Executiva dedicada, representando um marco importante para o fortalecimento da governança territorial e a operacionalização da Estratégia PCI no nível municipal. A Secretaria Executiva exerce papel estruturante na coordenação e articulação multissetorial do Pacto, funcionando como instância técnica responsável por conectar atores do poder público, setor privado e da sociedade civil em torno de uma agenda comum. Esse trabalho contribui para reduzir assimetrias de informação, ampliar a eficiência dos processos de tomada de decisão e fortalecer o alinhamento entre as prioridades locais e as diretrizes estratégicas da PCI no estado de Mato Grosso.

Entre suas principais atribuições destacam-se a mobilização e engajamento contínuo de stakeholders locais; a identificação qualificada de demandas, gargalos e oportunidades no território; o apoio técnico à estruturação e submissão de projetos para captação de recursos; e o monitoramento sistemático das metas pactuadas, assegurando maior transparência, rastreabilidade e accountability das ações implementadas

Adicionalmente, a Secretaria Executiva exerce a função de ponto focal de comunicação e integração entre as iniciativas desenvolvidas no município de Sorriso e a Estratégia PCI em âmbito estadual, contribuindo para ampliar a coerência, a sinergia e escalabilidade das ações implementadas. Nesse sentido, sua atuação é fundamental para transformar diretrizes estratégicas em resultados concretos no território, consolidando o Pacto PCI-Sorriso como uma referência em governança local para o desenvolvimento sustentável.

Após um período dedicado à consolidação da governança e ao fortalecimento das articulações institucionais, os anos de 2025 e 2026 representaram um novo ciclo de avanços para o Pacto PCI Sorriso. Em 2025, foi conduzido um amplo processo de revisão e atualização das metas do Pacto, envolvendo representantes dos setores produtivo, ambiental, social e do poder público, com o objetivo de aprimorar indicadores, fortalecer a capacidade de monitoramento e aumentar a aderência das metas à realidade atual do município.

No mesmo período, o Pacto ampliou sua participação em espaços estratégicos de discussão sobre sustentabilidade e desenvolvimento territorial, incluindo o Seminário Pré-COP30, que contou com a participação de importantes lideranças da agenda socioambiental, como Ana Catarina Tibaldi, Secretária Adjunta na SEMASA (Secretaria Municipal de Agricultura Familiar e Segurança Alimentar) e Cristina Delicado, Diretora Executiva do Clube Amigos da Terra (CAT), fortalecendo a conexão do território com agendas nacionais e internacionais relacionadas às mudanças climáticas, produção sustentável e conservação ambiental.

[27] Decreto nº 534. Disponível em: https://site.sorriso.mt.gov.br/storage/app/uploads/public/60d/60e/bed/60d60ebedc830336699296.pdf

Já em 2026, destaca-se a criação do Comitê Gestor do Pacto PCI Sorriso, marco institucional que fortaleceu a governança local e estabeleceu uma estrutura permanente para coordenação, monitoramento e tomada de decisão. Também foi validada a minuta de projeto de lei para institucionalização do Pacto no âmbito municipal, iniciando as articulações necessárias para sua tramitação e futura implementação. Outro avanço importante foi o início do mapeamento sistemático dos projetos, programas, investimentos e iniciativas existentes no território que contribuem direta ou indiretamente para o alcance das metas do Pacto. Esse trabalho busca ampliar a compreensão sobre os recursos já mobilizados na região, identificar sinergias e apoiar a priorização de novas ações. Em paralelo, as metas do Pacto PCI Sorriso passaram a integrar a plataforma internacional SourceUp, ampliando a transparência, a visibilidade e a conexão da iniciativa com potenciais parceiros e financiadores nacionais e internacionais. O período também foi marcado pela atualização e assinatura de um novo Memorando de Entendimento (MoU) com a prefeitura de Sorriso, reafirmando o compromisso das instituições participantes com a agenda Produzir, Conservar e Incluir.

Por fim, destaca-se o fortalecimento das articulações regionais com o Consórcio CIDESA e municípios estratégicos da BR-163, especialmente Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sinop, criando as bases para uma futura expansão territorial do modelo de governança desenvolvido em Sorriso e para a construção de uma agenda regional integrada de desenvolvimento sustentável.



Figura 5. Histórico desde a criação do Pacto PCI-Sorriso

Governança e Instituições relevantes da paisagem

A formalização do Pacto PCI Sorriso, em 2019, representou um avanço institucional relevante ao estabelecer o compromisso entre atores locais para implementação da Estratégia Produzir, Conservar e Incluir no território. Na ocasião, foi concebido um modelo de governança que previa a criação de instâncias deliberativa, de gestão, articulação e execução, com definição de prazos para sua formalização e funcionamento.

Entretanto, apesar da clareza conceitual da proposta, a estrutura não foi implementada no período subsequente, evidenciando desafios relacionados à coordenação multissetorial, capacidade institucional e priorização política da agenda PCI no território.

Esse cenário começou a se transformar a partir de 2021, com a introdução da Secretaria Executiva e o fortalecimento da articulação territorial promovida pelo Instituto PCI e parceiros locais. O processo culminou, em 2026, na criação do Comitê Gestor do Pacto PCI Sorriso, representando um avanço na consolidação da governança local. A criação do Comitê marca a transição de um modelo predominantemente declaratório para uma estrutura operacional, com definição clara de papéis, responsabilidades e fluxos de tomada de decisão.

O Comitê Gestor passa a exercer a função de instância central de coordenação estratégica e tática do Pacto no município, reunindo atores-chave do setor público, produtivo e da sociedade civil. Sua estruturação contribui para ampliar o alinhamento entre iniciativas, fortalecer a priorização de ações com base em evidências territoriais e aumentar a capacidade de implementação de projetos estruturantes. Além disso, possibilita avanços na institucionalização de mecanismos de monitoramento, transparência e accountability, elementos críticos para a credibilidade e sustentabilidade da iniciativa.

A consolidação do Comitê Gestor também amplia a capacidade do Pacto PCI-Sorriso de mobilizar recursos, estruturar parcerias estratégicas e coordenar ações integradas voltadas aos eixos Produzir, Conservar e Incluir. Nesse contexto, o fortalecimento da governança local cria condições mais favoráveis para a ampliação da escala das ações implementadas, para replicação do modelo em outros municípios em processo de criação ou fortalecimento de Pactos PCI.



Figura 6. Comitê Gestor do Pacto PCI-Sorriso

Instituições participantes do Pacto PCI-Sorriso:

O Pacto PCI Sorriso foi iniciado, em 2019, com a adesão formal de 13 instituições signatárias, número que foi progressivamente ampliado ao longo dos anos com a incorporação de novos atores estratégicos do território. Desde sua origem, o arranjo institucional caracterizou-se por uma composição multissetorial, refletindo a complexidade da agenda territorial proposta. Essa diversidade de atores — envolvendo setor privado, poder público, organizações da sociedade civil e entidades representativas — evidencia, desde o início, a intenção de estruturar uma governança baseada na articulação entre diferentes setores, condição indispensável para enfrentar desafios estruturais relacionados à produção sustentável, conservação ambiental e inclusão social no território.

Tabela 3. Instituições participantes do Pacto PCI-Sorriso

Setor	Nome da Instituição	Adesão 2019	Membro 2025
Associação de Classe	ABIOVE - Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais	Sim	Sim
	APOS - Associação dos Produtores Orgânicos	Sim	Sim
	APROCEL - Associação de Pequenos Produtores Rurais do Rio Celeste	-	Sim
	EcoArts Amazônia	-	Sim

	Coopervia - Cooperativa dos Produtores Agropecuários da Região Norte do Estado de Mato Grosso	-	Sim
	Sindicato Rural de Sorriso		Sim
	UNEM - União dos Produtores de Etanol de Milho	Sim	Sim
	Sindicato dos Trabalhadores Rurais	Sim	Sim
Empresa	Agelíder - Agência Líder de Desenvolvimento	-	Sim
	Carrefour	Sim	Sim
	Cargill	Sim	-
	Cofco	Sim	Sim
	Coopercel	Sim	Sim
	Colgate	-	Sim
	Delicious Fish	Sim	Sim
	LIDL	-	Sim
	FS Bioenergia	-	Sim
	NATCAP	Sim	Sim
	Nestlé	-	Sim
	Nutribras	Sim	Sim
	Produzindo Certo	-	Sim
	Baraúna Soluções Biológicas	-	Sim
	Olsen Consultoria	-	Sim
	Impactability Consultoria e Soluções	-	Sim
Ensino	IFMT - Instituto Federal de Mato Grosso	-	Sim
	UFMT - Universidade Federal do Mato Grosso	-	Sim
Governo	Prefeitura de Sorriso	Sim	Sim
	CMDRS - Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e Sustentável	-	Sim
	SEMASA - Secretaria de Agricultura e Segurança Alimentar	Sim	Sim
	SAMATEC- Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente	Sim	Sim
	SEMA - Secretaria de Meio Ambiente (Cuiabá)	-	Sim
	PMS - Programa Mato-grossense de Municípios Sustentáveis	Sim	Sim
	EMPAER – Empresa de Pesquisa e Assistência e Extensão Rural	Sim	Sim

ONG	GIZ - Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit	Sim	Sim
	CAT - Clube Amigos da Terra	Sim	Sim
	IABS - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade	Sim	Sim
	EarthWorm	Sim	Sim
	IDH – Sustainable Trade Initiative	Sim	Sim
	Instituto PCI	Sim	Sim
	TNC - The Nature Conservancy	Sim	Sim
	Gaia	Sim	Sim
Produtores Rurais	Assentamento Jonas Pinheiro	-	Sim
	Projeto de Assentamento Casulo	Sim	Sim
Sistema S	SENAR-MT – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural do Mato Grosso	-	Sim
Outros	CIDESA - Consórcio Intermunicipal do Vale do Guaporé		Sim
	Cooperriso - Cooperativa Dos Produtores Hortifrutigranjeiros De Sorrisos	-	Sim
	RTRS - Round Table for Responsible Soy	Sim	Sim

Monitoramento das metas

As metas do Pacto PCI Sorriso foram originalmente construídas em 2018, durante o processo de estruturação da iniciativa, por meio de oficinas participativas e reuniões técnicas envolvendo representantes do setor produtivo, poder público, organizações da sociedade civil, instituições de pesquisa e demais entidades signatárias. O processo buscou traduzir para a realidade local os objetivos da Estratégia PCI Mato Grosso, organizando compromissos voluntários nos eixos Produzir, Conservar e Incluir. A definição das metas considerou os principais desafios e oportunidades identificados no território à época, bem como a disponibilidade de informações e indicadores existentes. Contudo, em função das limitações metodológicas e de acesso a dados observadas ao longo da implementação, parte dessas metas passou posteriormente por um processo de revisão e atualização, visando aumentar sua aderência à realidade local, sua capacidade de monitoramento e sua efetividade como instrumento de gestão territorial.

No final de 2022, foi realizado o primeiro esforço estruturado de monitoramento das metas do Pacto PCI Sorriso, a partir de uma iniciativa liderada pelo Comitê de Monitoramento do Instituto PCI. Como resultado, foi publicado o Balanço de Metas do Pacto, consolidando informações referentes ao período de 2018 a 2021 e estabelecendo uma base inicial de acompanhamento dos avanços e lacunas da Estratégia PCI no território.

Na sequência, em 2025, foi conduzido um novo ciclo de monitoramento, estruturado em duas etapas complementares. A primeira consistiu na realização de um workshop de revisão de metas com a participação dos principais atores envolvidos no Pacto, permitindo a atualização, validação e priorização dos indicadores estratégicos. A segunda etapa envolveu a sistematização e o monitoramento dos dados, com destaque para a inserção das informações na plataforma SourceUp (https://sourceup.org/pt/initiatives/sorriso) . A plataforma SourceUp é uma iniciativa internacional voltada à visibilidade, transparência e conexão de iniciativas de paisagem sustentável, permitindo a padronização de indicadores, o acompanhamento de metas e a articulação com potenciais financiadores e parceiros globais. A inserção do Pacto PCI Sorriso nessa plataforma representa um avanço relevante na qualificação do sistema de monitoramento, ampliando a rastreabilidade dos resultados e o posicionamento da iniciativa em redes internacionais de financiamento e impacto.

De forma transversal, o monitoramento das metas do Pacto PCI Sorriso é conduzido como um esforço coletivo, envolvendo os diferentes membros da governança local. Esse processo é liderado pelo Comitê Gestor do Pacto PCI-Sorriso, com papel central da Secretaria Executiva na coordenação das atividades, consolidação de dados e articulação entre os atores. Essa estrutura tem permitido maior consistência na coleta de informações, alinhamento metodológico e fortalecimento da cultura de gestão orientada a resultados no território.



Figura 7. Balanço de metas do Pacto PCI-Sorriso 2018 a 2024

A análise do desempenho das metas do Pacto PCI Sorriso no período de 2018 a 2024 evidencia avanços institucionais relevantes, acompanhados de resultados heterogêneos entre os eixos Produzir, Conservar e Incluir. Os dados consolidados indicam que, embora a estrutura de governança e monitoramento tenha evoluído ao longo do período, persistem desafios significativos relacionados à efetividade da implementação e à aderência das metas à dinâmica econômica e territorial do município.

No eixo Produzir, observa-se uma tendência de retração em diversas cadeias produtivas monitoradas, com reduções expressivas na produção de suínos (-33,31%), peixes (-43,17%), leite (-43,63%), frutas (-83%) e horticultura (-84,52%) ao longo do período analisado. Esse comportamento evidencia limitações na resiliência das cadeias produtivas diversificadas e indica um possível desalinhamento entre as metas pactuadas e os instrumentos de política pública, incentivos econômicos e dinâmicas territoriais predominantes na região.

No eixo Conservar, os resultados apontam para avanços importantes no campo da regularização ambiental, com destaque para o aumento significativo do cadastro de imóveis rurais no CAR (34%), aproximando-se da universalização, 90%. No entanto, metas estruturantes relacionadas à restauração ambiental e à adoção de sistemas produtivos sustentáveis, como sistemas agroflorestais, não apresentaram evolução no período analisado. Adicionalmente, os dados indicam oscilações no desmatamento sem autorização, com aumento recente (de 3,81 km² em 2018 para 13,65 km² em 2024), evidenciando riscos à consolidação dos ganhos ambientais. Esse cenário sugere que, embora haja fortalecimento institucional, ainda existem limitações na conversão dessas estruturas em resultados concretos no território.

No eixo Incluir, verifica-se o desempenho mais consistente entre os três eixos, especialmente no que se refere à ampliação do acesso à assistência técnica e extensão rural (ATER), com aumento no número de famílias atendidas (de 40 para 367; +126,55%), e ao avanço na regularização fundiária da agricultura familiar (69,20% dos lotes). Esses resultados indicam uma maior efetividade de políticas públicas diretamente estruturadas e implementadas no nível local. Contudo, esse avanço institucional não se refletiu de forma proporcional na performance produtiva da agricultura familiar, que também apresentou retração em diversas cadeias, reforçando desafios na geração de renda e na sustentabilidade econômica desses sistemas produtivos.

A análise do processo de monitoramento das metas do Pacto PCI-Sorriso evidencia desafios relevantes relacionados à padronização metodológica, disponibilidade de dados e capacidade de acompanhamento sistemático das ações implementadas no território. Embora o Pacto tenha avançado significativamente na estruturação da governança e na consolidação de mecanismos de monitoramento, o processo ainda enfrenta limitações para garantir maior comparabilidade, rastreabilidade e mensuração efetiva dos resultados ao longo do tempo.

Um dos principais desafios identificados refere-se à necessidade de maior unificação metodológica na definição das futuras metas do Pacto. Observou-se que parte das metas originalmente estabelecidas apresenta baixa clareza operacional, ausência de indicadores objetivos ou dependência excessiva de fatores externos e decisões político-institucionais. Nesse contexto, recomenda-se que os próximos ciclos de planejamento adotem metodologias estruturadas para formulação e monitoramento de metas, como o modelo SMART (Specific, Measurable, Achievable, Relevant and Time-bound), garantindo que as metas sejam específicas, mensuráveis, alcançáveis, relevantes e temporalmente definidas. Essa abordagem, inclusive, está alinhada às diretrizes estabelecidas no documento Diretrizes para criação e gestão dos Pactos PCI, que recomenda a adoção de instrumentos metodológicos capazes de fortalecer a efetividade da governança, do monitoramento e da avaliação dos Pactos PCI. A incorporação desse modelo tende a ampliar a efetividade do acompanhamento das ações e facilitar a avaliação do progresso territorial.

Outro desafio crítico está relacionado à identificação prévia de bases de dados públicas e acessíveis capazes de sustentar o monitoramento contínuo dos indicadores. Em diversos casos, verificou-se ausência de séries históricas consistentes, descontinuidades de atualização de dados ou dificuldade de acesso às informações. Isso reforça a necessidade de que futuras metas sejam formuladas considerando previamente a existência, periodicidade e confiabilidade das fontes de informação, reduzindo riscos de inviabilidade técnica no acompanhamento dos resultados.

Adicionalmente, destaca-se a dificuldade de consolidar uma visão integrada dos projetos, programas e investimentos em execução no território que contribuem diretamente para o alcance das metas do Pacto. Atualmente, ainda existe fragmentação das iniciativas conduzidas por diferentes instituições, dificultando o entendimento sobre volume de investimentos mobilizados, sobreposição de ações e lacunas temáticas ou territoriais. Nesse sentido, torna-se estratégico avançar no mapeamento sistemático dos projetos locais, incluindo fontes de financiamento, áreas de atuação, indicadores impactados e montantes investidos, permitindo maior alinhamento entre os esforços institucionais e as prioridades do Pacto PCI Sorriso.

Entre os desafios específicos identificados no processo de revisão das metas, destacam-se duas situações relevantes. A primeira refere-se à meta de regularizar 70% dos 367 lotes da agricultura familiar até 2030. Observou-se que a regularização fundiária depende diretamente de instrumentos jurídicos, processos administrativos complexos e decisões institucionais externas à governança do Pacto, reduzindo sua governabilidade local. Como alternativa, recomenda-se reformular a meta para indicadores mais operacionais e executáveis no território, como ampliação do suporte técnico, assistência à adequação ambiental ou fortalecimento do acesso a políticas públicas para os assentados.

A segunda situação envolve a meta de regulamentar a implementação de sistemas agroflorestais nos processos de regularização ambiental até 2030. Durante o processo de revisão, identificou-se que a regulamentação em si representa mais uma ação institucional do que uma meta finalística de impacto. Além disso, sua execução depende de processos regulatórios estaduais complexos. Como solução, recomenda-se substituir ou complementar essa meta por indicadores diretamente relacionados à implementação territorial, como número de hectares restaurados com sistemas agroflorestais, quantidade de propriedades apoiadas ou volume de recursos mobilizados para pagamento por serviços ambientais (PSA), tornando o monitoramento mais tangível e aderente à capacidade de atuação local.

Meta	Desafios			Recomendações
	Meta	*Monit.*	*Descrição*	
Regularizar 70% dos 367 lotes da agricultura familiar até 2030.	X		Regularizar áreas de assentamento que possuem passivo ambiental	**repensar a meta para que não dependa de instrumentos jurídicos ou decisões políticas**
Regulamentar até 2030 a implementação de sistemas agroflorestais nos processos de regularização ambiental.	X		Implementação de sistemas agroflorestais é uma ação, não uma meta	**Ex: "remunerar X hectares através de PSA até o ano de 2030"**

Figura 8. Desafios de monitoramento do Pacto PCI-Sorriso

Projetos e Investimentos

A implementação do Pacto PCI-Sorriso vem promovendo, de forma gradual, a mobilização de projetos, parcerias e investimentos relacionados aos eixos Produzir, Conservar e Incluir. Apesar de ainda haver limitações na escala de investimentos e na articulação entre iniciativas, as ações atualmente identificadas já contribuem para o fortalecimento da governança territorial e para o avanço da implementação da Estratégia PCI no município.

Nota: Os projetos identificados como provenientes do Pitchbook PCI têm como fonte o Pitchbook da Estratégia PCI, instrumento desenvolvido pelo Instituto PCI com o objetivo de dar visibilidade a projetos e iniciativas em execução no estado de Mato Grosso que contribuem para o alcance das metas da Estratégia PCI. Ressalta-se que tais projetos não são necessariamente captados, financiados, executados ou coordenados diretamente pelo Instituto PCI ou pelos parceiros implementadores dos Pactos PCI nos municípios. As informações apresentadas no Pitchbook foram reportadas voluntariamente pelas instituições coordenadoras e/ou executoras das iniciativas, com o propósito de ampliar a transparência e disponibilizar informações à sociedade sobre ações relacionadas à Estratégia PCI no estado. Não foi realizada verificação independente por terceira parte sobre as informações reportadas e, portanto, o Instituto PCI não garante a integral veracidade, atualização ou completude dos dados apresentados.

Além das sete iniciativas inicialmente mapeadas pelo Instituto PCI e sistematizadas nos Pitchbooks PCI 2023 e 2024, identificaram-se novos projetos e investimentos relevantes para o território. O conjunto dessas iniciativas evidencia a capacidade do território de atrair parceiros institucionais e financeiros interessados em agendas relacionadas à produção sustentável, conservação ambiental, inclusão produtiva e fortalecimento das cadeias da agricultura familiar.

O mapeamento dos investimentos também permite compreender como os diferentes projetos se articulam — ou podem se articular — à estrutura de governança do Pacto PCI-Sorriso, contribuindo para o alinhamento de prioridades, a coordenação de esforços e o monitoramento de resultados no território.

A tabela a seguir apresenta um resumo dos principais projetos e investimentos identificados na região.

Tabela 4. Investimentos e iniciativas realizadas no Pacto PCI-Sorriso

Nome da iniciativa	Instituição Proponente	Objetivo	Metas PCI	Fonte
Cultivando Vida Sustentável	CAT – Clube Amigos da Terra	Valorizar a produção responsável de soja, promover a restauração de áreas degradadas e oferecer assistência técnica para pequenos produtores.	Eixos P, C e I	Pitchbook PCI, 2023
RTRS - Round Table on Responsible Soy	RTRS	Trabalhar através da cooperação entre os atores ligados à cadeia de valor da soja, através de uma plataforma global de diálogo multilateral sobre a soja responsável de um padrão global de certificação.	Eixos P e C	Pitchbook PCI, 2023
Projeto Produzindo Valor	CAT – Clube Amigos da Terra	Implantação dos Critérios Exigidos pela Certificação FEFAC em Imóveis Rurais, como Metodologia Inovadora de Fomento à Produção de Soja Responsável	Eixos P e C	REM Mato Grosso
Gente que produz e preserva (Certificação RTRS)	CAT – Clube Amigos da Terra	Tinha o objetivo de fomentar a produção de soja responsável RTRS na região de Sorriso - MT. O projeto atuou em duas frentes: certificação RTRS com a implantação de boas práticas agropecuárias, e de agroecologia junto à agricultura familiar.	Eixos P e C	WWF Brasil
Gente que produz e preserva (Balde Cheio)	CAT – Clube Amigos da Terra	O Programa Balde Cheio é uma metodologia de transferência de tecnologia que visa capacitar profissionais da assistência técnica, extensão rural e pecuaristas em técnicas, práticas e processos nas áreas de agricultura, zootecnia, gestão e meio ambiente. As tecnologias aplicadas são adaptadas regionalmente em propriedades, sendo monitoradas quanto aos impactos ambientais, econômicos e sociais após a adoção.	Eixo I	WWF Brasil
Águas do Lira	CAT – Clube Amigos da Terra	Recuperar as 54 nascentes degradadas na bacia do Rio Lira em Sorriso-MT.	Eixo C	Pitchbook PCI, 2025

Sistemas Agroalimentares Territoriais (SATs)	CAT – Clube Amigos da Terra	Promover a implementação e disseminação de práticas agroecológicas sustentáveis em Mato Grosso, integrando acompanhamento técnico qualificado, capacitação de agricultores.	Eixo I	Pitchbook PCI, 2025
Projeto de Educação Ambiental, O Agro na Escola	CAT – Clube Amigos da Terra	Promover ações de educação ambiental e conscientização junto às escolas do município, por meio de palestras, conteúdos educativos e atividades formativas voltadas a temas como sustentabilidade, produção agropecuária responsável, conservação ambiental, mudanças climáticas, recursos hídricos e boas práticas no campo, fortalecendo a aproximação entre sociedade, juventude e agronegócio sustentável.	Eixos P, C e I	Pitchbook PCI, 2025
Mecanismo de Conservação do Cerrado	ABIOVE	Criar mecanismos financeiros capazes de recompensar produtores rurais do bioma Cerrado que optaram por conservar áreas de vegetação nativa excedentes à exigência legal de Reserva Legal, abrindo mão da conversão dessas áreas para expansão agrícola, especialmente para a produção de soja.	Eixo C	Pitchbook PCI, 2025
Projeto agricultura de baixo carbono e Desmatamento evitado para reduzir a pobreza no Brasil - Fase II	Instituto Brasileiro de Desenv. e Sustentabilidade (IABS)	Mitigar as emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) e aumentar a renda de pequenos(as) e médios(as) produtores(as) no bioma Cerrado, promovendo a adoção de tecnologias produtivas de baixa emissão de carbono	Eixos P, C e I	Pitchbook PCI, 2025
Engajamento e Fomento do Pacto PCI Sorriso	EarthWorm	Promoção e articulação de ações estratégicas com apoio à governança local e facilitação do diálogo entre atores envolvidos no Pacto PCI Sorriso.	Eixos P, C e I	Pacto PCI Sorriso

Mapeamento de áreas prioritárias de Preservação e Restauração Ambiental	EarthWorm	Promover a restauração de APPs degradadas para conservação da biodiversidade e segurança hídrica, reintegrando produtores rurais aos mercados formais por meio da regularização ambiental (CAR e PRA) e implementando mecanismos de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) que incentivem a conservação e recuperação ambiental de longo prazo.	Eixos P, C e I	Pacto PCI Sorriso

Acesso a mercados

O município de Sorriso é conhecido Capital Nacional do Agronegócio com a segunda maior produção agrícola do Brasil totalizando um VBP de R$ 12 a 13 bilhões em 2024 atrás apenas de Sapezal[28]. Nesse contexto, a produção local é fortemente orientada para a exportação nacional e internacional. Não existem informações publicamente disponíveis sobre a cadeia de suprimentos a nível nacional. No entanto, a informação abaixo está disponível por meio da plataforma "trase.earth" para os produtos de soja, milho e algodão.

Soja

Em 2022 foram comercializadas 2,1 milhões de toneladas de soja (ou 5,1% do volume comercializado pelo Mato Grosso). Desse total, 38% foi exportado para a China, 10,3% para a Indonésia, 10% para a Tailândia e 7,5% para a Holanda. O restante foi distribuído para outros países. As maiores tradings exportadoras do município são a COFCO com 22,8% do volume exportado; Caramuru (12,8%); ADM (2,25); Bunge (8,2%); Amaggi (5,7%); Louis Dreyfus (5,4%), com volumes menores exportados pela Cargill, Gavilon, Glencore, e outras. Não se sabe o nome das empresas importadoras para a grande maioria do volume importado pelos países destinatários, destacando a Bunge e a Bangkok Produce Merchandising, como as maiores importadoras[29].

Milho

Dos 3,8 milhões de toneladas exportadas por Sorriso em 2017, a grande maioria (78,5%) foi para o mercado internacional e o restante (22,5%) consumido no mercado doméstico brasileiro. As exportações internacionais são distribuídas para diversos países, sendo o Egito, Irã e Vietnã os maiores compradores com 14,7%, 14,5% e 8,3% respectivamente. Mitsui & Co; Engelhart e Bunge as três maiores exportadoras com 18,1%; 15,8% e 12,6% respectivamente. As maiores empresas importadoras são Multigrain (18,1%); Engelhart (15,8%) e Bunge (12,6%). Notar aqui que neste caso a Engelhart e Bunge figuram tanto como exportador quanto como importador, uma vez que as empresas realizam importações "intercompany". Ou seja, entre empresas em diferentes países[30].

[28] MAPA, 2023. Produção Agrícola Municipal.
[29] Trase. Brazil soy - Supply chain
[30] Trase. Brazil corn - Supply chain

Algodão

Em 2017 foram exportadas 26,5 mil toneladas de algodão para mercados internacionais. Desse total, 24% foram para a Turquia, 20% para o Japão e 13% para a China. O restante teve como destino países como o Paquistão, Vietnã, Espanha e outros. As exportações são dominadas por três empresas, sendo a EISA com 67% do volume exportado, seguido pela COFCO (20%) e Novaagri (11,4%). Já as importações são em grande parte realizadas pela Ecom, com 77% do volume importado, seguido pela COFCO (10%) e GOETZ (8%)[31].

Desafios e oportunidades

O Pacto PCI Sorriso vem se consolidando como uma iniciativa estratégica de governança territorial voltada à promoção da produção sustentável, conservação ambiental e inclusão socioeconômica em um dos territórios mais relevantes do agronegócio brasileiro. Inserido no eixo logístico da BR-163 e em uma região caracterizada por elevada competitividade agrícola, o município possui forte capacidade de influência regional. Especialmente junto aos municípios de Lucas do Rio Verde, Sinop e Nova Mutum, que compartilham características econômicas, produtivas e logísticas semelhantes. Nesse contexto, o Pacto apresenta potencial de expansão territorial e de consolidação de uma abordagem regional integrada ao longo do corredor da BR-163, ampliando sua escala de impacto e capacidade de articulação institucional.

A região reúne atributos estratégicos relevantes, como elevada produção de commodities agrícolas, forte inserção em cadeias globais de suprimento, presença de ativos ambientais e crescente demanda por soluções relacionadas à rastreabilidade, redução de emissões, regularização ambiental e inclusão produtiva. Ao mesmo tempo, o território também enfrenta desafios associados à implementação do Código Florestal, recuperação de áreas degradadas, fortalecimento da agricultura familiar e construção de mecanismos de desenvolvimento territorial mais equilibrados e resilientes.

Nesse cenário, um dos principais avanços recentes do Pacto PCI Sorriso foi a consolidação do Comitê Gestor local, fortalecendo a estrutura de governança e ampliando a capacidade de coordenação multissetorial. O processo vem sendo conduzido com apoio e inspiração no modelo de governança do CIDESA[32], reconhecido regionalmente pela capacidade de articulação entre municípios e instituições. Esse alinhamento se fortalece especialmente pela participação da Secretaria Executiva do CIDESA na presidência do Comitê Gestor do Pacto PCI Sorriso, contribuindo para aproximar agendas regionais e promover maior integração territorial.

Contudo, desenvolver uma abordagem territorial baseada na Estratégia PCI exige o alinhamento contínuo entre diferentes interesses institucionais, econômicos e sociais. Embora

[31] Trase. Brazil cotton – Supply Chain

[32] O CIDESA (Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental) é um consórcio intermunicipal que congrega municípios de uma mesma região para planejamento e execução coordenada de ações de interesse comum, focando no desenvolvimento econômico, social e ambiental da área abrangida. Existem diferentes consórcios em Mato Grosso (como CIDESA Vale do Guaporé, CIDESA Vale do Juruena, CIDESA Alto Teles Pires), cada um reunindo municípios específicos para fortalecer projetos de gestão ambiental, segurança, qualificação profissional, produção agrícola e outros serviços públicos que foram mais eficazes quando desenvolvidos conjuntamente ao especificamente de isoladamente por cada município.

exista convergência em torno da agenda de desenvolvimento sustentável, ainda persistem desafios relacionados à harmonização de prioridades, definição clara de papéis institucionais e construção de consensos entre os diferentes atores envolvidos. Essas dinâmicas são inerentes a processos de governança multissetorial e demandam mecanismos permanentes de diálogo, coordenação e fortalecimento institucional.

Outro desafio relevante refere-se ao tempo necessário para maturação, estruturação e implementação dos projetos territoriais. Grande parte das iniciativas desenvolvidas até o momento ocorre por meio de esforços colaborativos e participação voluntária das instituições envolvidas, sem a existência de uma estrutura financeira contínua dedicada exclusivamente ao Pacto. Esse cenário impacta diretamente a velocidade de execução das ações, a capacidade operacional da governança e o acompanhamento sistemático das metas estabelecidas.

Ao mesmo tempo, esse processo tem permitido a construção gradual de uma "engrenagem institucional" voltada à geração de valor compartilhado para os diferentes atores do território. A criação de mecanismos de governança mais estruturados, o fortalecimento das relações institucionais e a construção de agendas convergentes representam avanços importantes para a consolidação de um modelo territorial de longo prazo.

Nesse contexto, destaca-se como oportunidade estratégica o fortalecimento da governança regional integrada, capaz de conectar municípios, cadeias produtivas, projetos e instituições em torno de metas comuns.

3.3 Pacto PCI Vale do Juruena

Nome do Pacto Regional:	Pacto PCI-Vale do Juruena	Município(s):	Juruena, Cotriguaçu e Juína
Data de criação:	Maio, 2018	Legislação específica:	Sim, Decreto nº 1289
Grupo de Governança:	Sim	Metas PCI locais:	Sim
MoU com Prefeitura:	Juína 2024, Juruena maio, 2026 e Cotriguaçu abril, 2026	Monitoramento:	2021 a 2030
Secretário Executivo(a) PCI: Tony Horta (Ago 2021 a Set 2022); Rodinei Martins (Fev 2023 a Abril 2023) e Elisângela Sodré (março 2026 - atual)			

Contexto socioeconômico e ambiental

O Pacto PCI Vale do Juruena abrange os municípios de Juruena, Cotriguaçu e Juína. Com população total de 67.093 habitantes, e densidade demográfica de 3,18 hab/km² (Juruena), 1,16 hab/km² (Cotriguaçu) e 1,74 hab/km² (Juína) está localizado na região noroeste de Mato Grosso, na fronteira com o estado do Pará e integralmente inseridos no bioma Amazônia. Com aproximadamente 38,9 mil km² de extensão territorial, o Pacto está inserido em uma das regiões ambientalmente mais relevantes do estado, caracterizada pela presença de extensos remanescentes florestais, terras indígenas, unidades de conservação e importantes áreas destinadas à produção agropecuária.

Os indicadores socioeconômicos evidenciam desafios estruturais para o desenvolvimento regional. Juruena (R$ 17.721) e Cotriguaçu (R$ 15.773) apresentam alguns dos menores PIBs per capita de Mato Grosso, enquanto Juína (R$ 32.361) ocupa posição intermediária no contexto estadual[33]. Da mesma forma, os índices de desenvolvimento humano (IDH) permanecem abaixo da média observada em municípios mais dinâmicos economicamente - 0,601 em Cotriguaçu, 0,662 em Juruena e 0,716 em Juína[34],refletindo limitações históricas relacionadas ao acesso a serviços, infraestrutura e oportunidades econômicas. Apesar dessas limitações, a região apresenta participação relevante da população economicamente ativa e níveis de renda formal superiores a dois salários mínimos em média, demonstrando a importância das atividades produtivas locais para a geração de renda e ocupação. Os municípios apresentam uma taxa de população ocupada de 22%, com renda média acima dos 2,0 salários mínimos, chegando a 2,3 salários mínimos em Juruena.

A economia regional é fortemente baseada na atividade florestal, pecuária e agricultura familiar. Nas últimas duas décadas, observou-se expressiva expansão da pecuária bovina, com o rebanho regional crescendo de aproximadamente 540 mil para 1,46 milhão de cabeças entre

[33] IBGE. Cidades e estados. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mt/juruena.html
[34] AtlasBR. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/perfil

2000 e 2024[35]. Paralelamente, a agricultura familiar mantém papel relevante na economia local, sendo responsável por cerca de um terço do valor bruto da produção agropecuária regional e contribuindo para a diversificação produtiva por meio de cadeias como leite, mandioca, aquicultura, banana, café, castanha-do-brasil, urucum, abacaxi e melancia[36].

Do ponto de vista ambiental, o Vale do Juruena destaca-se por manter elevados percentuais de cobertura vegetal nativa. Nos três municípios, a vegetação natural permanece predominante na paisagem, especialmente em Juína e Cotriguaçu. Em Juruena, dos 320.795 hectares, mais da metade (56%) são cobertos por vegetação natural, e os demais 42% são ocupados pela agropecuária. Já em Cotriguaçu a área ocupada pela agropecuária é menor. Dos 947.012 hectares, 74% são de vegetação natural, sendo 17,7% terras Indígenas e 14,6% Unidades de Conservação, sendo o restante ocupado pela agropecuária. Por fim, em Juína, dos 26.397 km², 83% são cobertos por vegetação natural e o restante pela agropecuária[3738]. Esse conjunto de ativos ambientais posiciona a região como uma área estratégica para iniciativas de conservação florestal, restauração ecológica, valorização de serviços ecossistêmicos e implementação de mecanismos jurisdicionais de REDD+.

Nas últimas décadas, a região apresentou redução gradual das taxas de conversão e degradação, com destaque para o município de Juruena, onde a tendência de queda foi mais acentuada. De acordo com o PRODES, foram desmatados 6.940 hectares entre 2014 e 2023 no município de Juruena, 40.528 hectares em Cotriguaçu e 36.412,9 hectares em Juína[39]. Os volumes acumulados de supressão florestal em Cotriguaçu e Juína evidenciam a necessidade de continuidade dos esforços de monitoramento, fiscalização e incentivo a modelos produtivos compatíveis com a conservação da floresta. Em relação aos incêndios florestais, observa-se forte concentração das áreas queimadas em regiões já convertidas para uso agropecuário (88%) e 11% nas regiões cobertas por vegetação natural[40]. Sendo a área total queimada em 2022 de 2.896 ha, em Juruena, 18.133ha em Cotriguaçu e 7.305 ha, em Juína. Esse padrão sugere uma relação direta entre o uso produtivo da terra e a dinâmica do fogo na paisagem, reforçando a importância de estratégias de prevenção, manejo integrado do fogo e recuperação ambiental para a sustentabilidade da região.

Em síntese, o Vale do Juruena reúne características singulares entre os Pactos PCI analisados. A combinação entre elevada relevância ambiental, forte presença da agricultura familiar, crescimento da atividade pecuária e desafios socioeconômicos persistentes cria um contexto no qual a integração entre produção sustentável, conservação florestal e inclusão social se torna particularmente estratégica para o desenvolvimento regional.

---

[35] IBGE, 2024. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3939

[36] LIS Consultoria, 2023. Relatório final, contendo contexto da Estratégia e Instituto Produzir, Conservar e Incluir (PCI). Sistematização das entrevistas aplicadas presencialmente com atores e instituições do Vale do Juruena, desafios e aprendizados

[37] Fundo Amazônia, 2023. Avaliação de efetividade projetos municipais. Disponível em: https://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/.galleries/documentos/monitoramento-avaliacao/5.avaliacoes-externas/Relatorio-Efetividade-Municipios.pdf

[38] Mapbiomas v9.0.

[39] PRODES. Disponível em: https://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/map/deforestation

[40] Mapbiomas. V9.0. Queimadas

Histórico da criação do Pacto PCI

O Pacto Regional da Estratégia Produzir, Conservar e Incluir (PCI) do Vale do Juruena, em Mato Grosso (denominado “Pacto PCI-Vale do Juruena”), teve origem em uma iniciativa articulada pela IDH , com implementação da Natcap participação de atores locais, majoritariamente vinculados ao setor privado. Em maio de 2018, treze instituições formalizaram sua adesão por meio da assinatura de Memorandos de Entendimento (MoU), estabelecendo uma agenda de cooperação voltada à promoção do desenvolvimento econômico sustentável nos municípios da região.

O acordo foi firmado com vigência inicial de cinco anos, abrangendo o período de 2018 a 2024. Posteriormente, em novembro de 2024, a assinatura de novo Memorando de Entendimento com a Prefeitura de Juína ampliou formalmente a abrangência territorial do Pacto, que passou a atuar nos municípios de Juruena, Cotriguaçu e Juína.

Nos primeiros anos de implementação, o Pacto PCI Vale do Juruena foi apoiado por diferentes iniciativas voltadas ao fortalecimento da produção sustentável, regularização ambiental e desenvolvimento territorial, contribuindo para a consolidação da agenda Produzir, Conservar e Incluir na região. Entre os principais marcos desse período destaca-se a implementação do Programa Produção Sustentável de Bezerros, em 2018, com apoio da IDH e da Fundação Carrefour, iniciativa voltada à promoção de práticas mais sustentáveis na pecuária regional. Em julho de 2019, foi instituído, por meio do Decreto Municipal n° 1.289[41], o Comitê Gestor Transitório do Pacto PCI em Cotriguaçu, representando um importante avanço na estruturação da governança local e na articulação dos diferentes atores envolvidos na implementação da estratégia.

Em 2021, com recursos do IDH, foi implantado o Centro de Apoio do Produtor (CAP), estrutura criada para oferecer suporte aos produtores rurais em temas relacionados à regularização ambiental e fundiária, além de disponibilizar informações sobre programas, projetos e oportunidades para o desenvolvimento das propriedades rurais[42]. No mesmo ano, foi lançado o projeto TerrAmaz – Territórios Amazônicos, conduzido pela ONF Brasil e pelo ICV, com o objetivo de apoiar territórios amazônicos na implementação de políticas voltadas à redução a conversão e degradação e à transição para modelos de desenvolvimento capazes de conciliar conservação ambiental, inclusão social e crescimento econômico de baixo carbono. Posteriormente, em 2023, novas ações foram desenvolvidas no território com apoio da GIZ, incluindo atividades junto à Aldeia Babaçuzal, localizada na Terra Indígena Escondido, em Cotriguaçu, fortalecendo iniciativas voltadas à valorização dos povos indígenas, ao desenvolvimento sustentável e à conservação dos recursos naturais da região.

A partir da constituição formal do Instituto PCI, em 2023, iniciou-se uma nova etapa de fortalecimento institucional do Pacto. Nesse contexto, foi implantada a Secretaria Executiva Regional, responsável por apoiar a coordenação das ações, mobilizar parceiros, identificar oportunidades de projetos e investimentos, acompanhar o monitoramento das metas de cada município do Pacto PCI e fortalecer a articulação entre as iniciativas locais e a Estratégia PCI em âmbito estadual.

[41] IDH Brasil. Disponível em: https://idhbrasil.com/atuacao/vale-do-juruena/
[42] IDH, 2024. Disponível em: https://idhlatam.com/onde-estamos/pactos-regionais-pci/vale-do-juruena/

Entre 2025 e 2026 foi conduzido um amplo processo de reorganização e fortalecimento da governança do Pacto PCI Vale do Juruena. Essa etapa incluiu a atualização dos Memorandos de Entendimento conforme o modelo institucional adotado pelo Instituto PCI, a reestruturação do Comitê Gestor e a ampliação da representatividade dos eixos Produzir, Conservar e Incluir, incorporando representantes do setor público, setor privado, agricultura familiar, povos indígenas e organizações da sociedade civil.

Também foram estabelecidos mecanismos permanentes de funcionamento da governança, incluindo calendário regular de reuniões e processos de acompanhamento das ações prioritárias, contribuindo para fortalecer a coordenação territorial, o monitoramento de resultados e a identificação de oportunidades de atuação conjunta.

Entre as ações em andamento destaca-se o processo de formalização das instituições signatárias do Pacto, por meio da adesão formal (carta-convite e termo de adesão) de organizações interessadas em integrar a governança territorial. Essa iniciativa deverá ampliar a legitimidade institucional do Pacto e fortalecer sua capacidade de mobilização e coordenação regional.

Outra frente estratégica refere-se ao apoio para elaboração dos Planos Municipais da Agricultura Familiar e Indígena (PMAFI) dos municípios de Juruena e Juína, considerando que o município de Cotriguaçu já dispõe do plano elaborado desde de 2023. Esse processo vem sendo conduzido pelo Instituto PCI desde a etapa de planejamento estratégico e operacional, incluindo a construção metodológica das oficinas participativas, mobilização institucional, condução das consultas públicas territoriais, sistematização dos dados levantados, elaboração técnica dos documentos e apoio até sua conclusão, contemplando aprovação junto ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS), validação pelo Poder Executivo Municipal e posterior publicação por meio de lei municipal.

A trajetória do Pacto PCI Vale do Juruena evidencia um processo gradual de amadurecimento institucional, marcado inicialmente pela implementação de projetos setoriais e, mais recentemente, pelo fortalecimento da governança territorial e da coordenação entre parceiros.



Figura 9. Histórico desde a criação do Pacto PCI-Vale do Juruena

Governança e Instituições relevantes da paisagem

A formalização do Pacto PCI Vale do Juruena, em 2018, estabeleceu as bases para a criação de uma estrutura de governança multissetorial voltada à implementação da Estratégia PCI na região. O Memorando de Entendimento previa a constituição de instâncias deliberativas, de gestão, articulação e execução, responsáveis pela coordenação das ações, implementação de projetos e acompanhamento das metas pactuadas. Também estavam previstos mecanismos de sustentabilidade financeira e instrumentos formais para o funcionamento da governança regional.

Embora o desenho institucional previsto no Memorando de Entendimento apresentasse uma estrutura de governança abrangente e bem definida, sua implementação ocorreu de forma gradual ao longo dos anos subsequentes. É importante destacar que, até a constituição formal do Instituto PCI, em 2023, a coordenação das ações da Estratégia PCI dependia majoritariamente da mobilização de parceiros e da captação de recursos provenientes de projetos e financiadores privados, sem a existência de uma estrutura institucional própria, equipe técnica permanente ou fonte contínua de financiamento.

Assim como observado em outros Pactos PCI, desafios relacionados à articulação entre instituições, disponibilidade de recursos financeiros e capacidade operacional influenciaram o ritmo de consolidação das instâncias previstas originalmente. A experiência acumulada ao longo dos anos evidencia que a manutenção de equipes dedicadas, mecanismos estáveis de financiamento e processos contínuos de coordenação são fatores essenciais para fortalecer a governança territorial, ampliar a execução de projetos e gerar resultados concretos para o alcance das metas pactuadas.

Um marco importante desse processo ocorreu em julho de 2019, com a publicação do Decreto n° 1289, que institui o Comitê Provisório do Pacto, A criação dessa instância representou o primeiro passo para a operacionalização da governança territorial, atribuindo ao Comitê a responsabilidade de discutir, coordenar e acompanhar as ações necessárias ao alcance das metas definidas para a região[43]. Nesse mesmo período foi elaborada uma proposta de Regimento Interno destinada a regulamentar o funcionamento da governança. Entretanto, o documento não chegou a ser formalmente aprovado, o que limitou a institucionalização de alguns procedimentos e fluxos decisórios previstos.

Com a ampliação do Pacto para o município de Juína, formalizada por meio da assinatura de novo Memorando de Entendimento em 2024, foram estabelecidas diretrizes para a estruturação da governança local, incluindo a criação de um Comitê Gestor, a elaboração de plano de trabalho e a definição de mecanismos voltados à sustentabilidade financeira e à mobilização de recursos para implementação das ações do Pacto.

A partir de 2025, com o apoio da Secretaria Executiva regional e do Instituto PCI, iniciou-se um processo de fortalecimento da governança do Pacto, incluindo a atualização dos Memorandos de Entendimento, ampliação da participação dos representantes dos eixos Produzir, Conservar e Incluir e reativação das instâncias de coordenação territorial. Esse movimento representa uma nova etapa de amadurecimento institucional do Pacto, voltada ao fortalecimento da representatividade, do monitoramento das metas e da articulação entre os três municípios participantes.

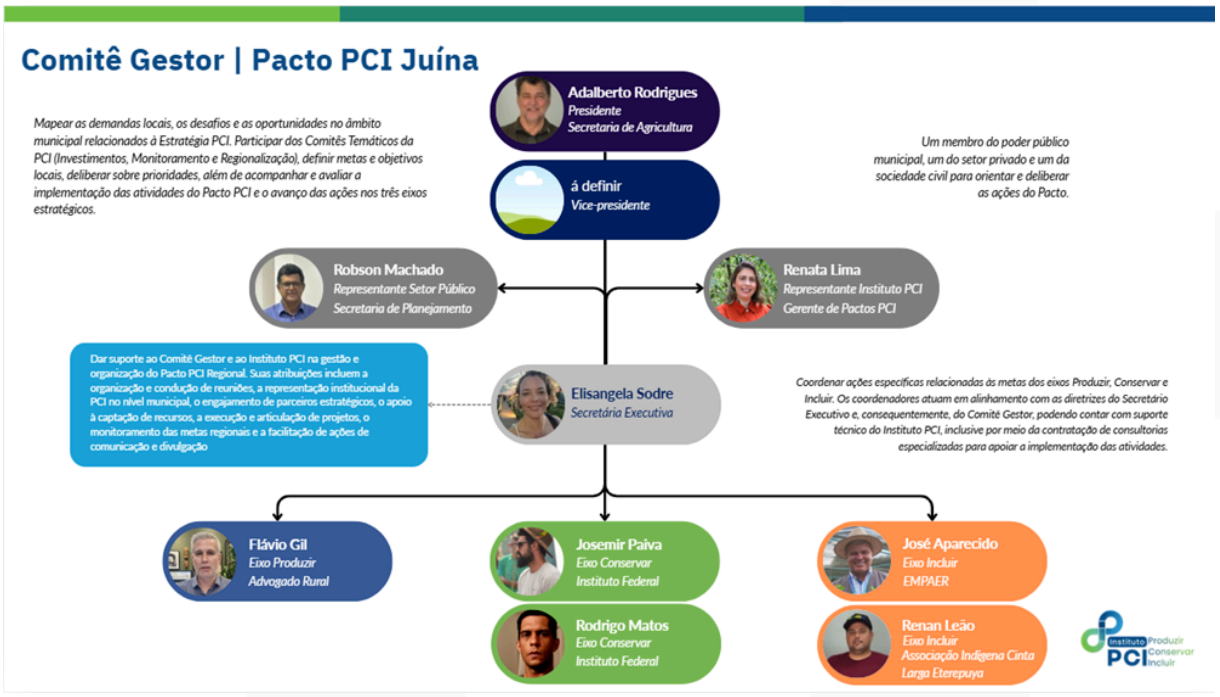


Figura 10. Comitê Gestor do Pacto PCI-Juína

[43] DH Brasil. Disponível em: https://idhbrasil.com/atuacao/vale-do-juruena/

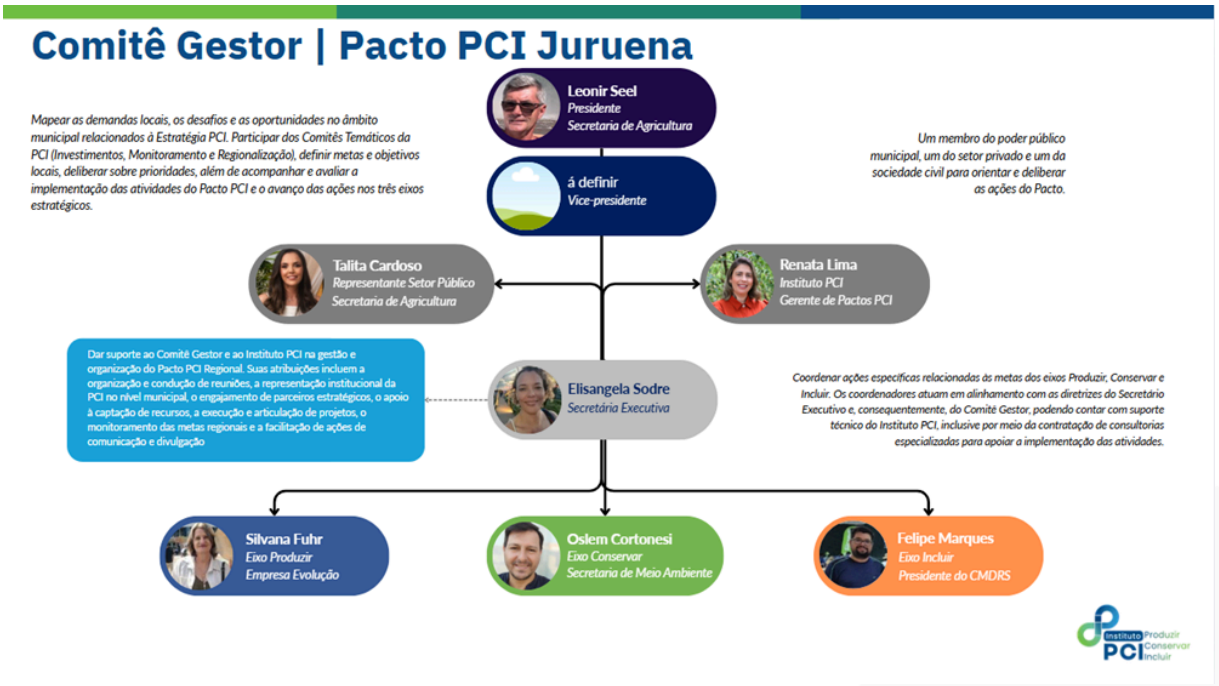


Figura 11. Comitê Gestor do Pacto PCI-Juruena

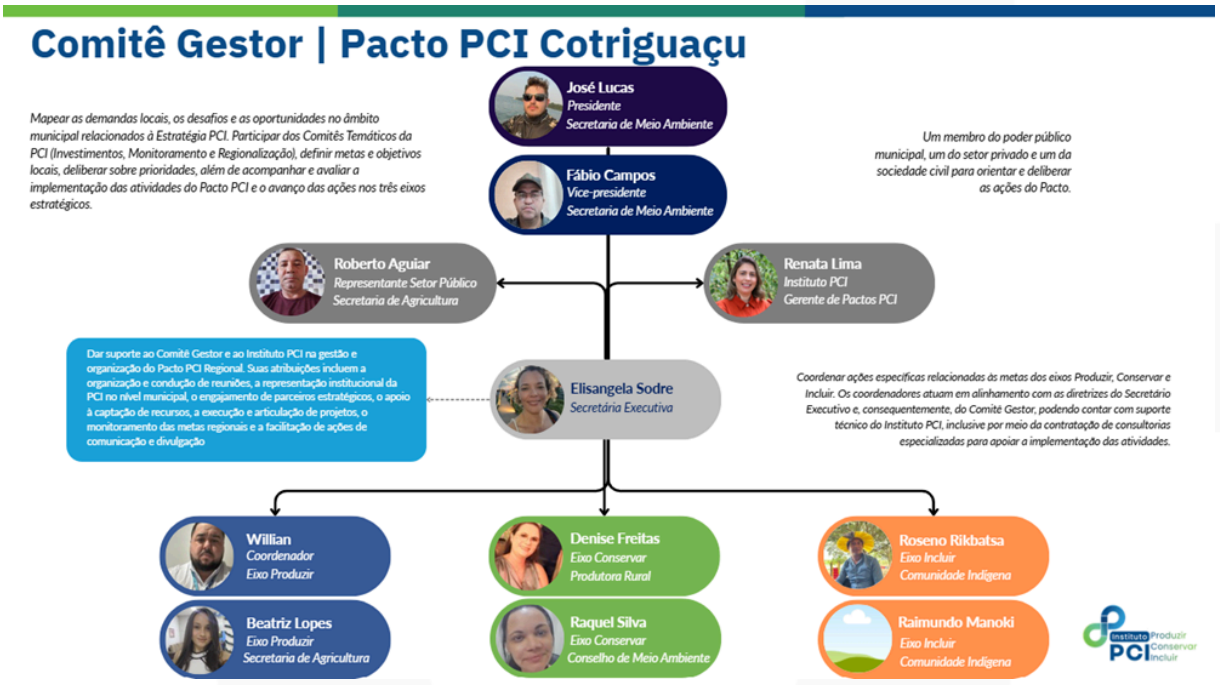


Figura 12. Comitê Gestor do Pacto PCI-Cotriguaçu

A experiência do Vale do Juruena evidencia que a construção de arranjos de governança territorial em regiões extensas e com múltiplos atores institucionais é um processo gradual, que exige mecanismos permanentes de coordenação, mobilização e apoio técnico. Embora parte da estrutura originalmente prevista tenha levado mais tempo para ser implementada, os esforços

recentes de reorganização institucional criam condições favoráveis para o fortalecimento da governança e para uma atuação mais integrada do Pacto nos municípios da região.

Instituições participantes do Pacto PCI-Vale do juruena

Os Memorandos de Entendimento (MoU) assinados em maio de 2018 reuniram 16 instituições dos municípios de Juruena e Cotriguaçu, estabelecendo a base inicial de governança do Pacto PCI Vale do Juruena. Desde sua criação, o Pacto buscou reunir representantes de diferentes segmentos do território, incluindo órgãos públicos, associações e sindicatos de produtores, cooperativas, empresas privadas, organizações não governamentais e representantes de projetos de assentamento rural.

A composição inicial refletia a diversidade socioeconômica da região e a necessidade de articulação entre diferentes agendas relacionadas à produção agropecuária, conservação ambiental e desenvolvimento rural. A presença simultânea de instituições públicas, organizações da agricultura familiar, setor produtivo e organizações da sociedade civil contribuiu para conferir legitimidade territorial ao processo de construção do Pacto.

Ao longo dos cinco anos subsequentes à formalização do Pacto, observou-se uma reconfiguração da composição institucional da governança. Aproximadamente 43% das instituições signatárias iniciais permaneceram participando ativamente do Pacto, enquanto novas organizações foram incorporadas ao longo do período, especialmente instituições parceiras vinculadas ao Programa Produção Sustentável de Bezerros e outras iniciativas implementadas na região.

Tabela 5. Instituições participantes do Pacto PCI-Vale do Juruena

Setor	Nome da Instituição	Município	Adesão 2018	Membro 2025
Cooperativa	COOPAVAM - Cooperativa dos Agricultores do Vale do Amanhecer	Juruena	Sim	Sim
	Sicredi Juruena	Juruena		Sim
	Laticinios Casterleite	Juruena & Cotri		Sim
Empresa	Roheden	Juruena		Sim
	Carrefour	Juruena & Cotri		Sim
	Marfrig	Juruena & Cotri		Sim
Governo	Prefeitura Municipal de Cotriguaçu	Cotriguaçu	Sim	Sim
	Prefeitura Municipal de Juruena	Juruena	Sim	Sim
	Prefeitura Municipal de Juína	Juína		Sim
	Câmara Municipal de Juína	Juína		Sim
	Câmara Municipal de Juruena	Juruena		Sim

	EMPAER - Empresa Matogrossense de Pesquisa Assistência e Extensão Rural	Juruena & Cotri	Sim	Sim
	PMS - Programa Mato Grossense de Municípios Sustentáveis	Juruena & Cotri	Sim	
	SEMA - Secretaria de Meio Ambiente de Mato Grosso	Juruena & Cotri	Sim	
	GIZ - Agência Técnica de Cooperação Alemã	Juruena & Cotri		Sim
	Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente de Cotriguaçu	Cotriguaçu		Sim
	Secretaria de Agricultura e, Pecuária de Juína	Juína		Sim
	Secretaria de Planejamento de Juína	Juína		Sim
	Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente de Juruena	Juruena		Sim
	Instituto Federal de Mato Grosso - Campus Juína	Juína		Sim
ONG	ONF Brasil Gestão Florestal	Cotriguaçu	Sim	Sim
	IDH – Iniciativa para o Comércio Sustentável	Juruena & Cotri	Sim	Sim
	Estratégia PCI (e a partir de 2024 “Instituto PCI)	Juruena & Cotri	Sim	Sim
	Centro de Apoio ao Produtor	Juruena & Cotri		Sim
Produtores	Projeto de Assentamento Cederes	Cotriguaçu	Sim	
	Projeto de Assentamento Nova Cotriguaçu	Cotriguaçu	Sim	
	Projeto de Assentamento Juruena	Juruena	Sim	
Sindicato/ Associação	SIMNO - Sindicato da Indústrias Madeireiras e Moveleiras do Noroeste do Mato Grosso	Juruena	Sim	
	Sindicato Rural de Cotriguaçu	Cotriguaçu	Sim	
	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Juruena	Juruena		Sim
	ADERJUR - Associação do Desenvolvimento Rural de Juruena	Juruena	Sim	Sim
	Sindicato Rural de Juruena	Juruena	Sim	
	Associação Aspigrantes	Juruena		Sim
	Associação AMAC Somapar	Juruena		Sim

	Associação AMATER	Juruena		Sim

A substituição parcial de instituições ao longo do período é um fenômeno relativamente comum em arranjos de governança territorial de longo prazo e pode refletir mudanças nas prioridades institucionais, encerramento de projetos específicos ou entrada de novos parceiros com atuação mais alinhada às agendas prioritárias do território. Nesse sentido, mais do que o número absoluto de participantes, a capacidade do Pacto de manter uma base ativa e representativa de instituições constitui um indicador relevante de sua resiliência institucional.

O processo de fortalecimento institucional conduzido a partir de 2025 deverá contribuir para ampliar novamente a participação de organizações locais na governança do Pacto, especialmente por meio da formalização de novos signatários, do fortalecimento do Comitê Gestor e da ampliação do envolvimento de organizações da agricultura familiar, povos indígenas e demais atores estratégicos do território.

A análise da composição institucional do Pacto PCI Vale do Juruena evidencia mudanças relevantes em sua estrutura de governança entre 2018 e 2026. Na fase inicial, a governança era composta predominantemente por instituições públicas municipais, organizações da sociedade civil, sindicatos rurais, projetos de assentamento e organizações ligadas à produção agropecuária e florestal. Essa configuração refletia o contexto de criação do Pacto, fortemente associado à implementação de projetos específicos voltados à produção sustentável, regularização ambiental e desenvolvimento territorial.

Ao longo dos anos, observa-se uma renovação parcial dos atores participantes. Algumas instituições originalmente vinculadas a projetos específicos ou a iniciativas temporárias deixaram de participar da governança, enquanto novos atores foram incorporados, especialmente órgãos públicos municipais, cooperativas, empresas privadas, instituições de ensino, organizações de assistência técnica e associações da agricultura familiar. Esse movimento ampliou a diversidade institucional do Pacto e fortaleceu sua capacidade de articulação territorial.

Entre as instituições que mantiveram participação contínua desde a criação do Pacto destacam-se a COOPAVAM, as Prefeituras Municipais de Juruena e Cotriguaçu, a EMPAER, a ONF Brasil, o IDH, o Instituto PCI e a ADERJUR. A permanência desses atores ao longo do período analisado demonstra a existência de um núcleo institucional estável que contribuiu para a continuidade das ações e para a manutenção da governança regional.

A composição observada em 2026 também evidencia uma maior participação de órgãos públicos municipais e instituições diretamente relacionadas à implementação de políticas públicas, incluindo secretarias municipais, câmaras de vereadores e instituições de ensino. Além disso, verifica-se uma ampliação da participação de organizações da agricultura familiar e de entidades locais de representação social, fortalecendo a dimensão de inclusão e desenvolvimento territorial da Estratégia PCI.

Por outro lado, a análise da tabela indica oportunidades para ampliar ainda mais a representatividade da governança regional, especialmente por meio da incorporação de organizações indígenas, instituições ligadas à bioeconomia amazônica, cooperativas da sociobiodiversidade e atores do setor financeiro. O fortalecimento dessa diversidade institucional

poderá contribuir para ampliar a capacidade de mobilização de recursos, execução de projetos e implementação das metas do Pacto nos municípios da região.

Monitoramento das metas

Com a assinatura do Memorando de Entendimento (MoU), em maio de 2018, o Pacto PCI Vale do Juruena estabeleceu metas alinhadas aos três eixos da Estratégia PCI — Produzir, Conservar e Incluir — adaptadas às características socioeconômicas e ambientais da região para os municípios de Juruena e Cotriguaçu. As metas contemplaram temas relacionados à recuperação de áreas de pastagem degradada; aumentar a produtividade da pecuária; aumentar a área de grãos em áreas de pastagem degradada; ampliar as áreas sob manejo florestal (eixo P); eliminar o desmatamento sem autorização; cadastrar e validar CARs (eixo C); aumentar a ATER para produtores familiares e avançar na agenda de regularização fundiária (eixo I). O Pacto também assumiu metas específicas para o eixo Incluir relativas à expansão da produção de leite; café; cacau; urucum e castanha.

Com a adesão de Juína ao Pacto, em 2024, foram definidas metas específicas para o município, incorporando temas de relevância local como :recuperação de nascentes no eixo, implementação de um programa municipal de Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA), aumento do Valor Bruto da Produção Familiar (VBP) e fomento extrativismo com foco em mulheres, turismo rural e etnoturismo. A definição das metas de Juína utilizou como referência séries históricas de dados levantadas entre 2015 e 2022, permitindo a construção de objetivos mais aderentes à realidade local e potencialmente mais viáveis de monitoramento.

Um avanço importante para a gestão do Pacto ocorreu em 2025, com a publicação do primeiro Balanço de Metas Pacto PCI Vale do Juruena, consolidando informações referentes ao período de 2018 a 2024. O processo foi coordenado pela Secretaria Executiva do Pacto com apoio do Comitê de Monitoramento do Instituto PCI e das instituições parceiras da região, representando um passo relevante para o fortalecimento da cultura de monitoramento e avaliação territorial.



Figura 13. Monitoramento das metas do Pacto PCI-Vale do Juruena

Os resultados do monitoramento indicam avanços expressivos em algumas das metas prioritárias do Pacto. Destacam-se a expansão da produção de grãos, que superou as metas inicialmente estabelecidas em Juruena e Cotriguaçu e apresentou evolução consistente em Juína, bem como o crescimento das áreas sob manejo de florestas nativas em toda a região. Também merecem destaque os avanços observados na cafeicultura, especialmente em Juruena, e na piscicultura em Juína, que já ultrapassou significativamente os resultados originalmente previstos. Esses resultados demonstram a capacidade do território de consolidar cadeias produtivas compatíveis com os objetivos da Estratégia PCI.

Por outro lado, os indicadores relacionados à regularização ambiental apresentaram avanços limitados ao longo do período analisado. As metas associadas à validação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) registraram estagnação ou redução em todos os municípios, refletindo desafios que extrapolam a governança local e dependem fortemente de processos conduzidos em âmbito estadual e federal. O desmatamento sem autorização também permanece como um desafio relevante para a região, apesar das reduções observadas em determinados períodos.

Outras áreas de preocupação incluem a queda na produção de castanha em Cotriguaçu e a persistência de uma produção baixa de cacau em Juruena. A pecuária leiteira vive realidades opostas: enquanto Juína já ultrapassou sua meta, Juruena enfrenta uma retração crítica.A produção de leite em Cotriguaçu está estável, mantendo-se em níveis constantes. No entanto, o monitoramento ainda carece de dados específicos para indicadores como urucum, palmito e atendimentos de assistência técnica, muito embora Juína venha fomentando o extrativismo e o turismo rural. A produtividade da pecuária de corte continua sendo uma lacuna de informação em todos os municípios.

O monitoramento também evidenciou limitações relacionadas à disponibilidade e qualidade dos dados para algumas metas. Indicadores associados à produção de urucum, palmito, atendimentos de assistência técnica e produtividade da pecuária de corte ainda apresentam ausência ou insuficiência de informações sistematizadas, dificultando a avaliação

precisa do progresso alcançado. Esse cenário reforça a necessidade de aprimoramento contínuo dos sistemas de monitoramento e das bases de dados utilizadas pelo Pacto.

Também foram identificadas oportunidades de aprimoramento em algumas metas específicas. A meta relacionada ao aumento da produção de cacau em Juína não dispõe atualmente de fonte de dados pública capaz de subsidiar seu acompanhamento periódico, recomendando-se sua revisão ou substituição por indicador passível de monitoramento. Situação semelhante foi observada na meta referente ao aumento do Valor Bruto da Produção da Agricultura Familiar, que apresentou inconsistências metodológicas nos dados disponíveis e deverá passar por revisão técnica para garantir maior confiabilidade e aderência ao processo de monitoramento.

Os resultados do monitoramento reforçam a importância da adoção de metodologias estruturadas para definição de metas, conforme recomendado nas Diretrizes para Criação e Gestão dos Pactos PCI. A utilização de indicadores específicos, mensuráveis, alcançáveis, relevantes e temporalmente definidos tende a aumentar a efetividade do acompanhamento e reduzir limitações observadas em metas cuja mensuração depende da disponibilidade restrita de dados ou de metodologias ainda não consolidadas.

Meta	Desafios			Recomendações
	Meta	*Monit.*	*Descrição*	
Aumentar a produção de cacau em 500% em Juína		X	Não existem dados públicos para monitoramento	**Substituir por metas passíveis de monitoramento**
Aumentar o valor bruto da produção da agricultura familiar em Juína) em 50 % até 2030 (ano base 2022)		X	Dados equivocados, necessitando revisão	**Correção**

Figura 14. Desafios de monitoramento do Pacto PCI-Vale do Juruena

Projetos e Investimentos

Foram identificadas nove iniciativas relevantes que contribuem diretamente para o avanço das metas do Pacto PCI Vale do Juruena. As informações foram consolidadas a partir do Pitchbook PCI e de projetos apoiados pelo Programa REM Mato Grosso, permitindo uma visão preliminar dos investimentos e ações atualmente em execução na região.

Nota: Os projetos identificados como provenientes do Pitchbook PCI têm como fonte o Pitchbook da Estratégia PCI, instrumento desenvolvido pelo Instituto PCI com o objetivo de dar visibilidade a projetos e iniciativas em execução no estado de Mato Grosso que contribuem para o alcance das metas da Estratégia PCI. Ressalta-se que tais projetos não são necessariamente captados, financiados, executados ou coordenados diretamente pelo Instituto PCI ou pelos parceiros implementadores dos Pactos PCI nos municípios. As informações apresentadas no Pitchbook foram reportadas voluntariamente pelas instituições coordenadoras e/ou executoras das iniciativas, com o propósito de ampliar a transparência e disponibilizar informações à sociedade sobre ações relacionadas à Estratégia PCI no estado. Não foi realizada verificação independente por terceira parte sobre as informações reportadas e, portanto, o Instituto PCI não garante a integral veracidade, atualização ou completude dos dados apresentados.

De forma geral, as iniciativas apresentam forte alinhamento com as características socioambientais do território, concentrando esforços no fortalecimento da agricultura familiar, na valorização de produtos florestais não madeireiros, na promoção de sistemas produtivos agroecológicos e na conservação da floresta amazônica. Essa configuração diferencia o Vale do Juruena dos demais Pactos analisados, evidenciando uma estratégia de desenvolvimento baseada na integração entre geração de renda, conservação ambiental e inclusão produtiva. A tabela abaixo mostra um resumo dos principais investimentos na região:

Tabela 6. Investimentos e iniciativas realizadas no Pacto PCI-Vale do Juruena

Nome da iniciativa	Instituições	Objetivo	Metas PCI	Fonte
Programa nosso leite	SEBRAE	Promover o desenvolvimento da produção leiteira nos municípios de Juruena e Cotriguaçu	Eixo I	Pitchbook PCI, 2023
Produção sustentável de bezerros	Carrefour, IDH e Marfrig	Visa capacitar os produtores sobre as melhores práticas de manejo, aumento de produtividade da terra, restauração e conservação, gerando maior eficiência, desenvolvimento social, econômico e ambiental.	Eixos P, C	Pitchbook PCI, 2023
Rede de produção orgânica da amazônia mato grossense (REPOAMA)	ICV	Comunicar ao mercado consumidor uma nova proposta de valor, baseada na produção orgânica de base agroecológica vinculada à saúde e respeito à natureza, pela certificação dos produtos.	Eixo I	Pitchbook PCI, 2023

Redes socioprodutivas	ICV	Fortalecer organizações da agricultura familiar, visando melhores práticas de produção, manejo e beneficiamento do cacau, café, castanha, hortifruti, leite e babaçu; melhoria de canais de comercialização e gestão dos negócios comunitários	Eixo I	Pitchbook PCI, 2023
Terramaz	ONF	Apoiar os territórios Amazônicos na implementação de suas políticas de combate ao desmatamento e transição para um modelo de desenvolvimento que permita combinar desenvolvimento econômico de baixo carbono e conservação de ecossistemas	Eixos P, C e I	Pitchbook PCI, 2024
Sentinelas da Floresta	Aderjur	Reforçar a cadeia produtiva da castanha-do-brasil na região Noroeste do MT, de forma a aumentar a renda das comunidades indígenas e extrativistas ali existentes, reduzindo a pressão sobre a floresta	Eixos P, C e I	REM-MT
Cutivando: castanha e sustentabilidade na região noroeste de Mato Grosso	ACCPAJ-Associação de Coletores(as) de Castanha do Brasil do P A Juruena	O projeto potencializa a mão de obra familiar e maior geração de renda dos extrativistas coletores de Castanha do Brasil na região noroeste de Mato Grosso, além de possibilitar a valorização da floresta em pé e a agregação de valor ao produto e seus derivados, na industrialização da castanha	Eixos P, C e I	REM-MT
Fundo da agricultura camponesa	Instituto Ouro Verde – IOV	Apoiar o processo de desenvolvimento sustentável local, buscando a integração dos sistemas agroflorestais, silvipastoris e agroecológicos ao modo de vida dos agricultores familiares do Portal da Amazônia	Eixos P, C e I	REM-MT
Agroecologia em Rede	Instituto Centro de Vida – ICV	Consolidar o Sistema Participativo de Garantia (SPG) na região, viabilizar recursos e assessoria para investimento na conversão orgânicas e/ou a melhoria e ampliação dos sistemas orgânicos já existentes e qualificar os processos que garantem a comercialização em rede nos principais mercados regionais	Eixos P, C e I	REM-MT

A análise das iniciativas identificadas demonstra predominância de investimentos voltados ao eixo Incluir, especialmente relacionados ao fortalecimento da agricultura familiar, assistência técnica, organização produtiva e acesso a mercados. Projetos como Redes Socioprodutivas, Fundo da Agricultura Camponesa, Agroecologia em Rede e REPOAMA atuam diretamente no fortalecimento das capacidades produtivas e organizacionais das famílias rurais, contribuindo para a geração de renda e agregação de valor à produção local.

Outro aspecto relevante é a presença de iniciativas que buscam associar conservação florestal e desenvolvimento econômico. Projetos como Sentinelas da Floresta, Cultivando: Castanha e Sustentabilidade, TerrAmaz e Produção Sustentável de Bezerros atuam na promoção de modelos produtivos compatíveis com a manutenção da cobertura florestal, contribuindo para a redução da pressão sobre os recursos naturais e para a valorização da floresta em pé.

Paralelamente, o Instituto PCI vem realizando o mapeamento de organizações de base da agricultura familiar e de povos e comunidades tradicionais para apoio na elaboração e submissão de projetos em editais vigentes, buscando ampliar o acesso a financiamentos, fortalecer iniciativas locais e estruturar novas oportunidades de desenvolvimento sustentável nos municípios da região.

Complementarmente, o Instituto PCI tem ampliado sua presença institucional no território por meio da articulação com parceiros estratégicos, participação em agendas locais e regionais e acompanhamento de potenciais financiadores para estruturação e implementação de projetos prioritários nos municípios abrangidos pelo Pacto PCI Vale do Juruena.

Os investimentos identificados reforçam uma tendência de fortalecimento das cadeias produtivas associadas à agricultura familiar e à sociobiodiversidade amazônica. Castanha-do-brasil, café, cacau, sistemas agroflorestais e produção orgânica aparecem como elementos recorrentes nas iniciativas apoiadas, evidenciando oportunidades para ampliar a geração de renda local a partir de atividades compatíveis com a conservação dos ativos ambientais da região. Essa evolução demonstra a crescente capacidade do Pacto de atuar como plataforma regional de articulação para iniciativas voltadas à produção sustentável, conservação florestal e inclusão socioeconômica na Amazônia mato-grossense.

Acesso a mercados

A região do Vale do Juruena possui economia baseada no extrativismo vegetal, agricultura de pequena escala, pecuária e comércio. A base econômica da região é a indústria madeireira que absorve grande parte da mão de obra. Na agricultura destacam-se as culturas de arroz, milho, café, mandioca, pupunha, abacaxi (para subsistência), produzindo ainda em pequena escala, árvores frutíferas. A pesca é uma atividade praticada de forma amadora, mais como uma atração turística e não abastece nem o consumo interno[44]. Outra atividade econômica relevante é a agropecuária, que vem assumindo importância crescente na economia local[45]. Juntos os

[44] Prefeitura de Juruena. Disponível em: https://www.juruena.mt.gov.br/Conheca-Juruena/Dados-Gerais/

[45] Prefeitura de Cotriguaçú. Disponível em: https://www.cotriguacu.mt.gov.br/portal/servicos/1010/historia-do-municipio/

municípios possuem 4% do rebanho mato-grossense e 8% da área ocupada por culturas perenes, principalmente o café, cacau, banana e urucum; 12% 12% do Valor Bruto da Produção (VBP) da Castanha produzida no estado e 17% do VBP da extração de madeira dos municípios do bioma Amazônia de Mato Grosso[46].

Existem poucas informações publicamente disponíveis sobre a cadeia de suprimentos da região. De acordo com o Trase, na cadeia de pecuária bovina, em 2020 foram produzidas 4.545 toneladas de carne destinadas à exportação pelo município de Juruena, 4.768 toneladas pelo município de Cotriguaçu e 1.722 toneladas pelo município de Juína. Desse total, a maior parte foi exportada pela Golden Imex (72%), seguido pela Marfrig (16%) e JBS (6%). A Turquia é o principal país destinatário com 72% do volume, seguido pela China (16%) e Hong Kong (4,5%). A empresa Gold Business Tarim é a principal importadora representando 71% do volume importado.

No caso da cadeia florestal, a maior parte da madeira produzida na região é destinada à industrialização por empresas do setor moveleiro localizadas principalmente na região Sudeste do país. Já a castanha-do-pará possui mercado consolidado em Mato Grosso e em outros estados brasileiros, sendo um dos principais produtos da sociobiodiversidade regional. Por sua vez, a produção de frutas, legumes e verduras é destinada predominantemente ao consumo local e aos mercados regionais, apresentando limitada inserção em mercados mais amplos.

De forma geral, o acesso a mercados no Vale do Juruena apresenta características distintas entre as diferentes cadeias produtivas. Enquanto a pecuária e a madeira possuem maior integração com mercados nacionais e internacionais, grande parte da produção da agricultura familiar e da sociobiodiversidade ainda depende de mercados locais e regionais. Nesse contexto, o fortalecimento de cooperativas, a agregação de valor aos produtos, a ampliação da assistência técnica e o acesso a canais diferenciados de comercialização representam oportunidades estratégicas para ampliar a geração de renda e fortalecer a integração entre produção sustentável, conservação florestal e inclusão socioeconômica na região.

Avanços, desafios e oportunidades

O Pacto PCI Vale do Juruena apresenta avanços relevantes, especialmente nos temas relacionados ao eixo Produzir. O monitoramento das metas demonstra evolução consistente em indicadores como expansão da produção de grãos, manejo florestal sustentável, cafeicultura e piscicultura, evidenciando a capacidade do território de desenvolver atividades produtivas alinhadas aos princípios da Estratégia PCI. Além disso, a região concentra uma diversidade significativa de iniciativas e projetos voltados ao fortalecimento da agricultura familiar, da sociobiodiversidade, da conservação florestal e da produção sustentável, mobilizando recursos provenientes de organizações da sociedade civil, cooperação internacional, setor privado e programas governamentais.

Outro aspecto de destaque é a relevância ambiental do território. A elevada cobertura florestal, a presença de terras indígenas, unidades de conservação e importantes cadeias produtivas associadas à floresta em pé posiciona o Vale do Juruena como uma região estratégica

[46] IBGE, Sidra. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/home/ipp/brasil

para iniciativas de bioeconomia, restauração florestal, pagamentos por serviços ambientais e mecanismos jurisdicionais de REDD+.

Especificamente no que se refere ao monitoramento das metas do Pacto, destacamos que existe uma baixa confiança dos atores locais relacionado aos dados de produção familiar, atualmente disponibilizadas pelo IBGE. Consequentemente, existe uma dificuldade de estabelecer uma relação de causa e impacto entre os projetos locais e o progresso das metas da PCI na região.

Apesar dos avanços observados, a governança do Pacto enfrentou desafios ao longo de sua trajetória. Embora o Memorando de Entendimento original previsse a criação de uma estrutura robusta de governança, incluindo Comitê Gestor, Regimento Interno e mecanismos de sustentabilidade financeira, parte desses instrumentos não foi plenamente implementada nos primeiros anos de funcionamento. Como consequência, a governança regional apresentou períodos de menor mobilização institucional e dificuldades para consolidar processos permanentes de coordenação e tomada de decisão.

A partir de 2025, iniciou-se um processo de reorganização e fortalecimento institucional, incluindo a atualização dos Memorandos de Entendimento, a ampliação da participação de atores locais e a retomada das instâncias de governança. Ainda assim, permanece o desafio de consolidar uma estrutura regional estável e representativa, capaz de integrar os diferentes municípios, parceiros e agendas existentes no território.

No campo do monitoramento das metas, foram identificadas limitações relacionadas à disponibilidade, qualidade e confiabilidade de determinados dados utilizados para acompanhamento dos resultados. Em especial, atores locais relatam baixa confiança em algumas estatísticas relacionadas à produção da agricultura familiar, atualmente disponibilizadas por bases oficiais. Esse cenário dificulta a mensuração precisa dos impactos gerados pelos projetos implementados e limita a capacidade de estabelecer relações mais robustas entre os investimentos realizados e a evolução dos indicadores monitorados.

Adicionalmente, algumas metas ainda apresentam limitações metodológicas ou ausência de dados sistematizados, reforçando a necessidade de aprimoramento contínuo dos sistemas de monitoramento e da definição de indicadores alinhados à disponibilidade de informações e à realidade territorial.

Entre as principais oportunidades para os próximos anos destaca-se o fortalecimento das cadeias produtivas da sociobiodiversidade amazônica, incluindo castanha-do-pará, café, cacau, sistemas agroflorestais e outros produtos florestais não madeireiros. A região também apresenta elevado potencial para ampliar iniciativas de conservação florestal associadas à geração de renda, bem como para acessar mecanismos de financiamento climático, pagamentos por serviços ambientais e programas vinculados à redução da conversão e degradação.

O fortalecimento da governança regional, aliado à ampliação da participação de organizações da agricultura familiar, povos indígenas, cooperativas e instituições financeiras, poderá contribuir para consolidar o Vale do Juruena como uma referência em desenvolvimento territorial sustentável na Amazônia mato-grossense.

3.4 Pacto PCI-Oeste

Nome do Pacto Regional:	Pacto PCI-Oeste	Município(s):	Tangará da Serra, Alto Paraguai, Diamantino, Campo Novo do Parecis, Sapezal e Campos de Júlio
Data de criação:	Maio, 2024	Legislação específica:	Não
Grupos de Governança:	Sim	Metas PCI locais:	Sim
MoUs com Prefeitura:	Sim	Monitoramento:	2024
Secretário Executivo PCI: Bethania G. Valentino dos Santos (2024-2026); Vitor Campos (Fevereiro 2026 a atual) e Mateus Souza (abril de 2026 a atual)			
Investimento de parceiros: R$ 30 milhões (Consumer Goods Forum — incluindo Nestlé, Jerónimo Martins e Sainsbury's —, além de recursos provenientes do Land Innovation Fund (LIF), Soft Commodities Forum (SCF), AMAGGI e McDonald's)			

Contexto socioeconômico e ambiental

O Pacto PCI Oeste de Mato Grosso abrange seis municípios estratégicos localizados na região Oeste do estado: Tangará da Serra, Campo Novo do Parecis, Campos de Júlio, Sapezal, Diamantino e Alto Paraguai. Juntos, esses municípios totalizam aproximadamente 5 milhões de hectares, configurando uma das mais importantes paisagens produtivas do Brasil, localizada na transição entre os biomas Cerrado e Amazônia e nas nascentes do Pantanal.

Entre os municípios integrantes do Pacto, Sapezal (13.614 km²) e Tangará da Serra (11.637 km²) possuem as maiores extensões territoriais. Em termos populacionais, destacam-se Tangará da Serra, com cerca de 106 mil habitantes, e Campo Novo do Parecis, com aproximadamente 46 mil habitantes. O Alto Paraguai apresenta a menor população da região, com pouco mais de 8 mil habitantes, embora possua densidade demográfica relativamente elevada (4,34 hab./km²) em função de sua menor extensão territorial.

Os indicadores socioeconômicos revelam elevado dinamismo econômico na maior parte dos municípios do Pacto. A população ocupada varia entre 30% e 46%, com renda média superior a dois salários mínimos e alcançando 2,9 salários mínimos em Campos de Júlio. O PIB per capita apresenta valores expressivos, especialmente em municípios fortemente especializados na produção agropecuária, como Campos de Júlio (R$ 329.299,37), Diamantino (R$ 261.696,26) e Sapezal (R$ 221.470,66). Os municípios também apresentam Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) elevado para os padrões estaduais, com valores superiores a 0,700, à exceção de Alto Paraguai, cujo IDHM é de 0,638 (Tabela 7).

Esses indicadores refletem a forte vocação agropecuária da região, reconhecida como área prioritária para a implementação da Estratégia PCI em razão de sua elevada relevância econômica, expressiva produção de commodities, elevada proporção de vegetação nativa conservada e potencial para o fortalecimento da agricultura familiar e indígena.

Tabela 7. Indicadores Socioeconômicos para os municípios do Pacto PCI Oeste

Município	Área Total (km²)	População (mil hab.)	Densidade demográfica	% Pop. Ocupada	Nº salários mínimos	PIB per capita (2021)	IDHM* 2010
Tangará da Serra	11.637	106.434	9,15	30%	2,2	R$ 52.635,43	0,729
Campo Novo do Parecis	9.428	45.889	4,87	36,03%	2,7	R$ 172.492,49	0,734
Campos de Júlio	6.792	8.822	1,3	41,78%	2,9	R$ 329.299,37	0,744
Sapezal	13.614	28.944	2,13	46,18%	2,7	R$ 221.470,66	0,732
Diamantino	8.263	21.941	2,66	34%	2,5	R$ 261.696,26	0,718
Alto Paraguai	1.847	8.009	4,34	8%	1,9	R$ 21.382,31	0,638

Perfil Produtivo Regional

O Oeste de Mato Grosso destaca-se como uma das principais fronteiras agrícolas do país. Em 2024, os seis municípios produziram conjuntamente cerca de 4,6 milhões de toneladas de soja, correspondendo a aproximadamente 3,2% da produção brasileira e quase 12% da produção estadual. Campo Novo do Parecis, Sapezal e Diamantino figuram entre os dez maiores produtores de soja do Mato Grosso.

No mesmo período, a produção regional de milho superou 4,5 milhões de toneladas, com destaque para Diamantino, um dos principais produtores estaduais. A produção de algodão atingiu aproximadamente 2,5 milhões de toneladas, posicionando Sapezal, Campo Novo do Parecis, Diamantino e Campos de Júlio entre os principais produtores do estado. A cana-de-açúcar também apresenta relevância econômica regional, sobretudo nos municípios de Campo Novo do Parecis e Tangará da Serra[47].

[47] Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal 2023. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/. Acesso em setembro de 2024.

Tabela 8. Produção Agrícola em toneladas por município

Município	Soja	Milho	Cana	Algodão
Tangará da Serra	389.388	299.089	9.696.722	80.649
Campo Novo do Parecis	1.141.652	994.866	3.100.013	679.806
Campos de Júlio	705.326	816.050	299.715	307.224
Sapezal	1.123.911	674.487	-	1.026.018
Diamantino	1.014.303	1.530.345	357.200	375.750
Alto Paraguai	212.404	241.703	76.860	27.113
TOTAL	**4.586.984**	**4.556.540**	**13.530.510**	**2.496.560**

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal 2024. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em https://cidades.ibge.gov.br/. Acesso em maio de 2026.

Além do elevado volume produzido, a região apresentou expressiva expansão agrícola nas últimas décadas, especialmente nas culturas de soja, milho e algodão. Municípios como Campo Novo do Parecis, Sapezal e Diamantino registraram forte crescimento da área plantada, consolidando o Oeste como uma das principais regiões produtoras de commodities agrícolas do Brasil.

Tabela 9. Produção Agrícola - Área plantada em hectares por município em 2023

Município	Soja	Milho	Cana	Algodão
Tangará da Serra	137.568	51.829	125.128	18.860
ampo Novo do Parecis	408.000	141.300	32.975	153.822
Campos de Júlio	213.735	109.000	4.134	68.272
Sapezal	398.550	93.835	-	228.004
Diamantino	402.304	246.356	5.150	83.500
Alto Paraguai	72.118	40.372	1.115	7.223
TOTAL	**1.632.275**	**682.692**	**168.502**	**559.681**

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal 2024. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/. Acesso em maio de 2026.

Alto Paraguai não possui expressividade na produção de grãos, dado o histórico de garimpo na região. Entretanto, seus aspectos geográficos favorecem a atividade pecuária no município. Em 2023 o município contava com um rebanho de mais 93 mil cabeças de gado e em 2024 passou para 94.173 cabeças de gado[48]. Além disso, o município possui grande potencial para a produção de alimentos através das cadeias produtivas da agricultura familiar, visto que 12,83% do seu território corresponde a áreas de assentamentos.

[48] IBGE, Produção Agrícola Municipal 2024. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em https://cidades.ibge.gov.br/. Acesso em setembro maio de 2026.

Uso e ocupação do solo e ativos ambientais

Embora seja reconhecida pela elevada produção agropecuária, a região conserva importantes ativos ambientais. Os seis municípios mantêm, conjuntamente, mais de 3 milhões de hectares de vegetação nativa, distribuídos entre formações florestais, arbustivas e herbáceas.

Tabela 10. Indicadores de uso e ocupação do solo - áreas de vegetação nativa e agropecuária

Município	Floresta	Veg. Arbustiva e Herbácea	Vegetação Nativa	Pastagem	Agricultura
Tangará da Serra	336.310	490.993	827.303	173.509	138.602
CN do Parecis	407,980	76.459	484.439	17.959	411.381
Campos de Júlio	367.478	19.213	386.691	32.245	233.143
Sapezal	827.960	46.537	874.497	43.484	418.612
Diamantino	329.790	9.280	339.070	60.640	401.234
Alto Paraguai	105.603	1.708	107.311	65.604	5.449
Total	**2.375.121**	**644.190**	**3.019.311**	**393.441**	**1.608.421**

Fonte Coleção 9 Mapbiomas

Destaca-se ainda a presença de extensas Terras Indígenas, que ocupam aproximadamente 1,37 milhão de hectares nos municípios de Tangará da Serra, Campo Novo do Parecis, Campos de Júlio, Sapezal e Diamantino. Essas áreas desempenham papel estratégico para a conservação da biodiversidade, manutenção dos serviços ecossistêmicos e proteção dos recursos hídricos regionais

Os municípios de Alto Paraguai e Diamantino apresentam importância ambiental adicional por abrigarem as principais nascentes do rio Paraguai, localizadas na Área de Proteção Ambiental (APA) Nascentes do Pantanal. Essa região exerce papel fundamental para a manutenção da dinâmica hidrológica e da biodiversidade do Pantanal, um dos principais biomas úmidos do planeta.

Paralelamente, a presença de assentamentos rurais, especialmente em Alto Paraguai, Tangará da Serra e Diamantino, evidencia o potencial regional para o fortalecimento das cadeias produtivas da agricultura familiar e para o desenvolvimento de estratégias de inclusão socioprodutiva.

Tabela 11. Indicadores de uso e ocupação do solo - TIs, UCs e Assentamentos)

Município	Terras Indígenas		Assentamentos		Áreas Protegidas	
	hectares	%	hectares	%	hectares	%
Tangará da Serra	589.504	50,54	36.958	3,17	1.200	0,1
CN do Parecis	277.775	29,45	3.142	0,33	-	-
Campos de Júlio	20.347	2,99	-	-	-	-

Sapezal	480.991	35,29	-	-	-	-
Diamantino	2.167	0,27	30.143	3,74	28.516	3,54
Alto Paraguai	-	-	23.690	12,83	42.214	22,85

Fonte Diagnóstico IPAM 2022

Apesar da elevada proporção de vegetação nativa conservada, os municípios do Pacto PCI Oeste vêm registrando incrementos de conversão e degradação ao longo dos últimos anos, acompanhando tendências observadas em diferentes regiões da Amazônia Legal e do Cerrado.

Entre 2014 e 2024, destacam-se períodos de elevados incrementos observados em Tangará da Serra, Campos de Júlio e Diamantino. Em alguns períodos, especialmente entre 2014 e 2019, municípios como Tangará da Serra, Sapezal e Campos de Júlio apresentaram taxas anuais superiores a 20 km² de conversão e degradação. Mais recentemente, observa-se tendência de redução dos incrementos anuais em parte dos municípios, embora a conversão e degradação permaneça um importante desafio para a consolidação de uma paisagem produtiva sustentável.

Tabela 12. Conversão e degradação em km² para os municípios do Pacto Oeste

Município	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Tangará da Serra	34,36	28,89	71,04	26,08	16,71	20,9	0,7	7,62	4,19	6,04	3,54
Campo Novo do Parecis	2,42	2,77	11,23	2,32	0,18	4,46	0,1	8,35	11,05	6,85	5,49
Campos de Julio	33,62	30,35	35,78	48,63	31,95	35,57	20,37	22,59	35,02	8,06	0,55
Sapezal	11,64	45,96	28,65	13,12	3,77	18,5	2,91	8,25	5,64	7,05	6,73
Diamantino	36,07	21,31	29,64	11,69	12,86	4,54	13,45	13,71	6,54	15,06	4,46
Alto Paraguai	3,4	9,72	6,47	3,77	7,24	2,5	5,42	4,1	2,74	6,62	1,23
TOTAL	**121,51**	**139**	**182,81**	**105,61**	**72,71**	**86,47**	**42,95**	**64,62**	**65,18**	**49,68**	**22**

Fonte: PRODES, . Disponível em: Fonte:https://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/cerrado/increments. Acesso em maio de 2026

Nesse contexto, o Oeste de Mato Grosso apresenta características singulares que o posicionam como uma paisagem estratégica para a implementação da Estratégia PCI. A combinação entre elevada produtividade agropecuária, expressivos ativos ambientais, diversidade social e presença de importantes territórios indígenas e da agricultura familiar cria condições favoráveis para a construção de modelos inovadores de desenvolvimento territorial capazes de conciliar produção, conservação e inclusão em larga escala.

Histórico da criação do Pacto PCI Oeste-MT

O Pacto Regional Oeste de Mato Grosso (Pacto PCI Oeste-MT) constitui um arranjo regional de governança territorial estruturado para apoiar a implementação da Estratégia Produzir, Conservar e Incluir (PCI) em seis municípios prioritários da região Oeste do estado: Tangará da Serra, Alto Paraguai, Diamantino, Campo Novo do Parecis, Campos de Júlio e Sapezal.

A criação do Pacto PCI Oeste-MT integra o processo de territorialização da Estratégia PCI em regiões estratégicas de Mato Grosso e representa um desdobramento direto das ações desenvolvidas pelo Consórcio Oeste de Mato Grosso, formado pelo Instituto PCI, IPAM Amazônia, Proforest e Produzindo Certo. Desde 2023, o Consórcio vem implementando a Iniciativa de Paisagem do Oeste do Mato Grosso[49], com o objetivo de promover o desenvolvimento rural sustentável por meio da articulação multissetorial, da atração de investimentos e da implementação de ações voltadas à produção sustentável, conservação ambiental, inclusão socioprodutiva e fortalecimento da governança local.

Inspirado nas experiências anteriores dos Pactos PCI do Vale do Juruena, Sorriso e Barra do Garças, o processo teve início no município de Tangará da Serra. A partir do alinhamento entre Instituto PCI, Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores, Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Sindicato Rural e Instituto Pantanal Amazônia de Conservação (IPAC), foi realizada, em junho de 2021, a primeira reunião voltada à discussão da implementação da Estratégia PCI no município.

Primeira etapa (engajamento): em maio de 2022, vinte instituições formalizaram a criação de um Comitê de planejamento das ações de implementação do Pacto PCI de Tangará da Serra, reunindo representantes do poder público, setor produtivo, academia e sociedade civil. Ainda naquele ano, o Instituto Pantanal Amazônia de Conservação (IPAC) elaborou um diagnóstico sobre uso da terra e aspectos socioeconômicos relacionados às metas da Estratégia PCI no município, fornecendo subsídios técnicos para o processo de planejamento territorial.

A partir de 2023, o Consórcio Oeste intensificou o processo de mobilização territorial nos seis municípios prioritários da região. Durante essa etapa foram realizados mapeamento de lideranças e instituições locais, reuniões bilaterais e encontros coletivos, com o objetivo de identificar demandas, fortalecer parcerias e sensibilizar atores estratégicos para a construção de Pactos PCI municipais na região.

Segunda etapa (formalização): o processo de formalização de Pactos PCI municipais no Oeste de Mato Grosso ocorreu de forma gradual. Em 2024 foram assinados os Memorandos de Entendimento entre o Instituto PCI e os municípios de Tangará da Serra, Alto Paraguai, Diamantino e Campos de Júlio. Em 2025, foram formalizados os Pactos PCI de Campo Novo do Parecis e Sapezal, consolidando a adesão dos seis municípios prioritários à Estratégia PCI.

Terceira etapa (criação de metas): Paralelamente ao processo de formalização, foram realizadas oficinas participativas para criação e validação de metas municipais alinhadas à Estratégia PCI estadual. Tangará da Serra, Alto Paraguai e Diamantino realizaram suas oficinas de metas em 2024, enquanto Campos de Júlio, Campo Novo do Parecis e Sapezal concluíram esse processo em 2025. As metas municipais foram construídas considerando as especificidades, oportunidades e prioridades identificadas pelos atores locais, fortalecendo o caráter territorial da Estratégia PCI.

Quarta etapa (consolidação da governança): A consolidação das estruturas de governança também ocorreu de maneira progressiva. Em Tangará da Serra e Alto Paraguai, os Comitês Gestores foram estruturados após as oficinas de metas realizadas em 2024. Em Diamantino, o processo ocorreu entre 2024 e 2025. Já nos municípios de Campo Novo do Parecis, Sapezal e

[49] Consórcio Oeste de Mato Grosso. Disponível em: https://paisagemoestemt.net

Campos de Júlio, Comitês Gestores foram constituídos em 2025, antecedendo a realização das oficinas de metas e contribuindo para o fortalecimento da mobilização territorial e da construção participativa das agendas municipais.

Ao longo de todo esse processo, o Consórcio Oeste tem desempenhado papel central na captação de recursos e na implementação de projetos na região. Com metas de impacto estabelecidas para 2030, a iniciativa já mobilizou investimentos junto a empresas integrantes do Consumer Goods Forum — incluindo Nestlé, Jerónimo Martins e Sainsbury's —, além de recursos provenientes do Land Innovation Fund (LIF), Soft Commodities Forum (SCF), AMAGGI e, mais recentemente, do McDonald's. Esses investimentos têm contribuído para ampliar a escala das ações e consolidar o Oeste de Mato Grosso como uma das principais iniciativas de paisagem jurisdicional em implementação no estado.

No âmbito operacional, o Pacto Oeste passou a contar, a partir de 2024, com uma Secretaria Executiva regional contratada pelo Instituto PCI, responsável pela coordenação das ações nos seis municípios prioritários. Essa estrutura desempenhou papel estratégico na articulação institucional, mobilização de parceiros, monitoramento das metas, captação de recursos e apoio à implementação de ações e projetos nos territórios.

A partir de janeiro de 2026, considerando a ampliação da escala de atuação, as particularidades territoriais e os desafios logísticos associados à implementação da Estratégia PCI em uma região extensa, a Secretaria Executiva foi reestruturada e passou a operar por meio de duas secretarias executivas regionais. A primeira ficou responsável pelos municípios de Alto Paraguai, Diamantino e Tangará da Serra, enquanto a segunda passou a atuar em Campo Novo do Parecis, Sapezal e Campos de Júlio. Essa reorganização teve como objetivo fortalecer a presença institucional nos territórios, garantir maior proximidade entre as equipes e os atores locais, além de possibilitar um acompanhamento mais próximo e aderente às especificidades, demandas e dinâmicas de cada município.



Figura 15. Histórico desde a criação do Pacto PCI-Oeste

Governança e Instituições relevantes da paisagem

A construção da governança do Pacto PCI Oeste-MT ocorreu de forma gradual e descentralizada, acompanhando o processo de implementação da Estratégia PCI nos municípios prioritários da região Oeste de Mato Grosso. O processo teve início em Tangará da Serra, em 2022, com a constituição do primeiro Comitê Gestor voltado à implementação local da Estratégia PCI. A partir de 2024, a governança regional passou por um processo de expansão e consolidação, com a formalização dos Pactos PCI nos municípios de Tangará da Serra, Alto Paraguai, Diamantino e Campos de Júlio. Em 2025, Campo Novo do Parecis e Sapezal também formalizaram seus Pactos, consolidando a adesão dos seis municípios prioritários à Estratégia PCI.

Nos seis municípios, o processo de implementação dos Pactos foi acompanhado pela estruturação de modelos de governança municipal inspirados na Estratégia PCI estadual. Esses arranjos buscam, simultaneamente, garantir alinhamento às diretrizes estaduais e assegurar protagonismo aos atores locais na definição de prioridades, planejamento de ações e tomada de decisão para ampliação da escala dos investimentos e dos impactos territoriais.

Nessa primeira fase de implementação, o Pacto PCI Oeste-MT alcançou avanços expressivos em sua estruturação institucional, especialmente por meio das ações conduzidas pelo Consórcio Oeste de Mato Grosso. Entre esses avanços destacam-se a formalização de Memorandos de Entendimento (MoUs), a criação participativa de metas municipais e a instalação de Comitês Gestores nos seis municípios da região. Esses resultados demonstram elevado engajamento institucional e importante capacidade de articulação entre atores públicos, privados e da sociedade civil nos territórios.

A partir de junho de 2025, o Instituto PCI, por meio da Gerência de Pactos PCI, iniciou um processo de padronização dos instrumentos institucionais relacionados à formalização e operacionalização dos Pactos PCI no estado. Essa iniciativa incorporou os aprendizados acumulados ao longo dos primeiros anos de implementação dos Pactos Regionais e passou a adotar, de forma sistemática, os instrumentos previstos nas Diretrizes para Criação e Gestão dos Pactos PCI, com o objetivo de ampliar a legitimidade, organização institucional, representatividade e segurança jurídica dos processos locais[50].

Nesse contexto, a formalização e operacionalização dos Pactos PCI passaram a ocorrer por meio de cinco instrumentos principais:

- Memorando de Entendimento (MoU): instrumento de formalização do Pacto entre o Instituto PCI e a Prefeitura Municipal, estabelecendo compromissos institucionais para atuação conjunta;

- Comitê Gestor do Pacto PCI: instância deliberativa multissetorial responsável pela definição de metas, articulação de parcerias, acompanhamento das ações e monitoramento dos resultados;

[50] Instituto PCI, 2025. Disponível em: https://pcimt.org/wp-content/uploads/2025/06/Diretrizes-para-criacao-e-gestao-dos-Pactos-PCI.pdf

- Metas PCI Municipais: objetivos voluntários alinhados à Estratégia PCI estadual, orientando o planejamento, priorização de ações e monitoramento territorial;

- Lei Municipal: instrumento legal que institucionaliza o Pacto PCI no município, conferindo maior segurança jurídica e continuidade às ações;

- Regimento Interno: documento que define papéis, responsabilidades, regras de funcionamento e processos decisórios do Comitê Gestor.

Dessa forma, atualmente, na região os esforços concentram-se no aprofundamento e consolidação desses arranjos de governança. Nesse sentido, as Leis Municipais de institucionalização dos Pactos PCI e os Regimentos Internos dos Comitês Gestores encontram-se em processo de elaboração, discussão e aprovação pelos atores locais, reforçando o caráter participativo, a legitimidade e a sustentabilidade institucional desses espaços.

Nesse contexto, o Pacto PCI Oeste-MT consolida-se como um ambiente ativo de governança territorial e implementação de ações, com elevado potencial estratégico para impulsionar resultados concretos nos eixos Produzir, Conservar e Incluir, constituindo uma importante prova de conceito para o processo de expansão e territorialização da Estratégia PCI no estado de Mato Grosso.

Sobre os Comitês Gestores

Em consonância com as Diretrizes para Criação e Gestão dos Pactos PCI, os Comitês Gestores constituem a principal instância de governança dos Pactos PCI Oeste. Sua função é promover a articulação entre poder público, setor produtivo, setor privado e sociedade civil, apoiando a implementação de políticas públicas, programas e projetos voltados ao desenvolvimento rural sustentável.

Entre suas atribuições destacam-se: a definição e acompanhamento das metas municipais; a identificação de desafios e oportunidades para o território; o monitoramento das ações implementadas; a articulação de parcerias; e o acompanhamento das atividades desenvolvidas pela Secretaria Executiva e pelos coordenadores dos eixos Produzir, Conservar e Incluir.

Conforme estabelecido nas Diretrizes do Instituto PCI, os Comitês Gestores dos Pactos PCI formalizados são compostos, no mínimo, por sete membros, sendo: um Presidente, um Secretário Executivo, um representante do Instituto PCI, um representante da Prefeitura Municipal e um coordenador para cada um dos eixos Produzir (P), Conservar (C) e Incluir (I).

Essa configuração mínima foi replicada na estruturação dos seis Comitês Gestores do Pacto PCI Oeste, que foram constituídos entre maio de 2024 e abril de 2025. A adoção de uma estrutura padronizada permitiu fortalecer a governança local e criar condições para o acompanhamento sistemático das metas e da implementação das ações nos diferentes municípios.

Entretanto, os aprendizados gerados ao longo do primeiro ano de funcionamento dos Comitês evidenciaram oportunidades de aprimoramento da governança. Nesse sentido, desde o primeiro semestre de 2026, vem sendo conduzido um processo de fortalecimento institucional

dos Comitês Gestores, visando ampliar a representatividade dos diferentes segmentos e aumentar a resiliência das estruturas de governança.

Entre as principais melhorias propostas destaca-se a ampliação do número de representantes nos eixos Produzir, Conservar e Incluir, bem como a inclusão da figura do Vice-Presidente do Comitê Gestor. Essas alterações buscam fortalecer a representação institucional dos diferentes setores, reduzir riscos relacionados à ausência eventual de membros e assegurar maior continuidade dos processos decisórios. A presença de mais de um representante por eixo também permite incorporar diferentes perspectivas territoriais e ampliar a participação de organizações estratégicas, especialmente nos temas relacionados à agricultura familiar, povos e comunidades tradicionais, conservação ambiental e setor produtivo.

As propostas de fortalecimento institucional vêm sendo gradualmente incorporadas aos processos de revisão e consolidação dos Comitês Gestores nos municípios do Oeste de Mato Grosso. Os organogramas apresentados a seguir ilustram a estrutura de governança atualmente adotada pelos Pactos PCI da região, evidenciando tanto a composição mínima estabelecida nas Diretrizes para Criação e Gestão dos Pactos PCI quanto os avanços realizados no sentido de ampliar a representatividade multissetorial e fortalecer os mecanismos de coordenação e tomada de decisão. As estruturas demonstram o esforço contínuo de aperfeiçoamento da governança local, buscando assegurar maior equilíbrio entre os diferentes segmentos representados, ampliar a participação dos atores territoriais e conferir maior robustez institucional aos Pactos PCI.

A experiência acumulada na estruturação desses Comitês Gestores tem gerado importantes aprendizados para o aperfeiçoamento dos modelos de governança da Estratégia PCI e poderá subsidiar futuros processos de expansão e territorialização da estratégia em outras regiões do estado.

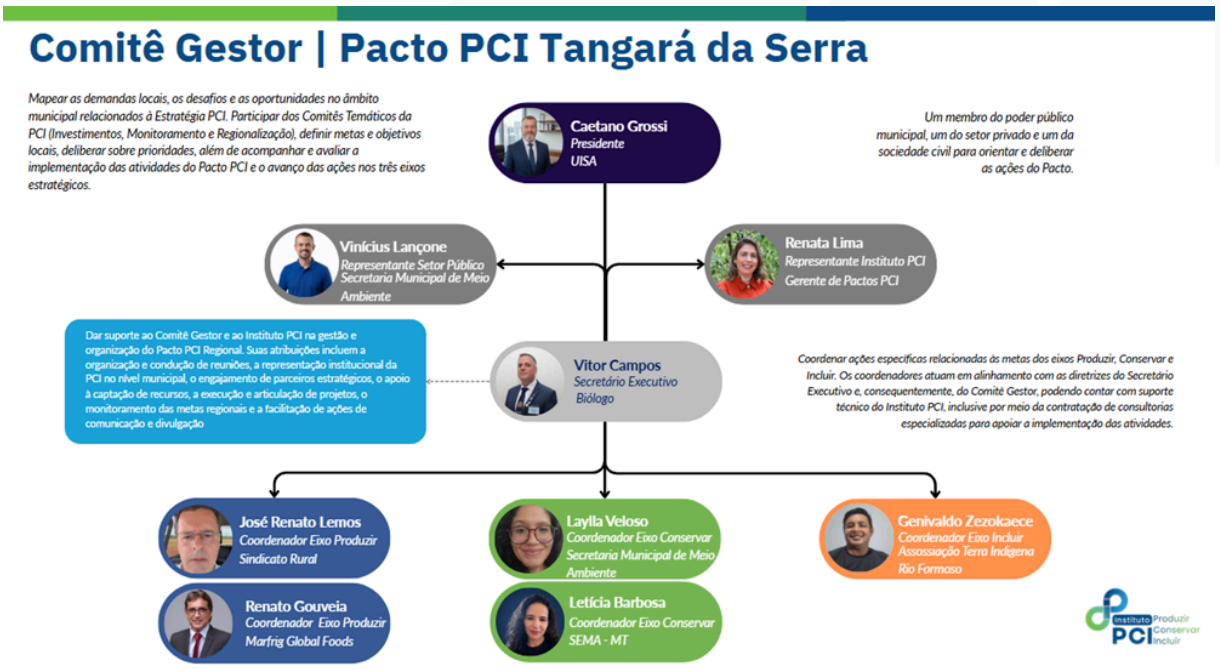


Figura 16. Comitê Gestor do Pacto PCI de Tangará da Serra

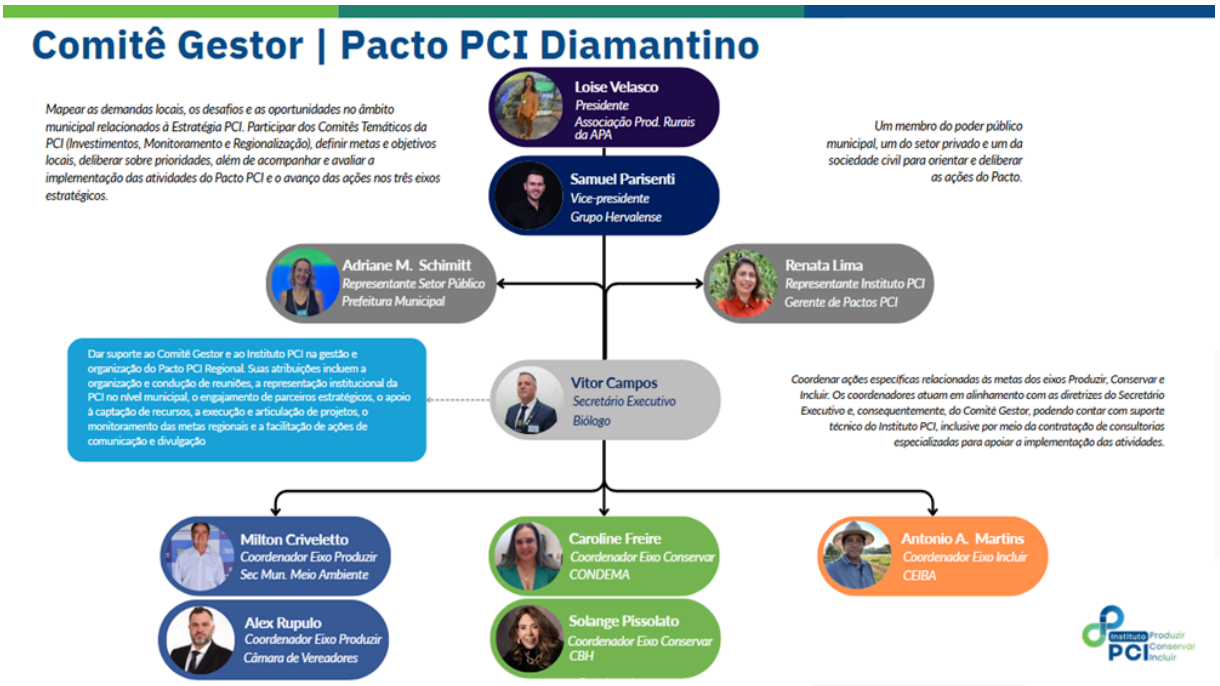


Figura 17. Comitê Gestor do Pacto PCI de Diamantino

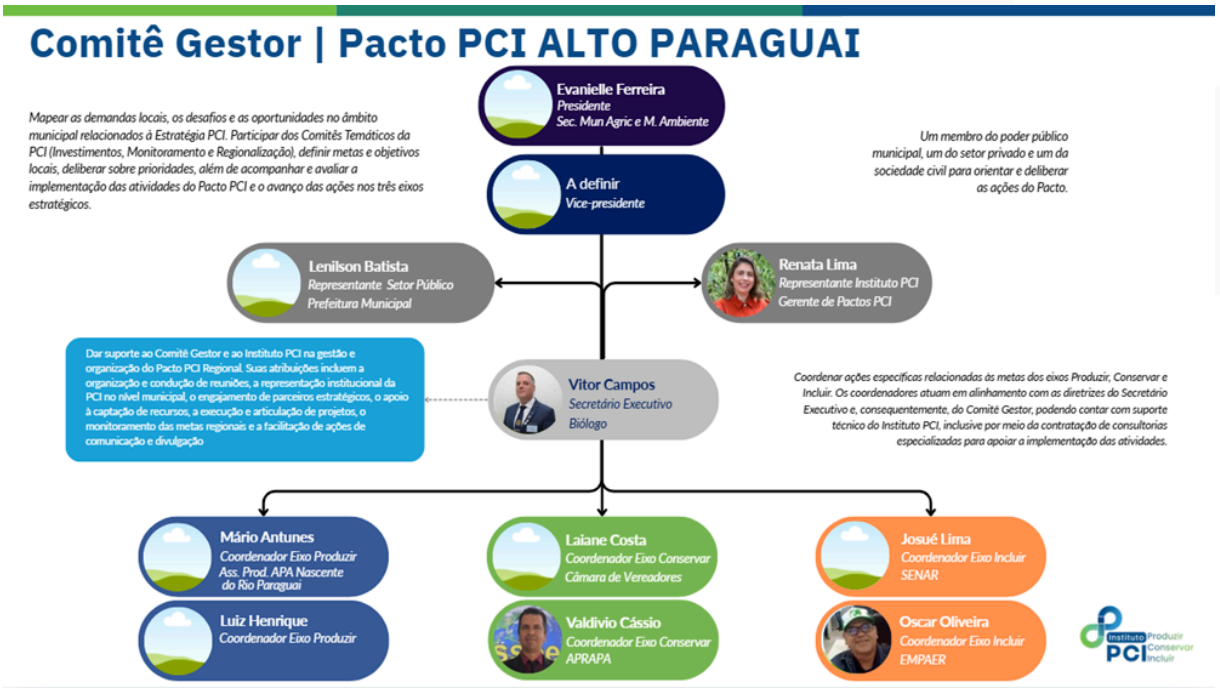


Figura 18. Comitê Gestor dos Pacto PCI de Alto Paraguai

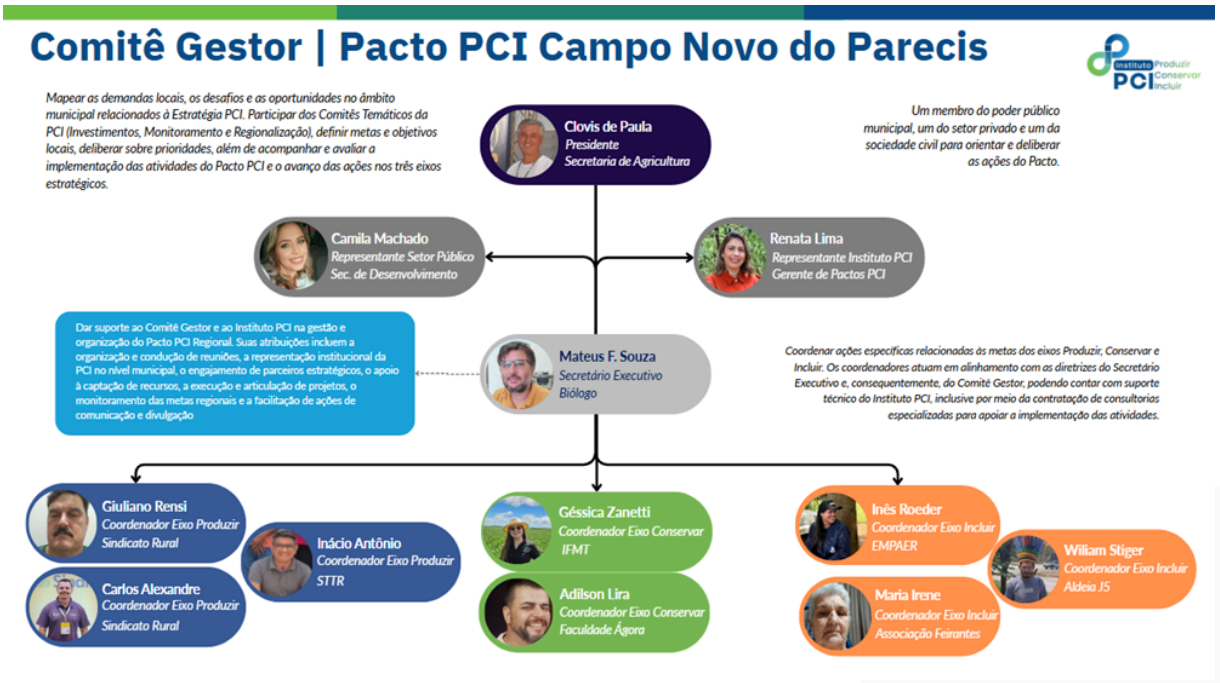


Figura 19. Comitê Gestor dos Pacto PCI de Campo Novo do Parecis

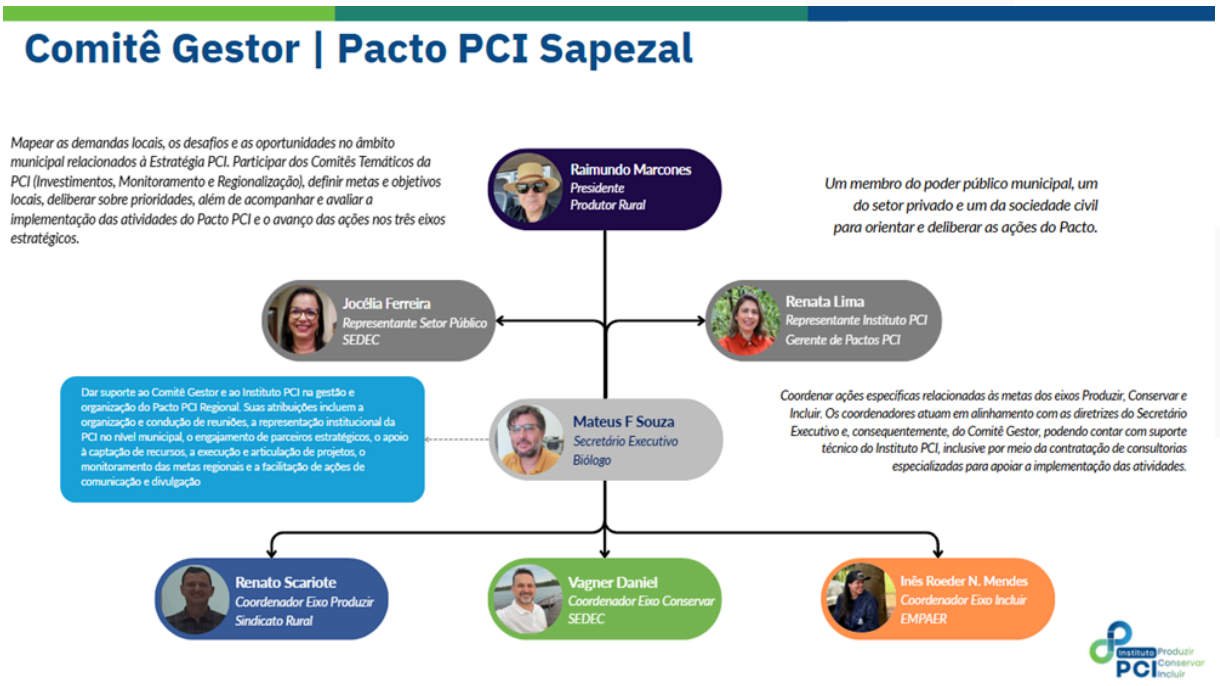


Figura 20. Comitê Gestor dos Pacto PCI de Sapezal

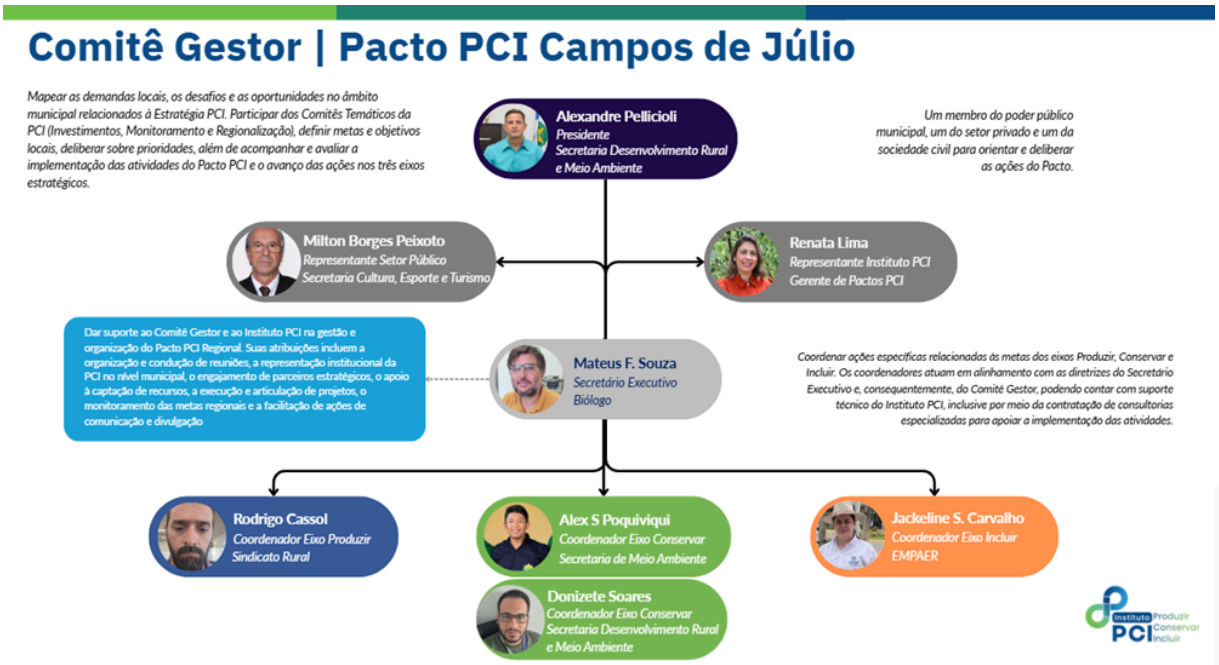


Figura 21. Comitê Gestor dos Pacto PCI de Campos de Júlio

Instituições Participantes

A formalização do Pacto PCI Oeste-MT ocorreu por meio da assinatura de Memorandos de Entendimento entre o Instituto PCI e as Prefeituras Municipais de Tangará da Serra, Alto Paraguai, Diamantino, Campos de Júlio, Campo Novo do Parecis e Sapezal. As cerimônias de formalização reuniram representantes do poder público, setor privado, organizações da sociedade civil, instituições de pesquisa e ensino, cooperativas, sindicatos e demais atores estratégicos dos territórios.

Ao aderirem aos Pactos PCI, as partes reconhecem que a Estratégia PCI constitui uma abordagem jurisdicional para o desenvolvimento rural sustentável, alinhada à Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) brasileira no âmbito do Acordo de Paris e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas. Reconhecem também que a implementação da Estratégia PCI é fundamental para o cumprimento dos compromissos climáticos assumidos pelo Estado de Mato Grosso.

Nesse contexto, os Pactos PCI são compreendidos como arranjos multissetoriais de governança territorial, compostos por metas voluntárias e por um conjunto de instituições públicas, privadas e da sociedade civil comprometidas com a promoção do desenvolvimento sustentável nos municípios.

No Pacto PCI Oeste-MT, esse arranjo institucional vem sendo consolidado por meio de um amplo processo de engajamento territorial realizado nos seis municípios prioritários. Assim, conforme previsto nas Diretrizes para Criação e Gestão dos Pactos PCI, consideram-se participantes do Pacto não apenas as instituições formalmente signatárias dos Memorandos de Entendimento, mas também todas aquelas que participam ativamente das reuniões, oficinas,

grupos de trabalho e demais espaços de construção coletiva relacionados à implementação da Estratégia PCI na região.

Essa abordagem permitiu ampliar significativamente a diversidade de atores envolvidos, fortalecendo a governança territorial e aumentar a capacidade de articulação, mobilização de recursos e implementação de ações nos municípios do Oeste de Mato Grosso.

Considerando o caráter dinâmico da governança dos Pactos PCI e os aprendizados acumulados ao longo do processo de implementação nos municípios do Oeste, observou-se a necessidade de avançar na institucionalização e no fortalecimento das estruturas locais de governança, buscando ampliar a representatividade dos diferentes segmentos sociais, consolidar compromissos institucionais e garantir maior sustentabilidade às ações desenvolvidas no território. Nesse contexto, foram iniciadas ações voltadas ao aperfeiçoamento dos instrumentos institucionais e à atualização da base de instituições participantes do Pacto.

Nos últimos meses, as Secretarias Executivas do Pacto PCI Oeste vêm conduzindo um processo de fortalecimento institucional, com foco na ampliação da legitimidade, representatividade e sustentabilidade das estruturas de governança local. Entre as ações em andamento destaca-se a discussão, junto aos Comitês Gestores e às prefeituras municipais, sobre a institucionalização formal dos Pactos PCI por meio da elaboração de propostas de Lei Municipal. A criação de legislação específica tem como objetivo reconhecer formalmente os Pactos PCI no âmbito municipal, conferindo maior segurança jurídica, estabilidade institucional e continuidade às ações independentemente de mudanças político-administrativas.

Complementarmente, vem sendo realizada a atualização da base de instituições participantes e potenciais signatárias do Pacto PCI, visando ampliar a representatividade dos diferentes segmentos sociais e fortalecer o compromisso institucional dos atores envolvidos com a implementação da Estratégia PCI nos territórios. O processo de adesão formal ocorrerá por meio do envio de Carta Convite e posterior assinatura de Termo de Adesão pelas instituições indicadas pelos Comitês Gestores. Cabe ao Instituto PCI elaborar e disponibilizar esses instrumentos, enquanto os membros dos Comitês Gestores são responsáveis por validar a lista de instituições mapeadas, identificar novos atores estratégicos e atualizar as informações de contato necessárias para a formalização das adesões. Dessa forma, busca-se consolidar uma base institucional mais ampla, diversa e comprometida com a implementação de longo prazo dos Pactos PCI no Oeste de Mato Grosso.

Esse movimento de atualização e formalização institucional representa uma etapa importante no processo de amadurecimento do Pacto PCI Oeste, contribuindo para o fortalecimento da governança multissetorial, ampliação da participação social e consolidação de uma base institucional mais robusta para a implementação das ações nos municípios.

Tabela 13. Instituições participantes do Pacto PCI-Oeste

Sistema S

							Campos de Júlio
Setor Privado	Marfrig Global Foods	Sim	-	-	-	-	-
	SLC Agrícola S/A	Sim	-	-	-	-	-
	Grupo LPCD	Sim	-	-	-	-	-
	SEARA	Sim	-	-	-	-	-
	Amaggi	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
	Friboi	Sim	Sim	Sim	-	-	-
	Escritórios Verdes JBS	Sim	Sim	Sim	-	-	-
	Grupo Hervalense	-	-	Sim	-	-	-
	Lançone Engenharia	Sim	-	-	-	-	-
	Agropecuária Jacarezinho/MFG	Sim	-	-	-	-	-
	Fazenda São Marcelo	Sim	-	-	-	-	-
	Salto das Nuvens Empreendimentos Turísticos	Sim	-	-	-	-	-
	MARTINELLI AUDITORES	-	-	-	-	-	Sim
	Scheffer	-	-	-	-	Sim	-
	Fazenda Pérola	-	-	-	-	Sim	-
	Marcos Faria (Representante de Produtores)	-	-	-	-	Sim	-
	Fazenda Diamante	-	-	-	-	Sim	-
	Escritório Stork	-	-	-	-	Sim	-
	Fazenda Santa Candida	-	-	-	-	Sim	-
	Fazenda Galli	-	-	-	-	Sim	-
	Produtor Edemar Cláudio	-	-	-	-	Sim	-
	Vigor	-	-	-	-	Sim	-
	Produtor Carlos Simoneti (Projeto Conserv)	-	-	-	-	Sim	-
	Produzindo Certo	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
	Faz São Gerônimo (Conserv)	-	-	-	-	Sim	-
	Eng. Aca	-	-	-	-	Sim	-
	Cooprodia	-	-	-	Sim	-	-
Ensino	Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT	Sim	-	Sim	-	-	-
	Faculdade Anhanguera - UNIC	Sim	-	-	-	-	-

	Instituto Federal de Mato Grosso - IFMT	Sim	Sim	Sim	Sim	-	-
	Faculdade Agora	-	-	-	Sim	-	-
	Escola Técnica Estadual de Educação Profissional e Tecnológica - SECITEC	Sim	-	-	-	-	-
Governo	Secretaria de Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso - SEMA	Sim	Sim	Sim	-	-	-
	Prefeitura Municipal	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
	Secretaria Municipal de Agricultura	Sim	Sim	Sim	-	Sim	Sim
	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Sim	Sim	Sim	-	Sim	Sim
	Secretaria Municipal de Educação	-	-	-	-	-	Sim
	Secretaria de Desenvolvimento Econômico	-	-	-	-	Sim	
	Secretaria Municipal de Administração	-	-	Sim		Sim	Sim
	Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	-	-	-	Sim	-	Sim
	Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras	-	-	Sim	-	-	-
	Câmara Municipal de Vereadores	Sim	Sim	Sim	-	-	Sim
	Empresa Mato-Grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural- EMPAER	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
	Funai	-	-	-	Sim	Sim	-
	CONDEMA	-	-	Sim	-	-	-
	Instituto de Defesa Agropecuária do Estado de Mato Grosso – INDEA	Sim	-	Sim	-	-	-
	Autarquia SAMAE	Sim	-	-	-	-	-
ONGs	Instituto Pantanal Amazônia de Conservação - IPAC	Sim	-	-	-	-	-
	Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia -IPAM	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim

	Instituto PCI	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
	Proforest	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Sindicatos Associações Comitês	Sindicato Rural	Sim	-	Sim	Sim	Sim	Sim
	FAMATO	-	-	-	Sim	-	-
	Confederação Nacional de Agricultura e Pecuária	Sim	-	-	-	-	-
	Associação dos Engenheiros Agrônomos de Tangará da Serra - AEATGA	Sim	-	-	-	-	-
	Rotary Clube - Cidade Alta	Sim	-	-	-	-	-
	Rotary Clube - Diamantino	-	-	Sim	-	-	-
	Sindicato das Indústrias de Bioenergia do Estado de Mato Grosso	Sim	-	-	-	-	-
	Associação Brasileira de Produtores de Soja - APROSOJA	Sim	-	-	-	-	-
	Aldeia Brilhante – Associação Halitinã	Sim	-	-	-	-	-
	Associação Indígena Rio Formoso - AIRF	Sim	-	-	-	-	-
	Cooperativa Agropecuária Dos Povos Indígenas Haliti-Paresi, Nambikwara E Manoky - Coopihanama	-	-	-	Sim	-	-
	COOPIPARESI (COOPERATIVA INDÍGENA)	-	-	-	Sim	-	-
	ASSOCIAÇÃO INDÍGENA WAYMARÊ	-	-	-	Sim	-	-
	Aldeia J5				Sim	-	-
	ASSOCIAÇÃO DOS FEIRANTES DE CAMPO NOVO DO PARECIS	-	-	-	Sim	-	-
	Cooperativa Regional da Agricultura Familiar - COOPRAF	Sim	-	-	-	-	-
	Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Sepotuba	Sim	-	-	-	-	-

	Associação dos Produtores Rurais da APA Nascente do Rio Paraguai	-	Sim	Sim	-	-	-
	Coperrede - Cooperativa Regional De Prestação De Serviço e Economia Solidária	-	Sim	-	-	-	-
	Cooperativa COOPA Verde	-	Sim	-	-	-	-
	Sindicato dos Trabalhadores Rurais	-	Sim	Sim	Sim	-	-
	Assentamento Casulo	-	Sim	-	-	-	-
	Comitê de Bacia Hidrográfica do Alto Paraguai – CBH Alto Paraguai	-	Sim	Sim	-	-	-
	Sindicato da Agricultura Familiar - SINTRAF	-	-	Sim	-	-	-
	Associação da Agricultura Familiar CEIBA	-	-	Sim	-	-	-
Sistema S	SENAR	-	Sim	-	-	-	-

Monitoramento das metas

De forma distinta da Estratégia PCI Estadual, as metas dos Pactos PCI municipais que compõem o Pacto Regional Oeste de Mato Grosso foram construídas simultaneamente ao processo de sua formalização. Por meio de oficinas participativas e multissetoriais, representantes do poder público, setor privado, organizações da sociedade civil e demais atores locais discutiram, em âmbito voluntário, uma visão compartilhada de futuro para os municípios até 2030. Essa visão foi materializada em metas de impacto socioambiental positivo, alinhadas às prioridades e características de cada território.

Alinhadas aos eixos da Estratégia PCI Estadual — Produzir, Conservar e Incluir —, as metas municipais possuem caráter voluntário e buscam ser específicas, mensuráveis, alcançáveis, relevantes e temporalmente definidas. Sua implementação depende da mobilização e articulação de recursos humanos, técnicos, institucionais e financeiros, a serem captados conjuntamente pelas instituições parceiras envolvidas.

O processo de criação e atualização das metas municipais dos Pactos PCI de Tangará da Serra, Alto Paraguai, Diamantino, Campo Novo do Parecis, Sapezal e Campos de Júlio teve como ponto de partida o trabalho de monitoramento das metas da Estratégia PCI Estadual realizado pelo Instituto PCI. Esse esforço resultou na sistematização de indicadores municipais relacionados aos eixos Produzir, Conservar e Incluir, permitindo a construção de diagnósticos territoriais capazes de subsidiar o planejamento local. Os dados levantados durante esse processo serviram de referência para as Oficinas de Criação e Atualização de Metas Municipais realizadas entre 2024 e 2025 nos seis municípios do Oeste de Mato Grosso. Durante essas oficinas, os

participantes tiveram autonomia para adequar as metas à realidade local, definindo quais objetivos estaduais deveriam ser mantidos, adaptados ou excluídos, bem como estabelecendo novos compromissos considerados estratégicos para o desenvolvimento sustentável dos territórios. Desta forma, as metas municipais refletem tanto as prioridades da Estratégia PCI Estadual quanto às especificidades socioeconômicas, produtivas e ambientais de cada município.

Tangará da Serra

Tangará da Serra foi o primeiro município do Oeste a elaborar metas municipais, iniciando esse processo ainda em 2022, com atualização das metas criadas em 2024. No eixo Produzir, destacam-se metas relacionadas à recuperação de pastagens degradadas e à expansão da produção de grãos sobre áreas já antropizadas, priorizando a intensificação sustentável da produção. No eixo Conservar, dentre outras, o município estabeleceu metas abrangentes relacionadas à manutenção da cobertura vegetal nativa, eliminação do desmatamento sem autorização, recuperação de passivos ambientais, ampliação da adesão ao Cadastro Ambiental Rural (CAR), validação de cadastros e implementação de mecanismos de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA). Já no eixo Incluir, as prioridades concentram-se no fortalecimento da agricultura familiar e indígena, ampliação da participação no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), regularização fundiária e criação de instrumentos financeiros de apoio ao acesso ao crédito.

Diamantino

As metas do município de Diamantino refletem a importância da agropecuária na economia local. No eixo Produzir, foram priorizadas ações de recuperação de áreas de pastagem degradada, aumento da produtividade pecuária, expansão da agricultura sobre áreas já abertas e incentivo à adoção de tecnologias de tratamento de dejetos animais. No eixo Conservar, destacam-se metas voltadas à eliminação do desmatamento não autorizado, redução dos focos de calor, regularização ambiental de Áreas de Preservação Permanente (APPs) e Reservas Legais (RL), além da conservação de áreas passíveis de desmatamento legal. No eixo Incluir, o município definiu metas relacionadas ao fortalecimento da agricultura familiar, ampliação do acesso ao crédito rural, aumento da participação da agricultura familiar no PNAE e no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), bem como à regularização fundiária dos assentamentos rurais.

Alto Paraguai

Em Alto Paraguai, as metas do eixo Produzir priorizam a recuperação de pastagens degradadas, a intensificação sustentável da pecuária e a expansão da agricultura em áreas já convertidas, reduzindo a pressão sobre remanescentes naturais. No eixo Conservar, o município estabeleceu compromissos relacionados à eliminação do desmatamento não autorizado, regularização ambiental das propriedades rurais, recuperação de APPs e Reservas Legais e conservação de áreas passíveis de desmatamento não autorizado. O eixo Incluir concentra-se principalmente na ampliação do acesso ao crédito por agricultores familiares, elaboração do Plano Municipal da Agricultura Familiar e avanço na regularização fundiária dos assentamentos rurais existentes no município.

Campo Novo do Parecis

As metas de Campo Novo do Parecis refletem o protagonismo do município na produção agropecuária estadual e nacional, associado à presença significativa de povos indígenas e agricultura familiar. No eixo Produzir, destacam-se objetivos relacionados à intensificação sustentável da produção agropecuária, aumento da produção de biocombustíveis e de estabelecimentos com tratamento de dejetos animais (TDA). No eixo Conservar, as metas priorizam a redução da conversão e degradação, dos focos de calor, regularização ambiental dos imóveis rurais e conservação da vegetação nativa. Já no eixo Incluir, o município incorporou metas voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar e indígena, incluindo a elaboração do Plano Municipal da Agricultura Familiar e Indígena (PMAFI), instrumento considerado estratégico para o planejamento e implementação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural sustentável local.

Sapezal

Em Sapezal, as metas municipais buscam conciliar a elevada produtividade agropecuária do território com a conservação ambiental e a inclusão produtiva. No eixo Produzir, destacam-se metas relacionadas à intensificação sustentável da pecuária, aumento da produtividade com fortalecimento de práticas agrícolas sustentáveis. No eixo Conservar, o município prioriza ações voltadas à regularização ambiental, redução do desmatamento não autorizado, conservação de áreas nativas e redução de focos de calor. O eixo Incluir contempla metas associadas ao fortalecimento da agricultura familiar e à elaboração do Plano Municipal da Agricultura Familiar e Indígena, além da ampliação do acesso a políticas públicas e mercados institucionais.

Campos de Júlio

As metas definidas para Campos de Júlio refletem a busca por diversificação econômica e fortalecimento da inclusão socioprodutiva no município. No eixo Produzir, destacam-se ações voltadas à intensificação sustentável da produção agropecuária e o aumento da produção de biocombustíveis. No eixo Conservar, as metas priorizam a eliminação do desmatamento não autorizado, ampliação da regularização ambiental dos imóveis rurais e conservação de áreas passíveis de desmatamento autorizado. No eixo Incluir, o município estabeleceu metas inovadoras relacionadas à elaboração do Plano Municipal da Agricultura Familiar e Indígena, promoção da horticultura em ambientes protegidos, incentivo à piscicultura, desenvolvimento do turismo rural e regularização fundiária de propriedades da agricultura familiar. Essas metas evidenciam a estratégia municipal de diversificação das oportunidades econômicas e fortalecimento da agricultura familiar como vetor de desenvolvimento local.

Tabela 14. Monitoramento das metas do Pacto PCI-Oeste

METAS PACTO REGIONAL OESTE MT (2030)							
Eixo	Meta	Tangará da Serra	Diamantino	Alto Paraguai	Campo Novo dos Parecis	Sapezal	Campos de Julio
Produzir	Recuperação de pastagem degradada	Sim	Sim	Sim	Sim	X	X
	Aumento da produtividade da pecuária	X	Sim	Sim	Sim	X	X
	Aumento na Produtividade de Grãos	X	X	X	X	X	Sim
	Aumento na Produtividade de Soja, milho e Algodão	X	X	X	X	Sim	X
	Ampliar áreas de Florestas Plantadas	X	X	X	X	Sim	Sim
	Ampliação da produção de grãos em áreas de pastagem degradada	Sim	Sim	Sim	Sim	X	X
	Aumento da Produção de Biocombustível	X	X	X	Sim	X	Sim
	Aumentar as propriedades com Certificação RTRS	X	X	X	X	Sim	X
	Expansão da adoção da tecnologia de	X	Sim	X	Sim	X	X

	Tratamento de Dejetos Animais (TDA)						
Conservar	Manutenção de vegetação nativa	Sim	X	X	X	X	X
	Eliminar o desmatamento ilegal	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
	Reduzir focos de calor	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	X
	Conservar área passível de desmatamento legal	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
	Cadastrar imóveis rurais (CAR)	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
	Validar CAR	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
	Regularização de APPs degradadas	X	Sim	Sim	X	X	X
	Regularização de RL	X	Sim	Sim	X	X	X
	Regulamentação de Unidades de Conservação	Sim	X	X	X	X	X
	Recuperar 500 ha de áreas de passivos (microbacias Ararão e Queima-Pé, e APPs)	Sim	X	X	X	X	X
	Aumento do número de produtores inscritos no PSA municipal	Sim	X	X	X	X	X

Incluir	Elaboração/ Revisão do Plano Municipal da Agricultura Familiar e Indígena	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
	Ampliar participação dos produtos da agricultura familiar no PNAE	Sim	Sim	X	Sim	X	X
	Aumento do número de Produtores Rurais com CAF	X	X	X	Sim	Sim	X
	Ampliar o Número de estabelecimentos de Avicultura e Piscicultura	X	X	X	X	Sim	Sim
	Aumento de Assistência Técnica em Terras Indígenas	X	X	X	Sim	Sim	X
	Introdução de Horticultura	X	X	X	X	X	Sim
	Certificação de Produtores em selos de inspeção	X	X	X	X	Sim	X
	Ampliar participação dos produtos da agricultura familiar no Programa de Aquisição de	X	Sim	X	X	X	X

	Alimentos (PAA)						
	Aumentar o acesso a crédito às linhas do Pronaf	X	Sim	Sim	X	X	X
	Implantar Turismo em áreas Rurais	X	X	X	X	X	Sim
	Instituir o Fundo de AVAL municipal (acesso a crédito AF e Indígena)	Sim	X	X	X	X	X
	Regularizaçã o fundiária dos lotes da agricultura familiar	Sim	Sim	Sim	X	X	Sim

De maneira geral, observa-se que os seis municípios do Pacto PCI Oeste compartilham objetivos comuns relacionados à intensificação sustentável da produção agropecuária, conservação da vegetação nativa, regularização ambiental e fortalecimento da agricultura familiar. Entretanto, as diferenças observadas entre as metas municipais evidenciam a capacidade dos Pactos PCI de territorializar a Estratégia PCI estadual, adaptando-a às especificidades socioeconômicas, produtivas e ambientais de cada município.

Essa abordagem ganha ainda maior relevância no contexto da Iniciativa de Paisagem do Oeste do Mato Grosso, desenvolvida em uma das regiões produtivas mais estratégicas da América Latina para conciliar produção agropecuária, conservação ambiental e inclusão social. Abrangendo aproximadamente 5 milhões de hectares localizados na transição Cerrado-Amazônia e nas nascentes do Pantanal, os Pactos PCI municipais constituem a principal instância de governança territorial da iniciativa, viabilizando a coordenação de ações integradas relacionadas à produção livre de conversão e degradação, à agricultura regenerativa, à restauração ambiental e ao fortalecimento do desenvolvimento rural sustentável.

Nesse sentido, as metas municipais representam não apenas compromissos voluntários locais, mas também instrumentos estratégicos para orientar investimentos, monitorar resultados e promover a convergência de esforços entre governos, setor privado, produtores rurais, povos indígenas, agricultura familiar e sociedade civil, contribuindo para a visão de longo prazo da paisagem: produzir mais e melhor, conservar e restaurar ecossistemas naturais e ampliar a qualidade de vida das populações locais, em alinhamento aos objetivos da Estratégia PCI e aos compromissos globais de clima, biodiversidade e desenvolvimento sustentável.

Assim, seu monitoramento contínuo assume papel central para a consolidação da governança territorial do Oeste de Mato Grosso, permitindo avaliar avanços, identificar desafios, direcionar investimentos e assegurar transparência e prestação de contas aos diferentes parceiros e financiadores que apoiam a implementação da Iniciativa de Paisagem e da Estratégia PCI no território.

Para que esse sistema cumpra plenamente sua função estratégica, é necessário que os resultados gerados sejam apropriados pelos atores locais e incorporados aos processos de planejamento e tomada de decisão dos Pactos PCI. Nesse contexto, torna-se fundamental estabelecer processos periódicos de acompanhamento e revisão das metas municipais, assegurando que os compromissos assumidos permaneçam alinhados às dinâmicas territoriais e às prioridades locais. Considerando que a maior parte das metas municipais foi criada ou atualizada entre 2024 e 2025, recomenda-se que os Comitês Gestores dos Pactos PCI realizem periodicamente o balanço das metas municipais, com o objetivo de avaliar o progresso alcançado, identificar gargalos de implementação e, quando necessário, revisar indicadores e níveis de ambição. Esse processo é fundamental para garantir que as metas permaneçam aderentes à realidade dos territórios e continuem orientando a tomada de decisão, a priorização de investimentos e o planejamento das ações locais.

Como instrumento de suporte a esse processo de gestão adaptativa e de monitoramento contínuo, o Consórcio Oeste de Mato Grosso vem estruturando um Sistema de Monitoramento, Reporte e Verificação (MRV) alinhado aos principais referenciais internacionais para iniciativas de paisagem. Concebido como instrumento oficial de monitoramento da Iniciativa de Paisagem do Oeste de Mato Grosso, o sistema permitirá o acompanhamento integrado dos resultados alcançados nos seis municípios da região, atendendo simultaneamente às necessidades de reporte dos financiadores e às boas práticas internacionais de monitoramento em iniciativas jurisdicionais e de paisagem.

A consolidação da estrutura inicial do Sistema MRV representa um avanço significativo para a governança territorial do Oeste de Mato Grosso. Além de qualificar os processos de monitoramento e tomada de decisão nos Pactos PCI, para os próximos ciclos, estão previstos aprimoramentos relacionados à integração das metas municipais dos Pactos ao sistema, fortalecendo a transparência, a gestão adaptativa e a capacidade de demonstrar resultados concretos relacionados à produção sustentável, conservação ambiental e inclusão socioprodutiva na região.

Projetos e Investimentos

Alinhados à Estratégia PCI estadual e respeitando as especificidades socioeconômicas e ambientais de cada território, os Pactos PCI configuram-se como modelos de desenvolvimento territorial que promovem o engajamento dos municípios e a cooperação entre atores públicos, privados e da sociedade civil. Nesse contexto, os Pactos representam um esforço coletivo de planejamento para o uso sustentável do território, por meio do mapeamento de oportunidades, fortalecimento de políticas públicas e desenvolvimento de programas, projetos e ações voltados aos eixos Produzir, Conservar e Incluir.

No Oeste de Mato Grosso, esse processo tem sido impulsionado pelo Consórcio Oeste de Mato Grosso, formado pelo Instituto PCI, IPAM Amazônia, Proforest e Produzindo Certo, responsável pela implementação da Iniciativa de Paisagem do Oeste do Mato Grosso. Lançada oficialmente em 2023, a iniciativa busca consolidar um modelo escalável de colaboração multissetorial capaz de promover a produção livre de conversão e degradação, fortalecer a agricultura regenerativa, ampliar a conservação florestal e promover a inclusão socioprodutiva, contribuindo para a construção de uma paisagem resiliente e favorável às florestas, em alinhamento à Estratégia PCI estadual.

A partir dessa articulação multissetorial, o Instituto PCI desempenha papel estratégico na promoção de conexões entre atores, iniciativas e territórios, coordenando esforços e ampliando sinergias entre parceiros. Complementarmente, atua na captação de recursos nacionais e internacionais provenientes da cooperação internacional, do setor privado e de mecanismos de fomento, viabilizando a implementação de programas e projetos nos municípios do Oeste de Mato Grosso.

Com metas de impacto estabelecidas para 2030, nos últimos anos o Consórcio Oeste tem concentrado esforços na atração de investimentos e na implementação de ações estruturantes nos seis municípios prioritários da região: Tangará da Serra, Alto Paraguai, Diamantino, Campo Novo do Parecis, Sapezal e Campos de Júlio. Entre 2023 e 2026, foram mobilizados recursos junto a diferentes financiadores, incluindo empresas integrantes do Consumer Goods Forum — Nestlé, Jerónimo Martins e Sainsbury's —, o Land Innovation Fund (LIF), o Soft Commodities Forum (SCF) — representado por empresas como ADM, Bunge, Cargill, COFCO, LDC e Viterra —, além da AMAGGI e, mais recentemente, do McDonald's.

A tabela a seguir apresenta uma síntese dos principais financiadores, investimentos e iniciativas implementadas no âmbito do Pacto PCI Oeste de Mato Grosso entre os anos de 2023 e 2026.

Tabela 15. Investimentos e iniciativas realizadas no Pacto PCI-Oeste

FINANCIADOR	MUNICÍPIOS	DURAÇÃO	INÍCIO	INVESTIMENTO
	¨6 municípios do Oeste	1 ano	2023	R$ 633 mil
	¨6 municípios do Oeste	2 anos	2023	R$ 10 milhões
	¨6 municípios do Oeste	3 anos	2023	R$ 12,5 milhões
	¨6 municípios do Oeste	1 ano	2024	R$ 628 mil
	¨6 municípios do Oeste	1 ano	2025	R$300 mil
	¨6 municípios do Oeste	1 ano	2025	R$ 3.6 milhões
	7 municípios *	1 ano	2026	R$ 2,5 milhões

*6 municípios do Oeste + Querência

Os investimentos captados têm contribuído para avanços concretos em diferentes frentes de atuação. No eixo Governança, destacam-se a contratação de Secretarias Executivas para o Pacto PCI Regional, a formalização de seis Pactos municipais por meio da assinatura de Memorandos de Entendimento, a constituição dos Comitês Gestores, a elaboração e atualização das metas municipais, a realização de reuniões de governança, o desenvolvimento do Sistema de Monitoramento, Reporte e Verificação (MRV), a elaboração de planos de salvaguardas socioambientais, estratégias de financiamento climático, mecanismos de queixas e a estruturação da estratégia de comunicação e do portal da Iniciativa de Paisagem.

No eixo Produzir, os investimentos possibilitaram a implementação de ações voltadas ao monitoramento ambiental de propriedades rurais, certificação de propriedades segundo padrões internacionais (RTRS), assistência técnica em agricultura regenerativa, rastreabilidade e bem-estar animal, além da criação de um Grupo de Trabalho em Agricultura Regenerativa para articulação de parceiros e disseminação de boas práticas produtivas.

No eixo Conservar, destacam-se o mapeamento de ativos florestais e ambientais, a implementação do Programa CONSERV — voltado ao pagamento por excedentes de Reserva Legal —, a elaboração de planos de restauração para os municípios de Tangará da Serra, Diamantino e Alto Paraguai, a celebração de Acordo de Cooperação Técnica com a SEMA-MT para avanços na regularização ambiental, o apoio à elaboração de Cadastros Ambientais Rurais (CAR) e o fortalecimento da infraestrutura para restauração por meio do apoio à estruturação de viveiros municipais em Tangará da Serra, Sapezal e Alto Paraguai.

Por sua vez, no eixo Incluir, foram desenvolvidas ações voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar e indígena, incluindo a elaboração dos Planos Municipais de Agricultura Familiar e Indígena (PMAFI) em Alto Paraguai, Tangará da Serra e Campo Novo do Parecis;

consultorias para fortalecimento institucional de associações e cooperativas; apoio ao restauro produtivo junto à agricultura familiar; e realização de intercâmbios e dias de campo.

Os resultados alcançados até o momento demonstram o potencial do Oeste de Mato Grosso como uma experiência de referência para a territorialização da Estratégia PCI, oferecendo importantes aprendizados sobre governança multissetorial, coordenação de investimentos e implementação de iniciativas de paisagem em larga escala. Esses avanços reforçam o potencial de replicação do modelo em outras regiões do estado, contribuindo para o processo de expansão da Estratégia PCI em Mato Grosso.

Acesso a mercados

Soja: Em 2022, a produção de soja dos municípios de Tangará da Serra (397.729), Campo Novo do Parecis (1.392.147), Sapezal (1.271.840) e Diamantino (1.285.170) totalizou mais de 4.346.886 toneladas. Dentre as principais empresas exportadoras, AMAGGI ocupa a primeira posição, com 1.625.818t (37,4%) do total exportado. ADM está em segunda posição, com 376.136 toneladas (8.7%), seguido pela Bunge com 280.216 toneladas (6.4%), Cargill com 185.091 toneladas (4.3%), Gavilon com 96.272 toneladas (2.2%), Louis Dreyfus com 95.155 toneladas (2.2%). Os exportadores desconhecidos movimentaram 905.889 toneladas (20.8%). Sendo 342.963 toneladas (7,9%) processadas no país. Dentre as empresas importadoras, destaca-se a Bunge (3.4%), sendo 7.4% importado por outros grupos e 77.5% do total importado por grupos desconhecidos. Sendo os principais países de destino: China (52.9%), seguida pela Espanha (5.3%) Países Baixos (4.6%)[51].

A forte inserção da região Oeste nas cadeias globais da soja evidencia sua relevância estratégica para a agenda internacional de sustentabilidade. A elevada participação de grandes tradings internacionais, aliada à predominância do mercado chinês como principal destino das exportações, reforça a importância de iniciativas voltadas à rastreabilidade, produção livre de conversão e degradação e conformidade socioambiental. Ao mesmo tempo, o expressivo volume comercializado por canais não identificados ou classificados como "desconhecidos" evidencia oportunidades para o aprimoramento dos mecanismos de rastreabilidade e transparência das cadeias produtivas na região.

Algodão: Em 2020, a produção de algodão nos municípios de Tangará da Serra (4.175t), Campo Novo do Parecis (47.959t), Campos de Júlio (51.199t), Sapezal (120.641t) e Diamantino (43.436t) totalizou mais de 267.410 toneladas. Dentre as principais empresas exportadoras, a Amaggi ocupa a primeira posição com 96.372 toneladas (36%) do total exportado. Cargill está em segunda posição com 41.086 toneladas (15.4%), seguido pela SLC Agrícola com 40.942 toneladas (15.3%), Elizeu Zulmar Maggi Scheffer com 19.258 toneladas (7.2%), Claides Lazaretti Masutti com 18.589 toneladas (7%) e Terra Santa Agro com 14.496 toneladas (5.4%). Dentre as empresas importadoras destacam-se: Cargill (23.3%), Paul Reinhart AG (11.5%), Agrograin LTD Sucursal Uruguay (9.7%), Agrograin LTD (6.2%), Glencore Agriculture (4.5%), COFCO (4%), OLAM (4%). Sendo os principais países de destino: Indonésia (23.2%), Vietnã (14.5%), Turquia (13.9%) , Bangladesh (12.2%), China (9%), Paquistão (7.9%)[52].

[51] Trase, 20220. Disponível em : Brazil soy - Supply chain Trase

[52] Trase, 2020. Disponível em : Brazil cotton - Supply chain - Trase

O perfil das exportações de algodão demonstra elevado grau de integração da região aos mercados internacionais, especialmente aos mercados asiáticos. Esse cenário reforça o potencial para ampliação de iniciativas relacionadas à certificação socioambiental, agricultura regenerativa e mecanismos de diferenciação de mercado, considerando a crescente demanda internacional por fibras produzidas sob critérios de sustentabilidade e rastreabilidade.

Milho: Em 2020, a produção de milho nos municípios de Tangará da Serra (412.752t), Campo Novo do Parecis (1.472.104t), Campos de Júlio (897.422t), Sapezal (1.160.329t) e Diamantino (1.041.900t) totalizou mais de 4.984.507 toneladas. Dentre as principais empresas exportadoras, Amaggi ocupa a primeira posição, com 1.375.498 toneladas (27.5%) do total exportado. Cargill está em segunda posição com 776.648 toneladas (15.5%), seguido pela Bunge com 452.941 toneladas (9.1%), ADM com 210.403 toneladas (4.2%), e Glencore 121.438 toneladas (2.4%). Dentre as empresas importadoras destacam-se: Amaggi (27.5%), Cargill (15.5%), Bunge (9.1%), Glencore (2.4%), Agrograin LTD Sucursal Uruguay (2.3%). Sendo os principais países de destino: Brasil (40.6%), Egito (10.8%), Irã (5.6%), Holanda (5.1%)[53].

A diversificação dos destinos comerciais do milho contribui para reduzir riscos associados à dependência de mercados específicos e amplia a resiliência econômica da cadeia produtiva regional. Por outro lado, a crescente exigência de compradores internacionais por critérios ambientais e climáticos tende a aumentar a importância de sistemas de monitoramento, rastreabilidade e comprovação de conformidade socioambiental ao longo dos próximos anos.

Bovinocultura de corte: Em 2023, a produção de carne dos municípios de Tangará da Serra (20.5t), Campo Novo do Parecis (8.3t), Campos de Júlio (1.00t), Sapezal (3.9t), Diamantino (1.9t) e Alto Paraguai (955t) totalizou mais de 36 mil toneladas. Dentre as empresas exportadoras, Marfrig ocupa a primeira posição, com 23.33 toneladas, ou 63,4% do total exportado. Naturafrig com 5.713 toneladas (15.5%) está em segunda posição, seguido pela JBS com 4.899 toneladas (13.3%)e Minerva com 508 toneladas (1.4%). Os demais frigoríficos representam 1.108 toneladas, 3% do total exportado. Dentre as empresas importadoras destacam-se: Triburg Freight Service LLC (5,8%), Guizhou Kunhong Foods (4,8%) e Tianjin Navigator International Trading (4,2%)[54]. Sendo os principais países de destino: China (60.4%), seguida de Emirados Árabes (9,7%), Egito (4.9%) e Itália (4,2%) .

A forte concentração das exportações em grandes frigoríficos evidencia elevado nível de integração da bovinocultura regional às cadeias globais de abastecimento. Considerando a crescente pressão dos mercados consumidores por cadeias livres de conversão e degradação e com maior transparência socioambiental, iniciativas relacionadas à rastreabilidade individual, regularização ambiental e intensificação sustentável da pecuária assumem papel estratégico para manutenção e ampliação do acesso aos mercados internacionais.

Para além da produção de commodities, destacam-se as cadeias produtivas da agricultura familiar e indígena, responsáveis pela produção de alimentos destinados majoritariamente ao abastecimento dos mercados locais e institucionais. Entre os principais produtos destacam-se café, cana-de-açúcar, mandioca, feijão, milho, frutas, hortaliças, mel, pescado, aves e suínos.

[53] Trase, 2020. Disponível em : Brazil corn - Supply chain - Trase
[54] Trase, 2023. Disponível em : Brazil beef - Supply chain - Trase

Apesar de sua relevância econômica e social, essas cadeias ainda enfrentam desafios estruturais relacionados ao acesso à infraestrutura, logística, assistência técnica, crédito, regularização sanitária, agregação de valor e inserção em mercados diferenciados. Nesse contexto, torna-se fundamental ampliar os diagnósticos territoriais e fortalecer políticas públicas e investimentos voltados ao desenvolvimento das cadeias da agricultura familiar e indígena, favorecendo sua inserção em mercados institucionais, circuitos curtos de comercialização e nichos de mercado associados à sociobiodiversidade e à produção sustentável.

Buscando enfrentar esses desafios, o Instituto PCI, em parceria com o Consórcio Oeste de Mato Grosso, vem apoiando o fortalecimento institucional e produtivo da agricultura familiar na região. Entre os principais avanços destacam-se a elaboração dos Planos Municipais de Agricultura Familiar e Indígena (PMAFI) nos municípios de Tangará da Serra, Alto Paraguai e Campo Novo do Parecis, além do apoio aos processos de construção dos planos nos municípios de Diamantino, Sapezal e Campos de Júlio. Os PMAFIs constituem importantes instrumentos de planejamento territorial, contribuindo para identificar demandas prioritárias, orientar políticas públicas e estruturar estratégias de desenvolvimento rural sustentável alinhadas às especificidades locais.

Complementarmente, foram implementadas ações de fortalecimento institucional junto a associações e cooperativas da agricultura familiar nos municípios de Tangará da Serra, Diamantino e Alto Paraguai. Essas ações incluem assessoria organizacional, capacitação em gestão, apoio à estruturação de negócios coletivos e fortalecimento do acesso a mercados, contribuindo para ampliar a capacidade de organização social, geração de renda e inserção produtiva das organizações locais.

O conjunto dessas iniciativas evidencia o papel estratégico do Instituto PCI na articulação de políticas, parceiros e investimentos voltados ao fortalecimento da agricultura familiar e indígena no Oeste de Mato Grosso. Ao integrar planejamento territorial, fortalecimento organizacional e acesso a mercados, essas ações contribuem para a inclusão socioprodutiva, a geração de renda e a construção de sistemas produtivos mais resilientes e sustentáveis na região.

Outra atividade econômica de grande relevância para a região é o turismo, especialmente o etnoturismo e o turismo de natureza desenvolvidos nos territórios dos povos Haliti-Paresi e Nambikwara, localizados nos municípios de Sapezal, Tangará da Serra e Campo Novo do Parecis. Além das atividades produtivas tradicionais, esses povos desenvolvem iniciativas relacionadas à valorização cultural, produção artesanal, extrativismo sustentável e gestão territorial.

O elevado grau de conservação dos ecossistemas naturais, associado à presença de rios, cachoeiras e paisagens de elevada beleza cênica, cria condições favoráveis para o desenvolvimento do turismo sustentável em diversas aldeias indígenas da região. Nesse contexto, iniciativas em Etnoturismo destacam-se por promover o protagonismo indígena na gestão da atividade turística, contribuindo simultaneamente para a geração de renda, valorização do patrimônio cultural material e imaterial, conservação ambiental e permanência da juventude indígena nos territórios.

De forma geral, o Oeste de Mato Grosso apresenta elevada diversidade econômica e forte inserção em mercados nacionais e internacionais, especialmente nas cadeias da soja, milho, algodão e carne bovina. Ao mesmo tempo, a região abriga importantes oportunidades relacionadas à agricultura familiar, à sociobiodiversidade e ao turismo sustentável. Nesse

contexto, o fortalecimento de mecanismos de rastreabilidade, certificação, agregação de valor e acesso a mercados diferenciados representa uma oportunidade estratégica para ampliar a competitividade territorial, promover inclusão socioprodutiva e consolidar a região como referência em produção sustentável alinhada aos princípios da Estratégia PCI.

Desafios e oportunidades

O Pacto PCI Oeste-MT representa uma das iniciativas mais abrangentes de territorialização da Estratégia PCI no estado de Mato Grosso. Estruturado a partir da implementação simultânea de seis Pactos PCI municipais (Tangará da Serra, Alto Paraguai, Diamantino, Campo Novo do Parecis, Sapezal e Campos de Júlio), o arranjo regional abrange aproximadamente cinco milhões de hectares localizados na transição entre os biomas Cerrado e Amazônia e nas nascentes do Pantanal. Trata-se de uma das mais importantes paisagens produtivas do estado, caracterizada pela elevada produção de commodities agrícolas, presença expressiva de agricultura familiar, assentamentos rurais e povos indígenas, além de extensas áreas de vegetação nativa conservada em Terras Indígenas, Unidades de Conservação e propriedades privadas.

Nesse contexto, a região apresenta elevado potencial para o desenvolvimento de iniciativas relacionadas à produção sustentável, agricultura regenerativa, rastreabilidade, restauração florestal, implementação do Código Florestal, mecanismos de financiamento climático e valorização da sociobiodiversidade. A existência de aproximadamente três milhões de hectares de vegetação nativa, incluindo áreas passíveis de conservação além das exigências legais, aliada à elevada relevância econômica das cadeias da soja e da pecuária, posiciona o Oeste de Mato Grosso como uma paisagem estratégica para iniciativas voltadas à produção livre de conversão e degradação, conciliando competitividade econômica, conservação ambiental e inclusão social.

Entre os principais avanços observados destacam-se a formalização dos seis Pactos PCI municipais, a constituição e funcionamento dos Comitês Gestores, a criação e atualização das metas municipais, a implantação de Secretarias Executivas dedicadas, o desenvolvimento do Sistema de Monitoramento, Reporte e Verificação (MRV), a elaboração de instrumentos de salvaguardas socioambientais e a captação de recursos junto a financiadores nacionais e internacionais para implementação de ações nos eixos Produzir, Conservar e Incluir. Esses resultados demonstram a capacidade do Consórcio Oeste de Mato Grosso de mobilizar parceiros, coordenar esforços multissetoriais e estruturar uma iniciativa de paisagem alinhada às melhores práticas internacionais de governança territorial.

Contudo, a implementação de uma abordagem territorial baseada no conceito de paisagem e na governança multissetorial apresenta desafios relevantes. Embora os municípios compartilhem características produtivas e ambientais semelhantes, cada território possui

especificidades sociais, econômicas, fundiárias e institucionais próprias, exigindo diferentes estratégias de engajamento, implementação e acompanhamento. Além disso, a gestão simultânea de seis Pactos PCI também impõe desafios operacionais relacionados à mobilização contínua dos atores, consolidação da governança local, monitoramento das metas e coordenação das ações nos diferentes territórios.

Observa-se, ainda, que o engajamento institucional ocorre de forma heterogênea entre os municípios. Em Tangará da Serra, Diamantino, Alto Paraguai e Campo Novo do Parecis, verifica-se maior equilíbrio na participação dos diferentes setores nos eixos Produzir, Conservar e Incluir. Por outro lado, em municípios como Sapezal, e Campos de Júlio, o processo de governança ainda apresenta maior concentração de atores vinculados ao setor produtivo e ao poder público local, evidenciando a necessidade de ampliar a participação de organizações da sociedade civil, instituições ambientais, representantes da agricultura familiar, povos indígenas e comunidades tradicionais. Nesse sentido, o recente processo de fortalecimento dos Comitês Gestores, com ampliação da representatividade institucional e inclusão de novos membros nos eixos temáticos, constitui importante estratégia para aumentar a legitimidade e a resiliência das estruturas de governança.

Outro desafio identificado refere-se à manutenção de equipes técnicas e capacidade operacional compatíveis com a escala territorial da iniciativa. A contratação, em 2026, de duas Secretarias Executivas regionais — uma responsável por Tangará da Serra, Diamantino e Alto Paraguai, e outra por Campo Novo do Parecis, Sapezal e Campos de Júlio — representou um avanço significativo para ampliar a presença institucional nos territórios, reduzir desafios logísticos e garantir maior proximidade com os atores locais. Ainda assim, o fortalecimento da capacidade operacional do Instituto PCI e de seus parceiros permanece estratégico para assegurar a continuidade das ações, ampliar a escala dos resultados e garantir a sustentabilidade de longo prazo da iniciativa.

A experiência do Oeste de Mato Grosso também oferece importantes aprendizados para o processo de expansão da Estratégia PCI no estado. Os Pactos PCI municipais demonstraram elevada capacidade de promover legitimidade territorial, fortalecer a governança local e estruturar agendas de desenvolvimento sustentável. Entretanto, o modelo atual, baseado em governança municipal aprofundada, demanda elevado investimento institucional, técnico e financeiro, o que pode limitar sua replicação em larga escala.

Nesse contexto, recomenda-se que futuras estratégias de expansão da Estratégia PCI adotem um modelo de governança escalável e modular, capaz de combinar profundidade institucional em territórios estratégicos e mecanismos mais leves e replicáveis nos demais municípios do estado.Uma possível abordagem consiste na adoção de diferentes níveis de maturidade e governança:

- Pactos Estruturantes: municípios estratégicos para o alcance das metas da Estratégia PCI, mantendo estruturas completas de governança, incluindo legislação específica, Comitês Gestores e metas próprias;

- Pactos Regionais: arranjos territoriais baseados em identidades produtivas, biomas, fluxos econômicos, riscos climáticos ou consórcios intermunicipais existentes, com governança compartilhada por meio de Comitês Regionais, câmaras temáticas e secretarias executivas regionais;

- Municípios Associados: municípios com modelo simplificado de adesão, participação em indicadores e integração às agendas regionais, sem necessidade de estrutura completa de governança.

Sob essa perspectiva, o Pacto PCI Oeste-MT apresenta características particularmente relevantes para subsidiar a construção desse modelo de expansão. A experiência regional demonstra que estruturas de governança compartilhadas, apoiadas por secretarias executivas territoriais, mecanismos integrados de monitoramento e forte articulação entre atores públicos e privados, podem ampliar a escala de implementação da Estratégia PCI, otimizar recursos e fortalecer a coordenação de ações em múltiplos municípios. Assim, o Oeste de Mato Grosso consolida-se como uma importante prova de conceito para a expansão da Estratégia PCI no estado. A consolidação desse modelo poderá posicionar Mato Grosso, até 2030, como referência global em produção de commodities de baixo risco socioambiental, conciliando competitividade, conservação ambiental e inclusão social.

3.5 Pacto PCI Querência

Nome do Pacto Regional:	Pacto PCI-Querência	Município(s):	Querência
Data de criação:	Julho, 2025	Legislação específica:	Não
Grupo de Governança:	Sim	Metas PCI locais:	Sim
MoU com Prefeitura:	Sim	Monitoramento:	2025 a 2030
Secretário Executivo PCI: Angélica Cristina Cozer Leal (2025 a 2026)			

Contexto socioeconômico e ambiental

Querência é um município localizado na região Nordeste do estado, na microrregião do Médio Araguaia, inserido em uma importante área de transição entre os biomas Cerrado e Amazônia. Com extensão territorial de aproximadamente 17.850 km², equivalente a cerca de 1,78 milhão de hectares, ocupa a 9ª posição entre os maiores municípios do estado de Mato Grosso[55]. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o município possui população estimada de 31.100 habitantes (2025) e baixa densidade demográfica (1,5 hab/km²)[56]. Dentre os 142 municípios mato-grossenses, Querência ocupa a 14ª posição em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) estadual em 2023, estimado em aproximadamente R$ 3,77 bilhões, representando 1,38% da economia de Mato Grosso[57]. Esse desempenho evidencia a relevância econômica do município, especialmente impulsionada pelo agronegócio e pela produção agrícola.

A economia do município de Querência é fortemente impulsionada pelo agronegócio, destacando-se entre os principais polos de produção agrícola de Mato Grosso. A base da economia local está na agricultura mecanizada, com predominância da soja como principal cultura do município, seguida pela produção de milho de segunda safra e algodão. Também se destacam as culturas de arroz e feijão, contribuindo para a diversificação agrícola e fortalecimento da economia regional. O desempenho do setor agropecuário tem consolidado Querência como referência nacional em produtividade, geração de renda e expansão econômica, refletindo diretamente nos elevados índices de produção e participação no Produto Interno Bruto estadual[58].

[55] IBGE Cidades: Querência/MT; Lista de municípios de Mato Grosso por área territorial. Disponível em: IBGE Cidades. Acesso em: 28 maio 2026.

[56] Panorama do município de Querência – MT. Disponível em: IBGE Panorama Querência. Acesso em: 28 maio 2026.

[57] MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG). Produto Interno Bruto dos Municípios de Mato Grosso – 2023. Disponível em: SEPLAG MT. Acesso em: 28 maio 2026.

[58] IBGE. Produção Agrícola Municipal (PAM), 2023. Disponível em: IBGE PAM. Acesso em: 28 maio 2026.

De acordo com dados do Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária (IMEA), repassados ao Sindicato Rural de Querência, a safra 2024/2025 apresenta os seguintes indicadores: a cultura da soja ocupa uma área de 432.093 hectares, com produtividade média de 65,6 sacas por hectare, resultando em produção aproximada de 1,7 milhão de toneladas. Já o milho de segunda safra ocupa 295.711 hectares, com produção estimada em 2,2 milhões de toneladas, evidenciando elevada relevância na matriz produtiva local. O algodão (1ª e 2ª safra) totaliza 18.175 hectares plantados, com produção estimada em 81,4 mil toneladas. Outras culturas também apresentam relevância, como o feijão (1ª e 2ª safra), com cerca de 5.000 hectares plantados e produção de 11,6 mil toneladas, e o arroz, com aproximadamente 4.000 hectares cultivados, alcançando produção estimada em 8,8 mil toneladas.

Paralelamente à agricultura mecanizada, a pecuária de corte mantém relevância econômica no território, com extensas áreas de pastagem e utilização de tecnologias modernas de suplementação e manejo, resultando em rebanho bovino estimado em 103.862 cabeças/ano. A agricultura familiar também possui papel importante na dinâmica socioeconômica local com a pecuária leiteira apresenta relevância local, embora em menor escala, com produção aproximada de 125 mil litros de leite por ano. Na produção de origem animal, o município registra ainda a produção de 3.824 suínos e 24.513 aves, além da importante participação da agricultura familiar, especialmente em sistemas produtivos de menor escala e base diversificada. Essas atividades, frequentemente desenvolvidas em assentamentos rurais, desempenham papel estratégico na geração de renda complementar, segurança alimentar e abastecimento dos mercados locais. No entanto, ainda enfrentam limitações relacionadas à infraestrutura, assistência técnica e acesso a canais formais de comercialização, reforçando a necessidade de ações voltadas à organização produtiva, agregação de valor e fortalecimento dessas cadeias no território.

A intensidade produtiva observada no município ocorre em um território marcado pela presença de importantes recursos hídricos, que desempenham papel estratégico tanto para a manutenção de ecossistemas quanto para a sustentabilidade das atividades agropecuárias. Em 2023, o município de Querência apresentou aproximadamente 6,4 mil hectares de superfície coberta por água, incluindo rios, lagos, reservatórios e demais corpos hídricos mapeados pelo MapBiomas Água. A série histórica indica variações na superfície hídrica ao longo das últimas décadas, influenciadas por fatores climáticos, hidrológicos e pelo uso da terra na região de transição entre Cerrado e Amazônia. A maior parte da superfície hídrica do município está associada a corpos d'água naturais, embora também sejam identificados reservatórios artificiais vinculados ao abastecimento, atividades agropecuárias e geração de energia[59].

Ainda do ponto de vista ambiental, Querência possui elevada relevância, com extensas áreas de vegetação nativa preservadas. Dados recentes indicam que aproximadamente 66,7% do território (cerca de 1,18 milhão de hectares) mantém cobertura florestal, enquanto cerca de 28,7% (aproximadamente 511 mil hectares) estão ocupados por atividades agropecuárias[60]. O município abriga parte do Parque Indígena do Xingu, que ocupa aproximadamente 579 mil

[59] MAPBIOMAS. MapBiomas Água: dinâmica da superfície de água no Brasil (1985–2023). Disponível em: MapBiomas Água. Acesso em: 28 maio 2026.

[60] MAPBIOMAS. Projeto MapBiomas – Coleção 8 da Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso da Terra do Brasil. Disponível em: MapBiomas. Acesso em: 28 maio 2026

hectares dentro do território municipal, além da Terra Indígena Wawi, com cerca de 150 mil hectares[61].

Nessas áreas estão presentes mais de 30 aldeias indígenas, pertencentes a povos como Kalapalo, Kaiabi (Kawaiweté), Kuikuro, Nafukuá, Matipu, Mehinako e Kisêdjê, que desempenham papel fundamental na conservação ambiental e na manutenção da sociobiodiversidade regional. A localização estratégica do município em área de transição entre os biomas Cerrado e Amazônia, associada à presença de territórios indígenas e à expansão agropecuária, confere a Querência papel central na implementação de estratégias voltadas à integração entre produção, conservação ambiental e inclusão socioeconômica[62].

O município de Querência apresenta relevância estratégica no contexto ambiental da Amazônia Legal e da transição Cerrado-Amazônia. Dados do Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (PRODES/INPE) indicam que o município figura historicamente entre as áreas prioritárias para monitoramento do desmatamento no estado de Mato Grosso. Apesar das oscilações anuais, observa-se tendência de redução e maior controle sobre a supressão de vegetação nativa nos últimos anos, resultado associado ao fortalecimento de mecanismos de monitoramento ambiental, regularização territorial e iniciativas de governança local. Em relação ao uso do fogo, dados do MapBiomas Fogo demonstram que a maior parte das ocorrências registradas no município está associada a áreas antropizadas e ocupadas por atividades agropecuárias, refletindo a predominância das atividades produtivas na dinâmica territorial e evidenciando a importância de estratégias integradas de prevenção e manejo do fogo[63]. Esse cenário reforça a necessidade de estratégias integradas de governança territorial capazes de conciliar produção agropecuária, conservação ambiental e prevenção de incêndios florestais.

Em síntese, Querência reúne características que o tornam um território estratégico para a implementação da Estratégia PCI. A combinação entre elevada produção agropecuária, extensos remanescentes de vegetação nativa, presença significativa de povos indígenas e desafios relacionados ao uso da terra cria condições favoráveis para o desenvolvimento de iniciativas que integrem produção sustentável, conservação ambiental e inclusão socioeconômica em escala territorial.

Histórico da criação do Pacto PCI

A implementação do Pacto (PCI) de Querência foi formalizada em 17 de julho de 2025, por meio da assinatura de um Memorando de Entendimento entre a prefeitura municipal e o Instituto PCI. A formalização representou um marco institucional para a territorialização da Estratégia PCI no município, estabelecendo as bases para a construção de uma governança multissetorial voltada à integração entre produção sustentável, conservação ambiental e inclusão socioeconômica."

[61] INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). Terras Indígenas no Brasil. Disponível em: Terras Indígenas ISA. Acesso em: 28 maio 2026

[62] QUERÊNCIA. Prefeitura Municipal de Querência. One of the most fascinating cultures on the planet. Disponível em: Prefeitura de Querência. Acesso em: 28 maio 2026.

[63] MAPBIOMAS. Plataforma MapBiomas Brasil. Disponível em: MapBiomas Brasil. Acesso em: 28 maio 2026.

Na sequência, a estruturação da Secretaria Executiva do Pacto foi viabilizada com recursos do projeto desenvolvido pelo Earth Innovation em parceria com o Instituto PCI, com financiamento da Fundação Walmart, intitulado voltado ao fortalecimento de soluções climáticas jurisdicionais na Amazônia e no Cerrado. Entre seus objetivos estão a promoção de estratégias jurisdicionais inclusivas voltadas ao uso sustentável da terra, à conservação florestal e à agricultura de baixo carbono, além de apoiar a construção de um Plano Estratégico de Gestão Integrada do Fogo no município.

A partir dessa estruturação inicial, foi conduzido um processo de mobilização territorial e articulação intersetorial envolvendo secretarias municipais, Câmara de Vereadores, sindicatos, EMPAER, conselhos, cooperativas, setor produtivo, lideranças indígenas e representantes da agricultura familiar. Com o objetivo de objetivo construir uma agenda comum para o desenvolvimento sustentável do município e fortalecer o alinhamento entre as prioridades locais e as diretrizes da Estratégia PCI Como resultado, foi realizado, em setembro de 2025, o Workshop de Criação das Metas Municipais e do Comitê Gestor do Pacto PCI de Querência, ocasião em que foram definidas, de forma participativa, metas municipais alinhadas à Estratégia PCI mas também à realidade local, e formalizada a estrutura de governança do Pacto.

O Comitê Gestor foi estruturado como principal instância de governança do Pacto, reunindo representantes do poder público, setor privado e sociedade civil, organizados em torno dos eixos Produzir, Conservar e Incluir. Como instância deliberativa, entre suas atribuições estão o planejamento, monitoramento e avaliação das ações do Pacto, além de promover a articulação com instâncias de governança em nível estadual .

As reuniões realizadas entre o final 2025 e início de 2026 contribuíram para consolidar o funcionamento da governança local, validar as metas pactuadas e promover a integração do Pacto com agendas estratégicas para o município, como o Plano Integrado de Gestão do Fogo e iniciativas de parceiros institucionais.

Nesse contexto, o Pacto PCI-Querência vem se consolidando como um importante instrumento de governança territorial, criando condições para ampliar a integração entre produção sustentável, conservação ambiental e inclusão socioeconômica em uma paisagem caracterizada pela coexistência entre agricultura de larga escala, agricultura familiar e territórios indígenas. Destaca-se, nesse processo, a elaboração do Plano Estratégico de Gestão Integrada do Fogo, atualmente em fase inicial de implementação, com apoio técnico da Earth Innovation e da Aliança da Terra.Paralelamente, o processo de implementação do Pacto PCI tem contribuído para o fortalecimento de iniciativas de paisagem no município, promovendo a articulação entre produtores rurais, comunidades indígenas, agricultura familiar, órgãos ambientais e setor privado. Essa articulação cria oportunidades para o desenvolvimento de ações integradas voltadas à conservação de ecossistemas estratégicos, restauração ambiental, uso sustentável da terra e à redução de riscos climáticos, especialmente em áreas de transição entre Cerrado e Amazônia e no entorno do Parque Indígena do Xingu.

Por se tratar de um Pacto recentemente formalizado, os principais avanços observados até o momento concentram-se na construção da governança, na mobilização de atores locais e na definição de agendas prioritárias para o território. Os próximos anos serão fundamentais para consolidar a implementação das metas pactuadas, ampliar a articulação entre parceiros e transformar os instrumentos de governança criados em resultados concretos para o município.

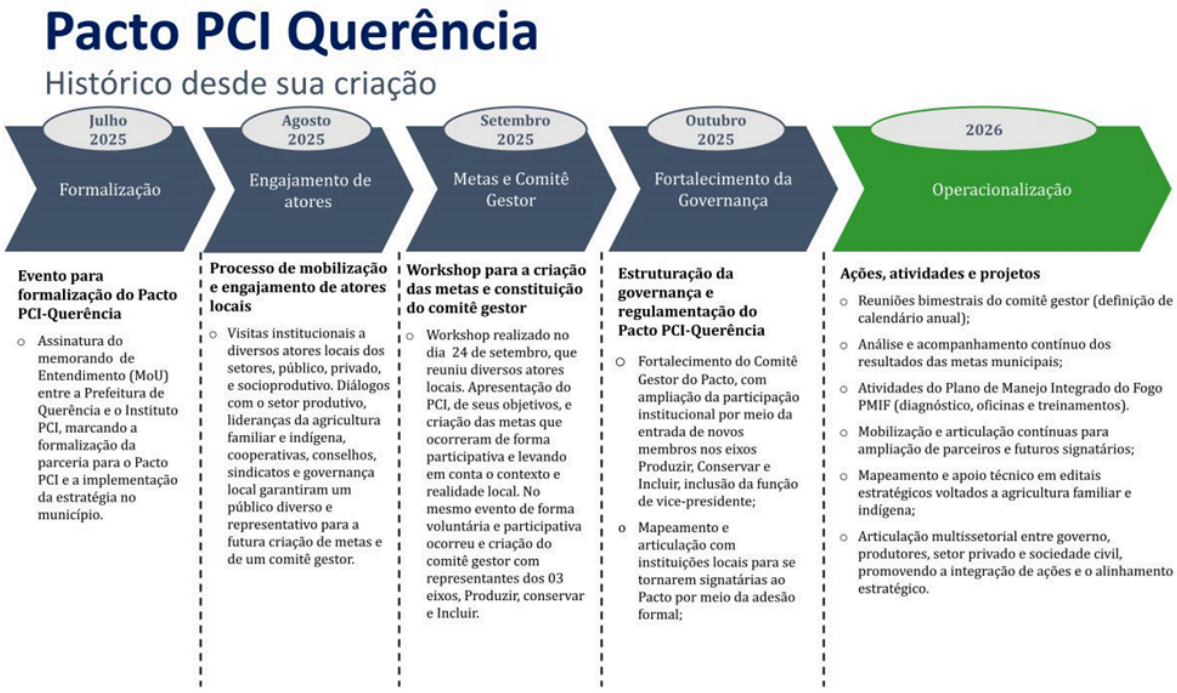


Figura 22. Histórico desde a criação Pacto PCI-Querência

Governança

A formalização do Pacto PCI de Querência–MT, em julho de 2025, representou o marco inicial para a estruturação de governança territorial voltada à implementação da Estratégia Produzir, Conservar e Incluir no município. Por se tratar de um Pacto recentemente criado, Querência encontra-se em fase inicial de consolidação de sua estrutura de governança, tendo priorizado, em um primeiro momento, a constituição do Comitê Gestor como principal instância deliberativa e de coordenação territorial.

O Comitê Gestor constitui a principal instância de governança do Pacto PCI-Querência, reunindo representantes do poder público, setor privado e sociedade civil, organizados nos eixos Produzir, Conservar e Incluir. Essa estrutura é responsável por orientar, articular e acompanhar a implementação das ações, além de promover o alinhamento entre as iniciativas locais e as diretrizes estaduais da estratégia PCI.

Paralelamente, a Secretaria Executiva do Pacto desempenha papel central na articulação institucional, mobilização de atores, apoio à execução das ações e fortalecimento da governança local. Sua atuação contínua no território tem permitido ampliar a rede de parceiros, identificar oportunidades de projetos e fortalecer a integração entre os diferentes setores.

Embora ainda em fase de consolidação, a governança do Pacto PCI em Querência apresenta elementos estruturantes relevantes , incluindo a definição de papéis institucionais, a constituição do Comitê Gestor, a atuação da Secretaria Executiva e o início da organização dos instrumentos de planejamento e articulação para a captação de recursos. Os próximos desafios concentram-se na estruturação de mecanismos de sustentabilidade financeira, o fortalecimento

das instâncias de execução e o aprimoramento dos instrumentos de monitoramento e gestão, fundamentais para garantir a efetividade e continuidade das ações no território.

Sobre o Comitê Gestor:

A composição do Comitê Gestor do Pacto PCI de Querência busca assegurar ampla representatividade territorial, reunindo representantes do poder público, setor privado e sociedade civil. A presidência é exercida pelo Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, enquanto a representação da Prefeitura fica a cargo da veterinária responsável pelo SIM municipal, o Instituto PCI é representado pela Gerência de Pactos e é responsável pela Secretaria Executiva. As coordenações dos eixos são distribuídas entre instituições e lideranças do setor produtivo (eixo P): Sindicato Rural e empresas privadas; instituições e lideranças atuantes em conservação ambiental (eixo C): Conselho municipal de Meio Ambiente, e Secretaria Municipal de Meio Ambiente (eixo C); e instituições e lideranças representantes do (eixo I),: Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, cooperativas, associações de assentamentos e lideranças indígenas.

Esse arranjo institucional evidencia o fortalecimento de uma governança participativa e integrada no âmbito do Pacto PCI de Querência, reunindo diferentes setores e garantindo representatividade territorial na tomada de decisão. O arranjo institucional construído até o momento demonstra a capacidade do município de mobilizar diferentes segmentos em torno de uma agenda comum de desenvolvimento sustentável. Embora ainda em fase inicial de implementação, a estrutura de governança criada estabelece condições favoráveis para a coordenação de ações territoriais, captação de recursos e integração entre iniciativas voltadas à produção sustentável, conservação ambiental e inclusão socioeconômica.

Abaixo o organograma do Comitê Gestor do Pacto PCI Querência:

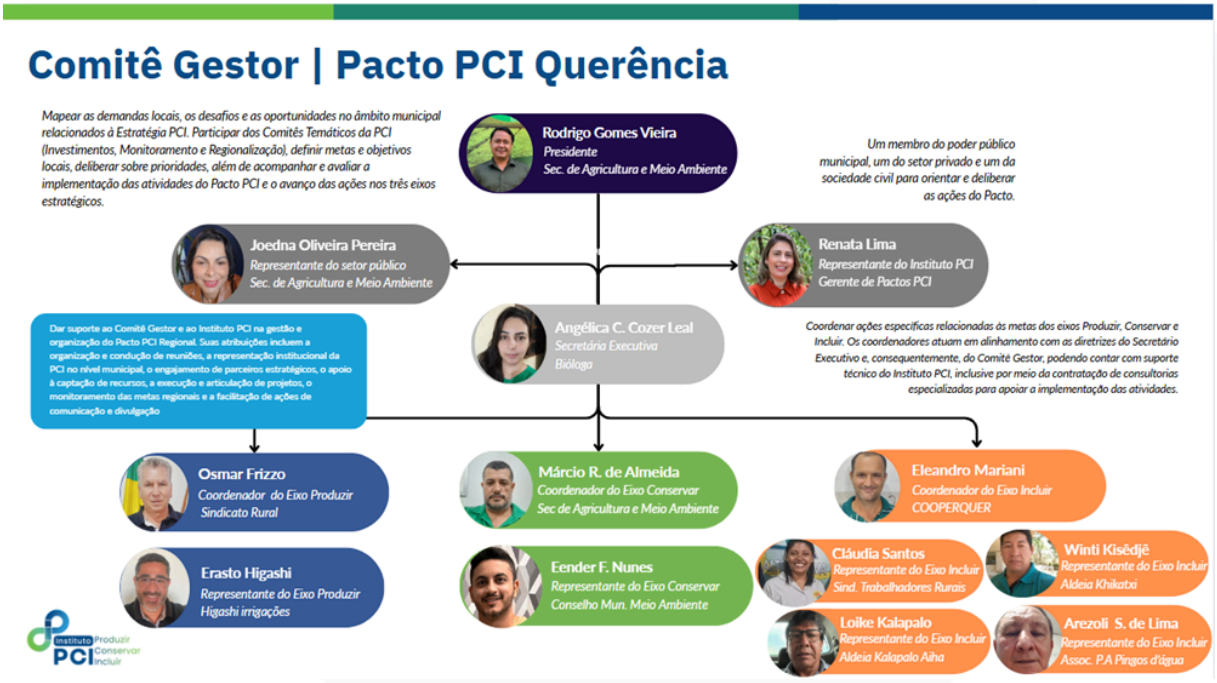


Figura 23. Comitê Gestor Pacto PCI-Querência

Instituições participantes do Pacto PCI-Querência

A implementação do Pacto PCI em Querência tem sido acompanhada por um amplo processo de articulação e mobilização institucional, envolvendo atores dos setores público, privado, organizações socioprodutivas e lideranças comunitárias. Por se tratar de um Pacto recentemente formalizado, a construção de sua base institucional tem ocorrido de forma gradual, com foco na ampliação da participação e no fortalecimento da governança territorial. A aproximação inicial ocorreu, principalmente, durante o Workshop de Criação das Metas e do Comitê Gestor, momento em que diferentes instituições passaram a integrar o processo de construção coletiva do Pacto.

Após o workshop de criação das metas municipais e do Comitê Gestor, o processo de engajamento foi ampliado por meio de agendas institucionais, visitas técnicas e reuniões conduzidas pela Secretaria Municipal de Agricultura, em conjunto com a Secretaria Executiva do Pacto PCI-Querênciae a Gerência de Pactos PCI. Essas iniciativas tiveram como objetivo apresentar a Estratégia PCI, conhecer as dinâmicas locais e fortalecer o engajamento dos atores no território. A presença permanente da Secretaria Executiva no município tem sido um fator relevante para a manutenção desse processo , promovendo o diálogo com diferentes públicos, ampliando a rede de contatos e fortalecendo a governança local.

Nesse processo, foram mobilizados diversos atores estratégicos, incluindo secretarias municipais, Câmara de Vereadores, conselhos municipais, instituições de assistência técnica, organizações do setor produtivo, cooperativas, associações, lideranças da agricultura familiar e lideranças indígenas.

A participação em espaços em espaços já consolidados de diálogo no município, como encontros técnicos e eventos promovidos por entidades representativas do setor produtivo, tem sido fundamental para aproximar produtores de diferentes perfis, incluindo aqueles de maior escala, promovendo o diálogo e a integração entre os diferentes elos da cadeia agropecuária.

No setor público, destaca-se o envolvimento direto da Secretaria de Agricultura e sua equipe técnica, além da articulação com outras pastas estratégicas, ampliando o suporte institucional às ações do Pacto. No setor privado, a aproximação com empresas do agronegócio e prestadores de serviços tem possibilitado a construção de parcerias voltadas à assistência técnica, inovação e acesso a mercados. Já no campo socioprodutivo, a atuação junto a cooperativas, sindicatos e associações tem fortalecido a organização da agricultura familiar e ampliado sua inserção nas ações do Pacto.

Também merece destaque o engajamento de lideranças indígenas e representantes de assentamentos rurais, contribuindo para ampliar a representatividade do Pacto e incorporar diferentes perspectivas territoriais ao processo de planejamento. Essa participação fortalece especialmente o eixo Incluir, ao promover maior integração entre comunidades indígenas, agricultura familiar e demais atores do território. A realização de visitas a campo, diagnósticos produtivos e pré-levantamentos de beneficiários tem contribuído para identificar demandas, oportunidades e potenciais projetos, especialmente nas cadeias da fruticultura, mandiocultura e extrativismo.

De forma complementar, o Pacto tem avançado na identificação e mobilização de instituições para formalização como signatárias, por meio da preparação de termos de adesão e articulação direta com atores estratégicos. Esse conjunto de ações evidencia a construção de uma rede territorial integrada, baseada no diálogo, na cooperação e na corresponsabilidade entre os diferentes setores.

Dessa forma, o Pacto PCI em Querência consolida-se como um espaço de articulação multissetorial, capaz de integrar diferentes atores e promover ações coordenadas voltadas ao desenvolvimento sustentável do município.

Tabela 16. Instituições participantes do Pacto PCI-Querência

Setor	Nome da Instituição	Adesão 2025
EMPRESAS PRIVADAS	AGRO PENIDO	Sim
	GRUPO WENTS	Sim
	INPEV	Sim
	APROSOJA	Sim
	SLC	Sim
	CARGILL	Sim
	FAZENDAS SCHNEIDER	Sim
	IRRIGAÇÃO HIGASHI	Sim
	EMPRESA METALMAN	Sim
INSTITUIÇÕES DE ENSINO/SISTEMA S	UNEMAT	Sim
	IFMT	Sim
	SEBRAE – SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	Sim
	SENAI- SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZADO INDUSTRIAL	Sim
	SENAR – SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL DE MATO GROSSOS	Sim
GOVERNO	PREFEITURA MUNICIPAL	Sim
	SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, MEIO AMBIENTE E REFORMA AGRÁRIA	Sim
	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Sim
	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Sim
	SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO	Sim
	SECRETARIA DE FINANÇA	Sim
	ACEQ - ASSOCIAÇÃO COMERCIAL	Sim
	SUBPREFEITURA PINGO D'ÁGUA	Sim
	CÂMARA DOS VEREADORES	Sim

	CMDRS- CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL	Sim
	CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	Sim
	EMPAER EMPRESA MATOGROSSENSE DE PESQUISA E EXTENSÃO RURAL	
	INDEA- INSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DE MATO GROSSO	Sim
	CORPO DE BOMBEIROS	Sim
SINDICATOS/ASSOCIAÇÕES/COOPERATIVAS	SINDICATO RURAL	Sim
	SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS DE QUERÊNCIA	Sim
	ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DO P.A NOVA CONQUISTA	Sim
	ASSOCIAÇÃO DO P.A PINGO D'ÁGUA	Sim
	ASSOCIAÇÃO ESTRELA DA PAZ -P.A BRASIL NOVO	Sim
	ASSOCIAÇÃO SOL NASCENTE- P.A SÃO MANOEL	Sim
	COOPQUER- COOPERATIVA DE QUERÊNCIA	Sim
	APAQ - ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DO ASSENTAMENTO QUERÊNCIA	Sim
	ASSOCIAÇÃO INDÍGENA KHISÊTJÊ - AIK	Sim
	AGROINDÚSTRIA PINGO D'ÁGUA	Sim
	COOPERQUER - COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DE QUERÊNCIA	Sim
	APIQUER- ASSOCIAÇÃO DOS APICULTORES DE QUERÊNCIA	Sim
	ASSOCIAÇÃO ANJOS DO SUIÁ	Sim
	ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES E PRODUTORAS RURAIS DO P.A CANÃA	Sim
	INSTITUTO EARTH INNOVATION	Sim

Monitoramento das metas

As metas do Pacto PCI-Querência foram definidas de forma participativa durante o Workshop de Criação das Metas Municipais e do Comitê Gestor, realizado em setembro de 2025, com a participação de representantes do poder público, setor privado e sociedade civil. Por se tratar de um Pacto recentemente formalizado, a definição das metas ocorreu paralelamente à estruturação da governança,permitindo que os mecanismos de implementação e monitoramento fossem concebidos desde o início de forma integrada .

As metas estão organizadas nos três eixos da estratégia PCI — Produzir, Conservar e Incluir — com foco na intensificação sustentável da produção, fortalecimento das cadeias produtivas, conservação ambiental e inclusão socioeconômica.

No eixo Produzir, destacam-se metas voltadas à expansão da produção agrícola em áreas já abertas, com previsão de ampliação da área de grãos para até 500 mil hectares e aumento da produção para 3,5 milhões de toneladas até 2030, além do estímulo à agregação de valor com a instalação de usinas de etanol de milho.

No eixo Conservar, o município estabeleceu metas voltadas à sustentabilidade ambiental, incluindo a redução de 30% das áreas atingidas por incêndios florestais até 2030, o cadastramento de 90% dos imóveis rurais no Cadastro Ambiental Rural (CAR), a recuperação de 100 hectares de APP degradada, a ampliação da produção de mudas para 400 mil unidades e a eliminação do desmatamento sem autorização. Também está prevista a realização de diagnóstico da situação dos embargos ambientais nos assentamentos do município até 2026.

Já no eixo Incluir, as metas priorizam o fortalecimento da agricultura familiar e indígena, buscando manter no mínimo 30% da participação desses produtos no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), atualizar e aprovar o PMAFI junto à SEAF até 2026, publicar a Lei da Política Municipal de Agricultura Familiar e Indígena e regularizar fundiariamente 90% dos lotes da agricultura familiar até 2030. Além disso, o município pretende elaborar o Plano Municipal de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e fornecer assistência técnica especializada para 117 projetos de agricultura familiar indígena até 2026.

Considerando que o Pacto PCI de Querência foi formalizado em 2025 , o processo de monitoramento ainda se encontra em fase inicial de implementação, não havendo histórico consolidado de acompanhamento capaz de permitir avaliações sobre o progresso das metas. Nesse contexto, o Comitê Gestor terá papel estratégico na validação, acompanhamento e revisão das metas,promovendo a articulação entre instituições para viabilizar sua implementação

Destaca-se, especialmente, o papel estratégico do Comitê nos eixos Conservar (C) e Incluir (I), cujos avanços dependem diretamente da coordenação de diferentes instituições e políticas públicas. Temas como assistência técnica, implementação e atualização de instrumentos como o Plano municipal de agricultura familiar e indígena (PMAFI), ampliação da produção de mudas para recuperação ambiental, regularização fundiária e ambiental, e estruturação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento da agricultura familiar exigirão esforços integrados entre Prefeitura, secretarias municipais, Câmara de Vereadores, organizações parceiras e demais atores da governança local

O acompanhamento das metas está previsto para acontecer de forma contínua e participativa, por meio de reuniões periódicas e alinhamentos conduzidos pelo Comitê Gestor, garantindo aderência à realidade local e alinhamento com as diretrizes da Estratégia PCI. Considerando que as metas foram definidas em 2025, o primeiro ciclo formal de monitoramento será concluído em 2026, quando deverá ser publicado o primeiro Balanço de Metas do município. A experiência de Querência apresenta uma particularidade relevante em relação aos demais Pactos analisados: suas metas foram construídas já incorporando aprendizados acumulados ao longo da implementação da Estratégia PCI em outros municípios. A priorização de indicadores mais aderentes à realidade local e a preocupação com a viabilidade do monitoramento tendem a reduzir desafios observados em Pactos mais antigos, nos quais parte

das metas apresentava limitações relacionadas à disponibilidade de dados ou à dificuldade de mensuração.

Projetos e Investimentos

A implementação do Pacto PCI-Querência vem promovendo, de forma gradual, a aproximação entre instituições, projetos e iniciativas alinhadas aos eixos Produzir, Conservar e Incluir. Embora o processo de mobilização de investimentos e e à integração entre as ações existentes no território, ainda esteja em estágio inicial, já é possível observar avanços na articulação de parceiros e no fortalecimento da governança territorial, criando condições favoráveis para a implementação da Estratégia PCI no município. O mapeamento de projetos, ações e investimentos vinculados às metas do Pacto ainda se encontra em fase de estruturação. Essa condição reflete tanto o caráter recente da iniciativa quanto os desafios inerentes à sistematização de informações provenientes de diferentes instituições e programas já em execução no território.

Neste primeiro ano de atuação, o foco principal esteve voltado ao fortalecimento da governança do pacto, à construção e monitoramento das metas municipais e ao acompanhamento da execução do projeto do PMIF já aprovado para o município.

Nos próximos ciclos de implementação está prevista ampliação do processo de coleta e sistematização de informações sobre projetos, ações e investimentos executados no território relacionados às metas do Pacto. Esse processo contribuirá para identificar oportunidades de conexão entre iniciativas, parceiros e instituições atuantes na região, favorecendo maior alinhamento estratégico, integração de esforços e monitoramento dos resultados alcançados pelo Pacto PCI-Querência.

A tabela a seguir apresenta uma síntese preliminar dos principais projetos, ações e investimentos atualmente identificados no município e em sua área de influência, constituindo a base inicial para o monitoramento e a coordenação das iniciativas vinculadas ao Pacto PCI-Querência.

Tabela 17. Investimentos e iniciativas realizadas no Pacto PCI-Querência

Nome da Iniciativa	*Instituição Proponente*	*Objetivo*	*Metas PCI*	*Fonte*
Agricultura Regenerativa e Paisagens Sustentáveis	Instituto PCI	Apoiar a implementação dos Pactos PCI Oeste e Querência por meio da certificação RTRS, restauração ecológica, regularização ambiental de propriedades rurais, fortalecimento da agricultura familiar, promoção de sistemas produtivos regenerativos e desenvolvimento de mecanismos de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), contribuindo para a produção sustentável, conservação ambiental e inclusão socioeconômica	P, C, I	iPCI
Plano de Manejo Integrado do Fogo (PMIF)	Earth Innovation Institute	O Plano de Manejo Integrado do Fogo (PMIF) tem como objetivo prevenir e reduzir os incêndios florestais por meio do planejamento, monitoramento e gestão integrada do fogo no território. O plano fortalece a articulação entre instituições e comunidades locais, conciliando produção sustentável, conservação ambiental e proteção dos recursos naturais.	Eixos P, C e I	EII
Renova Campo	Instituto C3	O projeto promoverá a transição agroecológica da agricultura familiar em Mato Grosso, fortalecendo a produção sustentável por meio de capacitação, assistência técnica e inclusão de mulheres e jovens. O programa busca ampliar o acesso a tecnologias, gerar renda, melhorar a qualidade de vida e conservar os recursos ambientais, contribuindo para sistemas agroalimentares mais sustentáveis e para a segurança alimentar.	Eixos P, C e I	Instituto C3

Juntos por um Brasil Mais Verde - Ações de reflorestamento no Vale do Araguaia (MT)	RZK - John Deer, em parceria com a Unemat (Nova Xavantina e Querência) e a Aldeia Kisêdjê (Querência).	O projeto tem como objetivo promover a recuperação ambiental de áreas degradadas no Vale do Araguaia por meio da produção e plantio de mudas nativas do Cerrado, fortalecendo ações de reflorestamento, conservação da biodiversidade e restauração da paisagem. A iniciativa também busca apoiar comunidades indígenas e instituições locais com a implantação de viveiros, geração de conhecimento e fortalecimento da gestão sustentável do território.	Eixos P, C e I	RZK - John Deer
Fortalecendo as cadeias produtivas da sociobiodiversidade do Xingu - Pequi um sonho possível	COOPERQUER	O projeto tem como objetivo fortalecer a cadeia produtiva do pequi na região do Xingu, promovendo a geração de renda, a valorização dos conhecimentos tradicionais e o uso sustentável dos recursos da sociobiodiversidade. A iniciativa busca apoiar produtores, comunidades locais e povos indígenas por meio da organização produtiva, agregação de valor, melhoria dos processos de beneficiamento e ampliação do acesso a mercados, contribuindo para a conservação ambiental, o desenvolvimento territorial sustentável e a inclusão socioeconômica das famílias envolvidas.	Eixos P, C e I	REM MT

Acesso a mercados

O município de Querência–MT apresenta uma economia fortemente baseada no agronegócio, destacando-se como um dos principais polos produtivos do estado de Mato Grosso. De acordo com dados do Instituto Mato-Grossense de Economia Agropecuária, na safra 2024/2025 a produção de soja atingiu aproximadamente 1,7 milhão de toneladas em 432 mil hectares, enquanto o milho segunda safra alcançou cerca de 2,2 milhões de toneladas em 295 mil hectares, evidenciando alta produtividade e relevância na matriz econômica local. O algodão também se destaca, com cerca de 18 mil hectares plantados e produção superior a 80 mil toneladas, e o rebanho bovino chega a contabilizar 103.862 cabeças/ano. Já a agricultura familiar — composta por famílias assentadas e pequenos produtores — atua principalmente em cadeias como mandioca, leite, fruticultura, mel e produtos da sociobiodiversidade, com produção voltada, em grande parte para agroindústrias de pequeno porte, ao consumo local e a mercados institucionais, como o PNAE.

A produção agropecuária de larga escala é majoritariamente destinada aos mercados nacional e internacional, beneficiada por ganhos de escala, tecnologia e logística consolidada. Considerando a relevância econômica das commodities agrícolas e pecuárias para o município, este diagnóstico analisou dados e informações relacionados às cadeias de comercialização das commodities de carne, soja, milho e algodão no município, com base em dados disponibilizados pela plataforma de inteligência para comércio sustentável Trase (trase.earth).

Carne: Querência apresenta forte inserção em mercados internacionais por meio de cadeias estruturadas de comercialização, com elevado grau de integração aos canais globais de abastecimento. Aproximadamente 2.068,1 toneladas, correspondentes a 95% do volume comercializado no recorte considerado, foram direcionadas por meio da JBS, evidenciando o papel estratégico de grandes empresas na conexão entre a produção local e os mercados consumidores. Entre os destinos, destaca-se o mercado chinês, reforçando a relevância das exportações para o escoamento da produção e para a dinâmica econômica do município.

Soja: O município comercializou aproximadamente 1,2 milhão de toneladas de soja, demonstrando forte inserção nos mercados internacionais. O escoamento da produção ocorre principalmente por meio de grandes grupos exportadores, com destaque para a Cargill, responsável por 348,9 mil toneladas (29,0%), seguida por Engelhart com 142 mil toneladas (11,8%), ADM com 89,5 mil toneladas (7,4%), Amaggi com 86,9 mil toneladas (7,2%) e Bunge com 51,1 mil toneladas (4,2%). Entre os destinos, destaca-se o mercado chinês, evidenciando a importância do município nas cadeias globais de abastecimento.

Milho: O grão tem se destacado como uma importante commodity na região, com aproximadamente 823,9 mil toneladas, reforçando sua relevância no acesso aos mercados nacionais e internacionais. O escoamento da produção ocorreu principalmente por meio de grandes grupos exportadores, com destaque para a Mitsubishi, responsável por 300,6 mil toneladas (36,5%), seguida por Engelhart com 129,3 mil toneladas (15,7%), ADM com 101,1 mil toneladas (12,3%), Cargill com 100,4 mil toneladas (12,2%), Bunge com 32,2 mil toneladas (11,0%) e Amaggi com 32,2 mil toneladas (5,2%), evidenciando a inserção do município em cadeias estruturadas de comercialização e a importância da diversificação de mercados e compradores.

Algodão: Entre as principais culturas produzidas no município, o algodão se destaca pela sua importância para a comercialização e geração de valor na cadeia produtiva regional. Querência comercializou aproximadamente 101,7 toneladas de algodão, com o escoamento da produção realizado integralmente por meio da Amaggi, responsável por 100% do volume comercializado (101,7 t). Entre os principais destinos internacionais destacam-se a Indonésia, que recebeu 57,4% do volume exportado, e a Coreia do Sul, com 42,6%, evidenciando a inserção do município em mercados internacionais e a conexão com cadeias globais de comercialização.

Avanços, desafios e oportunidades

O Pacto PCI de Querência–MT encontra-se em fase inicial de implementação, já apresentando avanços relevantes na estruturação da governança territorial, com a formalização institucional. Entre os principais resultados observados até o momento destacam-se a formalização institucional do Pacto, a criação do Comitê Gestor,a implantação da Secretaria

Executiva e a definição participativa de metas alinhadas à Estratégia Estadual e às prioridades locais do município. O processo de implementação também tem fortalecido iniciativas de paisagem, promovendo a articulação entre produtores rurais, agricultura familiar, comunidades indígenas, setor público e privado, em torno de ações relacionadas à conservação ambiental, uso sustentável da terra e redução de riscos climáticos, especialmente em áreas de transição entre Cerrado e Amazônia e no entorno do Parque Indígena do Xingu.

Entre as iniciativas prioritárias atualmente em desenvolvimento destaca-se a implementação do Plano de Manejo Integrado do Fogo (PMIF), com avanços em diagnósticos, entrevistas, oficinas e capacitação de brigadistas, fortalecendo ações de prevenção e resposta a incêndios. Paralelamente, o PCI atua no mapeamento de editais estratégicos, apoio à elaboração de projetos e na construção do Plano Municipal de Agricultura Familiar e Indígena (PMAFI), além de ações de inclusão produtiva e articulação com parceiros institucionais e privados.

Entre os principais desafios identificados destacam-se a consolidação da operacionalização do Pacto, o fortalecimento da integração entre projetos e parceiros atuantes no território e a estruturação de mecanismos permanentes de monitoramento das metas, ainda em fase inicial de desenvolvimento.Também foram identificadas limitações relacionadas à organização e sistematização de informações sobre organizações da agricultura familiar e, sobretudo, de povos e comunidades indígenas, o que pode dificultar o acesso a editais, programas de financiamento e oportunidades de desenvolvimento de projetos voltados a esses públicos.

Como oportunidades, o município apresenta características estratégicas, como a presença de extensas áreas de conservação, incluindo o Parque Indígena do Xingu, aliada à alta produtividade agrícola, posicionando Querência entre os principais produtores de soja e milho do estado. Soma-se a isso o potencial de fortalecimento das cadeias da agricultura familiar, como fruticultura, mandiocultura e produção integrada do pequi, impulsionadas pela estruturação da cooperativa COOPERQUER, com apoio do PCI na captação e submissão de projetos. Essas condições criam um ambiente favorável para integração entre produção, conservação e inclusão, ampliando oportunidades de desenvolvimento sustentável.

Dessa forma, o Pacto PCI em Querência se consolida como uma plataforma territorial estratégica, com potencial de ampliar investimentos, fortalecer políticas públicas e promover resultados integrados no território.

Por se tratar do Pacto mais recentemente formalizado entre os territórios analisados, a experiência de Querência oferece importantes aprendizados para futuras estratégias de expansão da Estratégia PCI em Mato Grosso. Entre os principais fatores de sucesso observados destacam-se o engajamento efetivo do poder público municipal desde as etapas iniciais de mobilização dos atores locais, a disponibilização de uma equipe técnica dedicada pelo Instituto PCI para exercer de forma contínua a função de secretaria executiva e apoiar presencialmente as agendas e projetos do território, bem como a adoção, desde o início, de fluxos, instrumentos e padrões de governança já consolidados em outros Pactos PCI. Soma-se a isso a implementação de projetos concretos e entregas de curto prazo, capazes de demonstrar resultados tangíveis à sociedade e às instituições parceiras, fortalecendo a credibilidade da iniciativa, ampliando o engajamento dos atores e acelerando o processo de consolidação da governança territorial.

4. Pactos PCI em criação

4.1 Pacto PCI Municipal de Nova Mutum

O Instituto PCI atua no município de Sorriso desde 2019, consolidando uma importante agenda de fortalecimento da governança local. Em 2026, esse processo ganhou novo impulso com a aproximação institucional junto ao Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Alto Teles Pires (CIDESA), que assumiu a presidência do Comitê Gestor do Pacto PCI de Sorriso. Paralelamente, o Instituto PCI passou a estruturar uma estratégia regional, visando à criação de um Pacto PCI Regional do Alto Teles Pires, capaz de ampliar a articulação entre os municípios e fortalecer a captação de investimentos e a implementação de projetos de maior escala.

Nesse contexto, foram realizadas diversas reuniões de alinhamento com a secretária executiva do CIDESA, Rosa, que promoveu a aproximação institucional junto ao prefeito de Nova Mutum, atual presidente do Consórcio. Como desdobramento, foi realizada, em 10 de junho de 2026, uma reunião institucional para apresentação da Estratégia PCI, do modelo de governança dos Pactos PCI e das oportunidades de cooperação entre as instituições. Após a apresentação, a Prefeitura de Nova Mutum manifestou interesse em aderir à iniciativa, culminando na assinatura do Memorando de Entendimento, formalizada em 10 de julho de 2026. O documento estabelece os compromissos e responsabilidades das partes para a implantação do Pacto PCI Municipal e marca o início da estruturação da governança local.

Na sequência, o Instituto PCI iniciou a organização do evento de lançamento e alinhamento com os atores locais, previsto para 4 de agosto de 2026, reunindo representantes do poder público, setor produtivo, sociedade civil e instituições parceiras para dar início às atividades do Comitê Gestor e à construção das metas municipais.

A criação do Pacto PCI de Nova Mutum representa um passo estratégico para a consolidação da atuação regional do Instituto PCI no Alto Teles Pires. A perspectiva é ampliar gradativamente a adesão dos demais municípios do território, tendo Sorriso como município âncora e referência da governança regional, fortalecendo a integração entre os Pactos Municipais e consolidando o futuro Pacto PCI Regional do Alto Teles Pires como um instrumento de articulação territorial, captação de recursos e promoção do desenvolvimento sustentável na região.



Figura 24: Reunião de apresentação do Instituto PCI e alinhamento com a prefeitura de Nova Mutum (10/06/2026)

4.2 Pacto PCI Municipal Nova Xavantina

Já em Nova Xavantina, município que já conta com importantes projetos desenvolvidos pela The Nature Conservancy (TNC), parceira estratégica e apoiadora do Instituto PCI, o processo de implantação do Pacto PCI foi consolidado após uma série de reuniões técnicas e institucionais realizadas ao longo de 2025 e 2026, envolvendo a Prefeitura Municipal, a Associação dos Municípios do Araguaia (AMA), a TNC e demais instituições parceiras. Esse processo de articulação resultou na formalização da parceria por meio da assinatura do Memorando de Entendimento, realizada em 15 de julho de 2026, durante cerimônia oficial que reuniu mais de 30 participantes, entre representantes do poder público, setor produtivo, organizações da sociedade civil, instituições de ensino e pesquisa e entidades parceiras. O evento marcou oficialmente o início da implantação da governança do Pacto PCI no município, fortalecendo a integração entre os diferentes atores locais e estabelecendo as bases para a construção de uma agenda conjunta de desenvolvimento sustentável.

A implantação do Pacto PCI em Nova Xavantina ocorre em um contexto favorável, considerando que o município já vem desenvolvendo importantes iniciativas alinhadas aos objetivos da Estratégia PCI. Entre elas, destaca-se a fase de contratação do Centro de Atendimento ao Produtor (CAP) pelo Instituto PCI, iniciativa que apoiará os produtores rurais nos processos de regularização ambiental, contribuindo também para a reinserção de propriedades pecuárias no mercado formal por meio da adequação ambiental e do atendimento às exigências de rastreabilidade e conformidade socioambiental. Paralelamente, o município já conta com Unidades Demonstrativas implantadas em parceria com a UNEMAT, voltadas à difusão de tecnologias sustentáveis, além de projetos executados em conjunto com o SEBRAE, como o programa de fortalecimento da pecuária leiteira, lançado oficialmente em junho de 2026, reforçando a integração entre produção sustentável, assistência técnica e desenvolvimento econômico local.

Com a formalização dos Pactos PCI Municipais de Nova Mutum e Nova Xavantina, inicia-se uma nova etapa voltada à estruturação da governança local. Os próximos passos contemplam a criação dos respectivos Comitês Gestores dos Pactos PCI, instâncias responsáveis por coordenar as ações e promover a articulação entre os diferentes segmentos da sociedade. Na sequência, serão conduzidos processos participativos para construção das metas municipais, alinhadas às metas da Estratégia PCI estadual, garantindo que os desafios e potencialidades de cada território sejam incorporados ao planejamento local.

Complementarmente, será realizado um diagnóstico socioeconômico e ambiental em ambos os municípios, com o objetivo de gerar uma base técnica qualificada para subsidiar a definição de prioridades, orientar a elaboração de projetos estruturantes e

ampliar a capacidade de captação de recursos junto a fontes públicas, privadas e mecanismos de financiamento climático. Além disso, o Instituto PCI apoiará o fortalecimento das organizações locais na elaboração de projetos para editais e chamadas de fomento, contribuindo para que os municípios ampliem sua capacidade de acessar investimentos e implementar iniciativas voltadas à produção sustentável, conservação ambiental e inclusão socioeconômica. Dessa forma, os novos Pactos PCI passam a constituir plataformas permanentes de governança territorial, capazes de integrar políticas públicas, mobilizar parceiros e impulsionar o desenvolvimento sustentável em seus territórios.



Figura 25: Assinatura do Memorando de Entendimento com o Prefeito Municipal (15/07/2026)



Figura 26: Evento de formalização do Pacto PCI Nova Xavantina (15/07/2026)

4. Quadro síntese dos Pactos PCI

Nome do Pacto Regional	Pacto PCI-BG	Pacto PCI - Sorriso	Pacto PCI Vale Juruena			Pacto PCI Oeste						Pacto PCI - Querência
Município(s):	**Barra do Garças**	**Sorriso**	**Juruena**	**Cotriguaçu**	**Juína**	**Tangará da Serra**	**Diamantino**	**Alto Paraguai**	**Campo Novo do Parecis**	**Sapezal**	**Campos de Júlio**	**Querência**
Dados Gerais												
Data de criação	Julho, 2019	Abril, 2019	Maio, 2018		Nov, 2024	Maio, 2024	Maio, 2024	Maio, 2024	Outubro, 2024	Fevereiro 2025	Fevereiro 2025	Julho,2025
Legislação específica	Lei nº 4.156, Decreto nº 4.381/2018	Não	Decreto nº 1289		Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
MoU com Prefeitura	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Grupo de Governança	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Metas PCI locais	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Monitoramento	2019 a 2021, 2025 a 2030	2019 a 2030	2018 a 2021	2018 a 2021	2024	2024	2024	2024	2024	2024	2024	Não

Secretário Executivo PCI	Jessica Hirata (2021-2023, 2024-2026), Nilo Sander (2025 - vigente)	Emanuele Olsen (2021-2024) Jéssica Gimenes (2025 - atual)	Toni Horta (2021-2022) Rodinei Martins (2024)		Não	Vitor Campos (2026 – atual)			Mateus Fernando de Souza (2026 – atual)			Angélica C. Cozer Leal (2025-atual)
Indicadores socioeconômicos												
População	73.878	124.665	10.213	11.011	45.869	106.434	21.941	8.009	8.822	45.889	28.944	31.100
Densidade (hab./km²)	8,83	11,9	3,18	1,16	1,74	9,15	2,66	4,34	1,3	4,87	2,13	1,50
PIB per capita (R$)	51.115,38	124.271	17.721	15.773	32.361	52.635,43	261.696,26	21.382,31	329.299,37	172.492,49	221.470,66	
População ocupada	31%	48%	21%	14%	n/d	30%	34%	8%	42%	36%	46,18	
IDH (2010)	0,748	0,744	0,662	0,601	0,716	0,729	0,718	0,638	0,744	0,734	0,732	
Uso e ocupação do solo												
Área do município (Km²)	8.363	9.293	3.203	9.469	26.251	11.637	8.263	1.847	6.792	9.428	13.614	
Vegetação natural	56,4%	29%	56%	74%	83%	71%	41%	59%	57%	51,4%		
Terras Indígenas	22,5%	-	n/d	17,7%	61%	50%	0,27%	0%	2,99%	29,45%	35,29%	
Unidades de Conservação	1,2%	7.846	n/d	14,6%	7,6% Sobreposta a TI Enawenê-Nawê	0,10%	3,54%	23%	-	-	-	
Pastagens	28%	1,9%	42%	24%	36%	15%	7%	34%	3,9%	4%	9%	
Agricultura	7%	65%	0,1%	0,1%	1,1%	11%	48%	3%	34%	44%	26%	

Indicadores ambientais												
Biomas	Cerrado	22% Amazônia 78% Cerrado	Amazônia	Amazônia	Amazônia	27% Amazônia 73% Cerrado	18% Amazônia 82% Cerrado	19% Amazônia 81% Cerrado	100% Cerrado	99% Cerrado 1% Amazônia	99% Cerrado 1% Amazônia	
Conversão e degradação - últimos 10 anos (km²)	2,5	5,0	69,4	364,1	364,1	11,0	45,8	0,9	7,6	1,05	2,48	
Perda de vegetação em relação a área do município - 10 anos	0,03%	0,05%	2,17%	1,39%	1,39%	0,09%	0,55%	0,05%	0,11%	0,011	0,018	
Área queimada (ha) em 2022	81.386	4.773	2.896	18.133	7.305	85.919	3.784	1.125	3.307	4.562	3.225	
Áreas com ativo (ha)	72.103	10.274	9.309	39.381	32.600	47.803	35.230	10.865	94.924			
Áreas de passivo - RL (ha)	43.456	127.200	14.497	54.667	106.991 RL + APP	74.954	37.484	7.004	14.126			
Áreas de passivo - APP (ha)	9.428	1.619	3.233	8.060		9.567	828	844	108.37			
Acesso a mercados												
Principal cadeia produtiva	Carne	Milho	Carne	Carne	Carne	Soja	Soja	Carne	Milho	Soja	Soja	
Exportações, 2020 (toneladas)	8.752	3.841.566	4.545	4.768	1.722	397.729	1.285.170	23.819	897.422 (2017)	1.392.147	1.271.840	

Principais empresas exportadoras	JBS (88%) Minerva (7,5%)	ADM (38%) Caramuru (22%) Syngenta (6%)	Golden Imex (80%) Marfrig (15%)	Golden Imex (91%)	Marfrig (53%) JBS (22,5%)	ADM (2,1%) Luis Dreyfus (1,6%) Bunge (1,4%)	Amaggi (21,7%) ADM (12,1%)	ADM (17,9%) Bunge (13,1%)	Amaggi (25%) Cargill (22%) (2020)	ADM (13,4%) Bunge (9,5%)	Amaggi (97,1%)	
Principais países importadores	China (87,4%) Hong Kong (4,7%)	China (43%) Tailândia (13%) Indonésia (11%)	Turquia (78%)	Turquia (91%)	China (54%) Hong Kong (13%)	China (39,2%) Iran (4%)	China (53.4%) Paises Baixos (9,1%)	China (53,3%) Paises Baixos (9,1%)	China (52,6%) Espanha (8,4%)		China (54,2) Países Baixo	

5. Analise SWOT/FOFA dos Pactos Regionais PCI

	FATORES POSITIVOS	FATORES NEGATIVOS
FATORES INTERNOS	**Forças**	**Fraquezas**
	• **Modelo de governança territorial** testado e validado em diferentes realidades municipais e regionais do estado, com padronização dos instrumentos de gestão, fortalecimento dos Comitês Gestores, reuniões periódicas de acompanhamento de metas e indicadores, adoção de regimentos internos e avanço na institucionalização dos Pactos por meio de legislação municipal; • **Constituição de equipe técnica permanente** para atuação nos Pactos, fortalecendo a governança territorial, ampliando a presença institucional do Instituto PCI e consolidando sua reputação junto aos parceiros locais; • **Capacidade técnica d**o Instituto PCI e das Secretarias Executivas dos Pactos para apoiar o planejamento territorial, a elaboração de projetos e a implementação de políticas públicas municipais, fortalecendo a confiança dos municípios e sua adesão às agendas da Estratégia PCI; • **Elevada credibilidade da Estratégia PC**I em Mato Grosso, fortalecida pela atuação integrada	• **Baixa maturidade institucional** de parte dos Comitês Gestores, com limitada compreensão, pelas instituições representadas, de seus papéis, responsabilidades e contribuição para o fortalecimento da governança dos Pactos; • **Baixa autonomia territorial**, decorrente da ausência, em parte dos municípios, de lideranças ou instituições locais com capacidade técnica, financeira e operacional para coordenar as agendas dos Pactos, e da dependência significativa da coordenação técnica e operacional do Instituto PCI para manutenção de sua dinâmica; • **Número reduzido de projetos estruturantes** diretamente vinculados aos Pactos em alguns territórios, limitando o alcance das metas e dos resultados pactuados pelos municípios; • **Limitações operacionais decorrentes** da elevada abrangência territorial e da necessidade de acompanhamento

	entre governos, setor privado e sociedade civil, ampliando a representatividade, o engajamento e a capacidade de articulação dos Pactos; ● **Experiência acumulada** na implementação de iniciativas jurisdicionais e de paisagem, posicionando Mato Grosso e os Pactos PCI como referência nacional e internacional em governança territorial; ● **Ampliação da rede de governança** multissetorial, com maior participação de instituições dos setores público, privado e da sociedade civil nos eixos Produzir, Conservar e Incluir, fortalecendo a atuação colaborativa nos territórios; ● **Atuação contínua nos territórios** e fortalecimento do relacionamento com o setor privado local, ampliando oportunidades de captação de recursos e formalização de parcerias estratégicas para execução de projetos; ● **Crescimento contínuo** da captação de recursos nacionais e internacionais, viabilizando a implementação de projetos estruturantes e fortalecendo a atuação, os resultados e a sustentabilidade dos Pactos PCI; ● **Disponibilidade de base de dados** estadual ampla, transparente e atualizada sobre o progresso das metas da Estratégia PCI, subsidiando o monitoramento, a definição de	simultâneo de múltiplos municípios, com realidades e níveis de maturidade distintos; ● **Participação ainda desigual** entre os eixos Produzir, Conservar e Incluir em determinados municípios, reduzindo o caráter integrado da Estratégia PCI no território; ● **Limitação de recursos financeiros** de uso flexível, restringindo a capacidade de resposta a demandas emergenciais e oportunidades estratégicas não previstas; ● **Dificuldade dos municípios em compreender, monitorar e qualificar** as metas municipais, especialmente quanto à definição de indicadores específicos, mensuráveis, atingíveis, relevantes e temporalmente definidos (SMART); ● **Insuficiência de incentivos** econômicos, políticos e reputacionais de longo prazo, reduzindo a adesão e o engajamento contínuo de atores do poder público e do setor privado.

	prioridades e a tomada de decisão pelos Pactos municipais.	
FATORES EXTERNOS	**Oportunidades**	**Ameaças**
	• **Expansão da Estratégia PCI para novos municípios** e regiões do estado, com perspectiva de alcance dos 142 municípios de Mato Grosso por meio da estruturação de novos Pactos Regionais e de Municípios Associados; • **Possibilidade de construção de um modelo escalável** e modular de governança territorial, baseado nos aprendizados dos Pactos existentes, permitindo replicar arranjos e instrumentos conforme a maturidade e as prioridades de cada território; • **Avanço do Programa Jurisdicional de REDD+** em Mato Grosso, ampliando o potencial de captação de recursos financeiros para implementação de projetos nos territórios dos Pactos PCI; • **Regulamentação dos mercados de carbono**, aliado a iniciativas como o J-REDD e a LEAF Coalition, ampliando oportunidades de financiamento para projetos de mitigação climática, restauração florestal e conservação; • **Fortalecimento de políticas e regulações internacionais**, como o Inflation Reduction Act (Estados Unidos) e o EU Deforestation Regulation (EUDR), impulsionando	• **Mudanças político-institucionais** nos municípios e no estado, decorrentes de alterações de gestão pública, de políticas públicas e de prioridades governamentais, podendo comprometer a continuidade das agendas, o apoio institucional e os compromissos assumidos pelos Pactos PCI; • **Disseminação de desinformação e notícias falsas** sobre organizações da sociedade civil, prejudicando a credibilidade institucional e o engajamento de atores locais nas ações dos Pactos; • **Resistência de determinados segmentos** do setor produtivo à atuação de organizações da sociedade civil, limitando a construção de parcerias e a adesão às iniciativas promovidas pelos Pactos PCI; • **Persistência de desigualdades** de gênero, violência e preconceito contra as mulheres, restringindo sua participação segura e efetiva em atividades de campo, espaços de governança e processos de tomada de decisão; • **Redução ou descontinuidade de financiamentos** nacionais e internacionais

	investimentos e cadeias produtivas alinhadas à produção sustentável e livre de conversão e degradação; ● **Reconhecimento internacional das iniciativas de abordagem de paisagem** (Landscape Approaches) como modelo eficaz de governança territorial, fortalecendo a visibilidade, a credibilidade e o potencial de expansão dos Pactos PCI.	destinados às agendas de desenvolvimento sustentável e governança territorial; ● **Eventos climáticos extremos**, como secas prolongadas, incêndios florestais e chuvas intensas, impactando a produção, a conservação ambiental e a implementação dos projetos; ● **Conflitos de interesse** entre setores econômicos e agendas de conservação ambiental, dificultando a construção de consensos e a implementação de ações integradas nos territórios.

6. Conclusão e recomendações

Este diagnóstico avaliou os cinco Pactos PCI Regionais implementados em Barra do Garças, Sorriso, Vale do Juruena, Querência e no Oeste de Mato Grosso, abrangendo as trajetórias institucionais de cada arranjo, os modelos de governança adotados, os atores envolvidos, o monitoramento das metas municipais, os investimentos e iniciativas mobilizados, as principais cadeias produtivas e as lições aprendidas em cada território. Os resultados sistematizados oferecem subsídios para o fortalecimento dos Pactos existentes, para a expansão da Estratégia PCI a novos territórios e para o aprimoramento contínuo da governança territorial no estado.

A principal conclusão do diagnóstico é que os Pactos PCI se consolidaram como o instrumento efetivo de territorialização da Estratégia PCI em Mato Grosso. O modelo de governança encontra-se testado e validado em realidades municipais e regionais distintas — do agronegócio de larga escala do corredor da BR-163 à economia florestal do Vale do Juruena — sustentado pela credibilidade da Estratégia PCI junto aos setores público, privado e à sociedade civil, pela padronização progressiva dos instrumentos de gestão e pela presença técnica permanente do Instituto PCI nos territórios. A experiência acumulada na implementação de iniciativas jurisdicionais e de paisagem posiciona Mato Grosso como referência nacional e internacional em governança territorial para o desenvolvimento sustentável.

O diagnóstico evidencia, contudo, que os Pactos apresentam graus distintos de maturidade institucional. Barra do Garças destaca-se pelo maior grau de institucionalização e segurança jurídica, com legislação específica e Comitê Gestor estruturado, embora persista o desafio de consolidar o reconhecimento do Pacto como instância articuladora das iniciativas do território. Sorriso avançou na consolidação do Comitê Gestor e na aproximação com arranjos regionais preexistentes, com potencial de expansão ao longo do eixo da BR-163. O Vale do Juruena iniciou, a partir de 2025, processo de reorganização e fortalecimento institucional após períodos de menor mobilização. O Oeste de Mato Grosso estruturou governança regional compartilhada, apoiada por Secretarias Executivas territoriais e por um Sistema de Monitoramento, Reporte e Verificação (MRV). Querência, o Pacto mais recente, alcançou rápida estruturação a partir do engajamento do poder público desde a mobilização inicial, da alocação de equipe técnica dedicada, da adoção de padrões de governança já consolidados e da entrega de resultados tangíveis de curto prazo.

Essa heterogeneidade revela o desafio central identificado pelo estudo. As fragilidades mais relevantes não decorrem do desenho do modelo, mas da maturidade institucional e da autonomia territorial: parte dos Comitês Gestores ainda apresenta compreensão limitada dos papéis e responsabilidades de seus membros, e são poucos os municípios que dispõem de lideranças ou instituições locais com capacidade técnica, financeira e operacional para conduzir as agendas de forma contínua. Soma-se a isso o número reduzido de projetos estruturantes diretamente vinculados aos Pactos em alguns territórios, a limitação de recursos financeiros de uso flexível, as dificuldades de compreensão e qualificação das metas municipais e a participação ainda desigual entre os eixos Produzir, Conservar e Incluir.

O modelo atual, baseado em governança municipal aprofundada, assegura legitimidade territorial, mas demanda elevado investimento institucional, técnico e financeiro, o que limita sua replicação em larga escala. A expansão da Estratégia PCI para o conjunto dos 142 municípios

de Mato Grosso requer, portanto, a construção de um modelo de governança escalável e modular, capaz de combinar profundidade institucional em territórios estratégicos com mecanismos mais leves e replicáveis nos demais municípios, organizados em três níveis: Pactos Estruturantes, Pactos Regionais e Municípios Associados. A experiência do Oeste de Mato Grosso, com governança compartilhada e Secretarias Executivas regionais, constitui prova de conceito relevante para essa estratégia.

O cenário externo é favorável, porém condicionado ao tempo. O avanço da regulamentação do Programa Jurisdicional de REDD+ em Mato Grosso, a consolidação dos mercados de carbono e o reconhecimento internacional das abordagens de paisagem ampliam de forma significativa o potencial de captação de recursos para os territórios. Esse ambiente convive, entretanto, com mudanças político-institucionais nos municípios e no estado, com a disseminação de desinformação, com a resistência de determinados segmentos e com a possibilidade de descontinuidade de financiamentos. Converter essas oportunidades em resultados depende da capacidade de os Pactos anteciparem-se a essa janela, com governança consolidada, projetos estruturados e capacidades técnicas instaladas.

A partir das análises realizadas, apresentam-se as seguintes recomendações:

Governança e institucionalização

- Consolidar o modelo de governança dos Pactos PCI, promovendo a padronização dos instrumentos de gestão, o fortalecimento dos Comitês Gestores, a adoção de regimentos internos, a institucionalização por meio de legislação municipal e o reconhecimento dos Pactos como instância de interesse público.

- Adotar um modelo de governança escalável e modular para a expansão da Estratégia PCI, estruturado em Pactos Estruturantes, Pactos Regionais e Municípios Associados, permitindo replicar arranjos e instrumentos conforme a maturidade, a relevância estratégica e as prioridades de cada território.

- Fortalecer o reconhecimento dos Pactos como instância articuladora das iniciativas territoriais, assegurando que projetos e ações alinhados à Estratégia PCI sejam planejados, reportados e comunicados como parte de uma estratégia integrada, e não como esforços institucionais isolados.

Capacidades e protagonismo local

- Fortalecer as capacidades técnicas e o protagonismo das instituições locais, por meio de programas continuados de formação, assessoramento técnico e desenvolvimento de lideranças, com trilhas específicas sobre papéis e responsabilidades dos membros dos Comitês Gestores, promovendo gradativamente maior autonomia na condução das agendas territoriais.

- Consolidar a presença territorial por meio de equipes técnicas permanentes e de Secretarias Executivas regionais, assegurando continuidade das ações, proximidade com os atores locais e maior capacidade de mobilização e implementação.

- Replicar, em novos territórios, os fatores de sucesso identificados na experiência de Querência: engajamento do poder público desde a mobilização inicial, equipe técnica dedicada,

adoção de padrões de governança já consolidados e entregas de curto prazo capazes de demonstrar resultados tangíveis.

Planejamento, monitoramento e gestão baseada em evidências

- Construir teorias da mudança e visão compartilhada nos territórios, orientando prioridades, superando a atuação fragmentada e promovendo projetos integrados com impacto simultâneo nos eixos Produzir, Conservar e Incluir, com atenção ao reequilíbrio da participação entre os eixos nos municípios em que essa distribuição permanece desigual.

- Aprimorar as metas municipais e adotar critérios SMART, apoiando os municípios na definição de indicadores específicos, mensuráveis, atingíveis, relevantes e temporalmente definidos, e institucionalizando o balanço periódico das metas pelos Comitês Gestores como mecanismo de gestão adaptativa.

- Fortalecer os sistemas de monitoramento e a confiabilidade das informações territoriais, ampliando o Sistema MRV estruturado no Oeste de Mato Grosso, integrando as metas municipais às plataformas estaduais e enfrentando as lacunas de dados identificadas, em especial quanto à produção da agricultura familiar e à sistematização de informações sobre povos e comunidades indígenas.

Financiamento e carteira de projetos

- Ampliar a carteira de projetos estruturantes nos territórios, alinhando sua elaboração às prioridades definidas pelos Pactos e às oportunidades de financiamento nacionais e internacionais, especialmente nas agendas de restauração, agricultura sustentável, regularização ambiental, bioeconomia e mercado de carbono.

- Diversificar e fortalecer os mecanismos de financiamento, buscando recursos flexíveis que permitam responder a demandas estratégicas e emergenciais, e ampliando a participação do setor privado como parceiro financeiro e institucional.

- Preparar os Pactos para as oportunidades decorrentes do mercado de carbono e das novas exigências internacionais de sustentabilidade, estruturando projetos e capacidades técnicas aptos a captar investimentos vinculados ao Programa Jurisdicional de REDD+, à restauração florestal e a cadeias produtivas sustentáveis.

Posicionamento institucional e articulação

- Fortalecer a comunicação estratégica e o posicionamento institucional, ampliando a divulgação dos resultados alcançados pelos Pactos, enfrentando a desinformação e reforçando a credibilidade junto a governos, setor produtivo, financiadores e sociedade.

- Ampliar a articulação com os setores produtivos e lideranças empresariais locais, fortalecendo a construção de confiança, a identificação de agendas convergentes e o desenvolvimento de soluções compartilhadas para os desafios dos territórios.

- Fortalecer a incidência institucional junto aos governos estadual e municipais, contribuindo para a criação e o aperfeiçoamento de políticas públicas, instrumentos legais e mecanismos de incentivo que assegurem maior segurança jurídica e continuidade aos Pactos.

- Promover maior diversidade e inclusão na governança territorial, assegurando a participação efetiva de mulheres, jovens, povos indígenas, agricultura familiar e demais grupos estratégicos nos processos de planejamento e tomada de decisão.

Gestão do conhecimento

- Implementar uma estratégia de gestão do conhecimento dos Pactos PCI, sistematizando metodologias, instrumentos, boas práticas, aprendizados e resultados, de modo a facilitar sua replicação, subsidiar a tomada de decisão e sustentar tecnicamente a expansão da Estratégia PCI para novos territórios.

A consolidação desse conjunto de medidas poderá posicionar Mato Grosso como referência global em produção de commodities de baixo risco socioambiental, conciliando competitividade econômica, conservação ambiental e inclusão social — e convertendo os Pactos PCI, de arranjos locais de articulação, em uma arquitetura estadual de governança territorial capaz de operar em escala.



Instituto PCI
Produzir
Conservar
Incluir